



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA  
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

**ABDUL VIANEL**

**D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula:  
a Pastoral e a Ética Política (1967-1989)**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Prof. Doutor Jorge Cunha

**Porto  
2022**



À memória do Arcebispo Emérito de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto que contribuiu  
pacificamente para a consolidação da Paz em Moçambique.

## Agradecimentos

Se há na vida momento muito difícil é quando se quer algo e nunca se realiza. Parece tudo acabado, mas depois nos questionamos: *Quem sou eu? De onde vim e para onde vou? Qual é a razão da minha existência?* Depois percebemos a razão da nossa existência. Assim também percebi que a minha existência é fruto do amor de Deus.

Agradecer não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de elaborar palavras e deixar por escrito. Porque agradecer, é um sentimento de reconhecimento que sai do fundo do coração, reconhecimento a uma pessoa cuja ação nos foi ou nos é benévolo. Várias foram ou são as pessoas que ao longo da minha caminhada deram ou dão o seu contributo e ajudaram-me a levantar-me depois de uma queda, a contornar pedras no caminho. De facto, não conseguirei agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram de várias formas para a materialização deste trabalho. Porém, não deixarei de agradecer àqueles que a minha memória me faz lembrar.

Gostaria também, de pedir perdão a todos aqueles de que não me lembro neste momento, por sinal, um dos mais importantes na minha vida. Como se diz no provérbio macua, minha língua materna, «*mukhuali anliye ayaka nokhuassula*, isto é, a galinha armadilhada chorou quando estava prestes a libertar-se. E, assim, agradeço:

A Deus pelo dom da vida que me concede e pelo seu contínuo acompanhamento em todas as minhas atividades e caminhada;

Ao meu Instituto – Sociedade Missionária da Boa Nova – que sempre olhou e olha para mim com esperança, confiança e sempre mostrou seu apoio incondicional;

Aos meus formadores pelo acompanhamento integral no crescimento espiritual, humano, pastoral e académico, e de forma especial aos Padres José dos Santos Guedes, Capingana Marcolino e Luís Miguel Pereira de Castro;

Aos Padres Anastácio Jorge Martins e Luís Sanches Martins, que incansavelmente me deram forças e aprendi a ser eu mesmo e me fizeram acreditar que era capaz e que tudo é possível;

Aos docentes da Universidade Católica Portuguesa do Porto – Faculdade de Teologia, principalmente ao Dr. José Carvalho que, durante o triénio formativo e académico, contribuíram de forma valiosa para o meu crescimento intelectual;

Ao meu orientador, Dr. Jorge Cunha, um homem igual a si mesmo, íntegro e prudente, motivador e conselheiro, que sem a sua ajuda e acompanhamento o meu olhar ético neste trabalho seria um fracasso;

Aos meus pais, principalmente a minha mãe que Deus a tenha, irmãos biológicos e em Cristo, colegas de formação, amigos e benfeitores que partilharam comigo o melhor de si. Com o vosso estímulo e palavras de apreço que, mesmo em meio das dificuldades, souberam transmitir-me que era importante transformar os desafios em oportunidade de continuar;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho, khoxukuro, obrigado e que o Senhor vos abençoe.

# Índice

<b>Resumo .....</b>	<b>8</b>
<b>Siglas e Abreviaturas.....</b>	<b>9</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – D. MANUEL VIEIRA PINTO, O ÚLTIMO DE UMA SÉRIE ...</b>	<b>16</b>
1.1. Contexto geográfico, político, económico e social de Moçambique .....	17
1.2. A evangelização em Moçambique .....	20
1.2.1 D. Teófilo José Pereira de Andrade e D. Manuel de Medeiros Guerreiro: dois antecessores de D. Manuel Vieira Pinto .....	26
1.3. Percurso biográfico de D. Manuel Vieira Pinto .....	29
1.3.1. Formação académica e ordenação sacerdotal de Manuel Vieira Pinto .....	30
1.3.2. D. Manuel Vieira Pinto e o Movimento por um mundo melhor em Portugal .....	31
1.3.3. Ordenação episcopal de D. Manuel Vieira Pinto e nomeação como Bispo de Nampula - Moçambique .....	33
<b>CAPÍTULO 2 – D. MANUEL VIEIRA PINTO: O OBREIRO DA IGREJA EM NAMPULA.....</b>	<b>38</b>
2.1. A Igreja em Moçambique à luz do Vaticano II.....	38
2.2. A Igreja moçambicana e a sua presença na sociedade .....	42
2.2.1. O contributo da Igreja moçambicana na promoção da paz e justiça social..	47
2.3. A Igreja em Nampula .....	56
2.4. O serviço do episcopado num País em formação.....	59
2.5. A formação de uma Igreja com o rosto local em Nampula.....	61
2.5.1. A educação e a saúde.....	65
2.5.2. O diálogo Fé - cultura.....	67

<b>CAPÍTULO 3 – D. MANUEL VIEIRA PINTO: BALANÇO DA VIDA DE PASTOR.....</b>	<b>71</b>
3.1. A doutrina Social da Igreja em Moçambique.....	71
3.2. A Igreja de Nampula ao serviço do desenvolvimento.....	75
3.3. O contributo de D. Manuel Vieira Pinto para a vida e a paz.....	78
3.4. Manuel Vieira Pinto, o visionário de Deus e a sua participação na democracia. 86	
3.5. D. Manuel Vieira Pinto e a missão da Igreja de Nampula no futuro .....	90
<b>Conclusão .....</b>	<b>95</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>99</b>

## Resumo

Para uma boa convivência entre os homens, é necessário que haja respeito mútuo. Por isso, desde sempre, a Igreja Católica defendeu o respeito pela dignidade humana, e optou pela paz e justiça. As suas encíclicas e exortações sobre questões sociais e dignidade humana fazem um conjunto de documentos sobre a Doutrina Social da Igreja. Na linha do cristianismo, o respeito pela pessoa humana tem os seus fundamentos na criação, como imagem e semelhança de Deus. Por isso, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal «Querida Amazônia» do Papa Francisco é fácil perceber que o Sumo Pontífice pensa o futuro com uma Igreja que lute pela liberdade do homem, pelos direitos dos sem voz; uma Igreja que reconheça a riqueza cultural. Este foi, do mesmo modo, o desafio que D. Manuel Vieira Pinto enfrentou na Igreja de Moçambique, a luta pelo respeito da dignidade humana, considerando que o respeito pelo homem e seus direitos é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz social para um povo. E o desrespeito desses direitos gera a violência, perseguições; gera o ódio entre os homens.

**Palavras-chave:** Dignidade humana; Doutrina Social da Igreja; Igreja; Justiça; Manuel Vieira Pinto; Paz.

## Abstract

For a good coexistence among people, it is necessary to have mutual respect. And the Catholic Church has always defended the respect of human dignity, choosing peace and justice. Its encyclicals and exhortations on social issues and human dignity make up a set of documents on the Social Doctrine of the Church. In the line of Christianity, respect for the human person has its foundations in creation, as the image and likeness of God. Therefore, in the Post-Synodal Apostolic Exhortation "Dear Amazonia" by Pope Francis, it is easy to see that the Supreme Pontiff dreams of a future with a Church that fights for human freedom, for the rights of the voiceless; a Church that recognizes cultural richness. This was also the challenge that D. Manuel Vieira Pinto faced in the Church of Mozambique, the fight for the respect of human dignity. Considering that respect for man and his rights is the foundation of freedom, justice and social peace for a people. And the disrespect of these rights generates violence, persecutions and hatred among people.

**Keywords:** Human Dignity; Social Doctrine of the Church; Church; Justice; Manuel Vieira Pinto; Peace.

## Siglas e Abreviaturas

- AG Conc. Ecum. Vaticano II, Decreto sobre a Atividade Missionária da Igreja *Ad Gentes* (7 de dezembro de 1965).
- AGP Acordo Geral de Paz.
- AL Papa Francisco, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (19 de março de 2016).
- AM Bento XVI, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Africae Munus* (9 de novembro de 2011).
- ANM Papa Francisco, Carta Apostólica *Antiquum Ministerium* (10 de maio de 2021).
- BSC Pio XII, Bulla *Sollemnibus Conventionibus* (4 de setembro de 1940).
- CCM Conselho Cristão de Moçambique.
- CEM Conferência Episcopal de Moçambique.
- CA João Paulo II, Carta Encíclica *Centesimus Annus* (1 de maio de 1991).
- CPR Comissão de Paz e Reconciliação.
- CV Bento XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate* (29 de junho de 2009).
- DA Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, *Documento sobre Diálogo e Anúncio* (19 de maio de 1991).
- DH Conc. Ecum. Vaticano II, Declaração sobre a Liberdade Religiosa *Dignitatis Humanae* (7 de dezembro de 1965).
- DM Pontifício Conselho Para o Diálogo Inter-religioso, *A Igreja e as Outras Religiões: Diálogo e Missão* (10 de junho de 1984).
- EA João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Ecclesia in Africa* (14 de setembro de 1995).
- EG Francisco, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013).

- EN Paulo VI, Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (8 de dezembro de 1975).
- ES Paulo VI, Carta Encíclica *Ecclesiam Suam* (6 de agosto de 1964).
- FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique.
- FT Francisco, Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (3 de outubro de 2020).
- GS Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965).
- I ANP I Assembleia Nacional da Pastoral.
- LG Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* (21 de novembro de 1964).
- LS Francisco, Carta Encíclica *Laudato Si* (24 de maio de 2015).
- MDM Movimento Democrático de Moçambique.
- MI Bento XV, Carta Apostólica *Maximum Illud* (30 de novembro de 1919).
- NA Conc. Ecum. Vaticano II, Declaração sobre a Igreja e as religiões não cristãs *Nostra Aetate* (28 de outubro de 1965).
- NMI João Paulo II, Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (6 de janeiro de 2001).
- PA Pio IX, Constituição Dogmática *Pastor Aeternus* (18 de abril de 1870).
- PG João Paulo II, Exortação Apostólica Pós-sinodal *Pastores Gregis* (16 de outubro de 2003).
- PP Paulo VI, Carta Encíclica *Populorum Progressio* (26 de março de 1967).
- PT João XXIII, Carta Encíclica *Pacem in Terris* (11 de abril de 1963).
- QA Pio XI, Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931).
- RENAMO Resistência Nacional de Moçambique.
- RH João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptor Hominis* (4 de março de 1979).

RM João Paulo II, Carta Encíclica *Redemptoris Missio* (7 de dezembro de 1990).

SC Conc. Ecum. Vaticano II, Constituição *Sacrosanctum Concilium* (4 de dezembro de 1963).

USAREMO União dos Sacerdotes e Religiosos Moçambicanos.

## Introdução

D. Manuel Vieira Pinto é uma figura ímpar da história da Igreja em Moçambique. É daquelas figuras que sempre fazem bem à Igreja, que amam a Igreja. Assim, olha para o homem como um ser criado à imagem de Deus, aquele que é chamado a cultivar o amor do Pai.

O respeito pela dignidade humana constitui a dimensão primordial da vida do homem. Ontologicamente ela se dá por meio da relação do ser humano com o seu criador, o que não depende do seu status social, racial, sexual, moral ou mesmo económico. E esse respeito parte do diálogo entre os outros e cria pontes entre os povos, culturas e religiões. O diálogo foi ou era o ponto central de Manuel Vieira Pinto, para a edificação de uma Igreja local livre de todas as amarras.

Perante as realidades que o povo viveu no último milénio, e principalmente nos últimos anos por causa da desigualdade social em que muitos eram deixados à margem, refletir sobre este tema é uma tentativa de gritar no meio de uma sociedade cercada do poder estatal e que pouco se importa com o próximo. Assim sendo, a Igreja vê-se obrigada a dar o seu contributo em torno de várias questões sociais, o que se concretizou na publicação da *Rerum Novarum*, em 1891 pelo papa Leão XIII. Nessa linha, podemos afirmar que este é um dos documentos que inicia a reflexão de temas sobre a Doutrina Social da Igreja, onde se fala da dignidade humana. Vários documentos do magistério abordaram questões que dizem respeito ao homem, à liberdade, à justiça social e à política como base da vida do povo numa sociedade em conflito, as quais Manuel Vieira Pinto se empenhou em defender. De entre esses documentos podemos mencionar as Encíclicas: *Quadragesimo Anno* de Papa Pio XI (1931); *Populorum Progressio* de Paulo VI (1967); *Laborem Exercens* (1981), *Solicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991) de Papa João Paulo II; *Caritas in Veritate* (2009) de Bento XVI; as Exortações Apostólicas de Papa Francisco: *Evangelii Gaudium* (2014), Exortação Apostólica Pós Sinodal *Querida Amazonia* (2020) e as Encíclicas *Laudado Si* (2015) e *Fratelli Tutti* (2020) do mesmo pontífice.

Manuel Vieira Pinto foi determinante nessa dimensão social, pelo respeito pela pessoa humana. Viveu o seu múnus episcopal em Nampula, numa altura em que o povo macua não via os seus direitos respeitados, não sendo livre expressar o seu pensamento e manifestar o seu ideal social; sendo desprezado como nunca, ele viu o seu direito comprometido. Foi este o

clima que Manuel Vieira Pinto encontrou não só em Nampula, mas também no seio de toda a Igreja moçambicana, e isso o comoveu até ao ponto de começar a sua luta pela liberdade do povo.

Foi esta luta pela promoção da «dignidade humana» em prol da paz desejada por Manuel Vieira Pinto, que despertou em nós o interesse de refletir sobre a sua ação pastoral (ética social e política). O tema é intitulado *D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula: a Pastoral e a Ética Política (1967-1989)*. Há também um interesse pessoal no estudo deste tema, que advém da minha experiência missionária na Diocese de Pemba, onde estive um ano em contacto constante com povo, o povo que sofre todo o tipo de humilhação e desprezo; também para fazer uma ligação dos dois países Moçambique e Portugal na pessoa de Manuel Vieira Pinto que se fez moçambicano sendo português.

Por ser macua, também surgiu em mim a curiosidade de saber como era a Igreja antigamente na minha cultura, curiosidade essa que nunca tinha sido satisfeita e que talvez nunca o venha a ser. Mas com este trabalho, espero ter uma ideia em torno da Igreja moçambicana principalmente no Norte do País. Um outro interesse e motivação veio da parte de algumas pessoas que me incentivaram a falar de Manuel Vieira Pinto. Uma vez que ele gastou quase toda a sua vida a favor do povo macua, este meu trabalho é uma homenagem a esta figura que muito respeito pelos seus atos e sua ação social como prelado da Arquidiocese de Nampula. Como membro temporário da Sociedade Missionária da Boa Nova, preparando-me para o sacerdócio, é preciso saber que, como para outras Congregações e Institutos, a defesa da dignidade humana é e será um desafio inacabado, ou seja, vai sempre dominar toda a vida pastoral, como um pastor à imagem do seu Pastor.

O objetivo do trabalho é analisar o percurso feito por Manuel Vieira Pinto na Igreja de Moçambique, principalmente como Bispo de Nampula, desde a sua nomeação; relacionar as diversas reações de Manuel Vieira Pinto assim como as do Estado, que surgiram antes e depois da Independência de Moçambique; compreender os ensinamentos da Igreja em torno da ética social para uma pastoral digna e eficaz, recorrendo a alguns documentos do magistério; definir linhas de ação pastoral numa sociedade como Moçambique, principalmente numa sociedade, como o povo macua, e identificar do mesmo modo os possíveis pontos de atuação numa sociedade dominada pela política marxista.

As obras de base para o nosso trabalho são: a de José Luzia: *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula* e a outra que foi compilada por Anselmo Borges *Manuel Vieira Pinto*,

*Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*. As outras fontes de pesquisa são os documentos do magistério e algumas obras e artigos que abordam o nosso tema direta ou indiretamente.

Metodologicamente, a presente investigação servir-se-á do seguinte: *pesquisa e recolha de dados* nas obras e manuais que abordam implícita ou explicitamente o pensamento teológico de Manuel Vieira Pinto; a *hermenêutica das fontes*, porque será necessário que sejam interpretados, através de fontes disponíveis, os ideais de Manuel Vieira Pinto, presentes mesmo nas obras em que tal assunto aparece de forma implícita. Farei também a *comparação do seu pensamento* na medida em que se confronta com as diversas concepções sobre esta temática presentes ao longo da história do homem; *método indutivo e dedutivo*, pois será necessário que, juntando as diversas concepções, se chegue a uma conclusão; *método histórico*, isto é, investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. Para melhor compreender o papel que atualmente desempenham na sociedade, devemos remontar aos períodos da sua formação e das suas modificações.

O trabalho está dividido em três capítulos e será abordado numa perspectiva ética. Assim sendo, no primeiro capítulo, *D. Manuel Vieira Pinto: o último de uma série*, apresentaremos o percurso feito pelos missionários na Arquidiocese de Nampula. Este percurso, ajuda-nos a perceber as relações existentes entre a Igreja e o Estado e os passos que foram dados até à chegada de Manuel Vieira Pinto. Procuraremos do mesmo modo apresentar brevemente a missão dos dois anteriores bispos de Nampula – Teófilo José Pereira de Andrade e Manuel de Medeiros Guerreiro.

No segundo capítulo, *D. Manuel Vieira Pinto: o obreiro da Igreja em Nampula*, pretendo compreender como se deu a fundação da Igreja local em Nampula à luz do Vaticano II. Compreender também a ação da Igreja na sociedade e o seu papel na promoção da paz social. Procuraremos saber um pouco do serviço de Manuel Vieira Pinto num País em formação e cheio de ideologias. E no último ponto deste capítulo, identificar as bases teológicas e meios usados para a formação de uma Igreja com o rosto local numa sociedade mediatizada, de modo a implementar novas formas de ação e de colaboração moral.

No último capítulo, *D. Manuel Vieira Pinto: balanço da vida de pastor*, falaremos da influência da Doutrina Social da Igreja, e a necessidade do diálogo para saber que orientações morais advêm da evangelização atualmente. Saber também qual foi o contributo da Igreja de Nampula no desenvolvimento social. Outrossim, procuraremos saber qual era a posição de

Manuel Vieira Pinto em torno da vida do homem – a sua posição sobre a dignidade humana. Iremos também identificar algumas exigências da Igreja de Nampula. Partindo do diálogo, traçaremos campos de atuação, tendo em conta os desafios deixados por Manuel Vieira Pinto e os da sociedade contemporânea.

## CAPÍTULO 1 – D. MANUEL VIEIRA PINTO, O ÚLTIMO DE UMA SÉRIE

Neste capítulo, no primeiro ponto, iremos fazer uma contextualização de Moçambique, nomeadamente a sua situação, geográfica, política, económica e social, para poder compreender a realidade em estudo. Procuramos também refletir sobre a evangelização moçambicana, tentando compreender a resposta da Igreja à sociedade diante dos desafios das mudanças ocorridas naquela altura e a sua repercussão hoje.

Por natureza, a Igreja é missionária e nasce da ação evangelizadora de Jesus e foi confiada aos doze apóstolos. Ela é por sua vez enviada por Jesus, para estar presente no meio do mundo e ser sinal da presença de Cristo (cf. EN 15). Cada Igreja particular atravessa várias etapas da sua evangelização.

Na época dos descobrimentos, a Coroa e o Evangelho andavam de mãos dadas, sem uma distinção clara daquilo que é o processo de evangelização. Por isso, os missionários eram enviados num acordo entre a ordem religiosa, a Santa Sé e o Rei que era tido como o padroeiro, ou seja, responsável pela promoção da Igreja nos territórios descobertos - daí o nome de Padroado. Neste sentido, levantam-se várias questões, tais como: a quem pertence o terreno da missão e a quem obedecer. A evangelização do povo moçambicano está ligada à navegação e à descoberta de novos caminhos marítimos para o comércio.<sup>1</sup>

As fundamentações teológicas da evangelização são imprescindíveis para a nossa reflexão. Assim sendo, neste primeiro capítulo, teremos como obras de base<sup>2</sup> aquelas que achamos ser imprescindíveis para essa abordagem.

---

<sup>1</sup> Cf. Alfredo Tumbo Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça* (Porto: Universidade Católica: 2018), 28.

<sup>2</sup> Adriano Baritussio, *Moçambique, 50 anos de Presença dos Missionários Combonianos* (Roma: Editora MCR, 2015); Oliveira Boléo, *Moçambique* (Lisboa: Agência geral do ultramar, 1951); Duarte Lopes, *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* (Lisboa: Publicações Alfa, 1951); Peter Karibe Mendy, *Colonialismo Português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994); Eurico Dias Nogueira, *Missão em Moçambique* (Vila Cabral: Gráfica de Coimbra, 1970); e José Augusto Alves de Sousa, e Francisco Augusto da Cruz Correia. *500 anos de evangelização em Moçambique* (Braga: Paulinas, 1998).

## 1.1. Contexto geográfico, político, económico e social de Moçambique

A República de Moçambique é um Estado de Direito, baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem. «O território da República de Moçambique é uno, indivisível, abrangendo toda a superfície terrestre, a zona marítima e o espaço aéreo delimitados pelas fronteiras nacionais».<sup>3</sup> Moçambique é um País que está situado na costa oriental da África Austral com uma extensão territorial de aproximadamente «801 590 quilómetros quadrados»,<sup>4</sup> com 27 909 798 de habitantes, conforme o senso realizado no ano de 2017. País de língua oficial portuguesa, independente a 25 de junho de 1975. O nome é derivado de Mussa Bem Mbik, um dos sultões que, no período compreendido entre 1400 e 1800, se estabeleceram nesta região, começando pela Ilha e irradiando gradualmente para o interior. Limita-o a Norte, o rio Rovuma, que o separa da Tanzânia; a Sul, os rios Incomáti e Maputo, com uma linha reta de 90 km perto da fronteira da África do Sul, descrevem o ponto mais estreito do território nacional; a Este, pelo contrário, abre-se sobre o oceano Índico com a vastidão das planícies sulcadas por um gradeamento de rios: Messalo (650 km), Lúrio (605 km), Licungo (336 km), Zambeze (820 km), Púnguè (322 km), Búzi (320 km), Save (330 km) e Limpopo (283 km). Entre estes, Zambeze e Limpopo estão entre os maiores e os mais fascinantes rios da África.<sup>5</sup>

A Capital moçambicana Maputo, chamada Lourenço Marques durante a dominação portuguesa,<sup>6</sup> fica situada no Sul do País. O País é dividido administrativamente em onze províncias, das quais quatro no Sul (Maputo, Maputo Cidade, Gaza e Inhambane), quatro no Centro (Manica, Sofala, Zambézia e Tete) e três no Norte (Nampula, Cabo Delgado e Niassa). A República de Moçambique organiza-se territorialmente em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações (aldeias).<sup>7</sup>

Politicamente, Moçambique sofreu muitas influências e, ao longo dos tempos, passou por várias transformações, isso porque, antes da dominação portuguesa e da chegada dos primeiros missionários, o País (aquilo que viria a ser Moçambique) chamava-se Império Mutapa. O império era composto por comunidades diferentes, que falavam karanga. Era um

---

<sup>3</sup> Constituição da República de Moçambique, *Princípios Fundamentais* (Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004), 6.

<sup>4</sup> Cf. Elise Antunes Gerech, *As múltiplas faces da colonialidade: um estudo sobre a participação das instituições católicas no processo de paz de Moçambique* (Florianópolis: Universidade Federal, 2015), 15-16.

<sup>5</sup> Cf. Oliveira Boléo, *Agência geral do ultramar* (Lisboa: Agência geral do ultramar, 1951), 11.

<sup>6</sup> Cf. Boléo, 12.

<sup>7</sup> Cf. Constituição da República de Moçambique, *Princípios Fundamentais*, 6.

império organizado, com profundas regras e com uma estrutura social muito rigorosa. Isso o caracterizava no seu modo de viver. Nessa ordem de ideias, Duarte Lopes<sup>8</sup> diz o seguinte:

O Império do Monomotapa é grande e de gente infinita, gentia e pagã, de cor negra, muito animosa na guerra, de estatura meã, e veloz; e há muitos Reis vassalos de Monomotapa; [...] tem este Imperador muitos exércitos, e separados nas províncias, divididos em legiões, à usança dos romanos; porque sendo grande Senhor, tem necessidade de batalhar continuamente para manter o seu estado. Entre as gentes de guerra, que apontamos, as mais valorosas em nome são as legiões de mulheres, muito estimadas de El-Rei, e o nervo das forças militares. Elas queimam com o fogo as tetas esquerdas, por que lhes não sirvam de embaraço ao dispararem as setas, segundo o uso da Antiquíssimas Amazonas, tão celebradas dos Historiógrafos das primeiras memórias profanas.<sup>9</sup>

Podemos ver que o Império Mutapa era composto de gente fiel à sua cultura e tradição, gente que não queria violar aquilo que os caracterizava. Administrativamente, o Império era estruturado em três níveis: «a Capital, a Província e a Aldeia».<sup>10</sup> Os Mutapas confiavam o seu poderio aos chefes das aldeias e das províncias.

Com a Independência Nacional do País, conquistada em 25 de junho de 1975, o povo moçambicano ganhou a liberdade da escolha dos seus governantes através de eleições.<sup>11</sup> A partir desse ano, Moçambique é governado pelo partido FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e por sua vez, a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) tornou-se o partido de maior força política da oposição e posteriormente nasceu o MDM (Movimento Democrático de Moçambique). Dos dois partidos históricos, foi a FRELIMO que teve um papel preponderante na luta de libertação nacional. Posteriormente, Moçambique viveu uma longa guerra desencadeada entre a FRELIMO e a RENAMO que durou cerca de dezasseis anos. O desentendimento e a sede do poder desses partidos levaram a conflitos políticos em Moçambique. Hoje, Moçambique é um País democrático, com eleições multipartidárias de

---

<sup>8</sup> Cf. Duarte Lopez (1578-1589) foi um comerciante e navegador português, cartógrafo que viajou pela África. Ofereceu uma das primeiras descrições europeias da África central. Quando chegou ao Congo no navio em 1578, foi encarregado posteriormente pelo rei do Congo, Álvaro II, de entregar uma carta a Filipe II da Espanha e ao Papa sobre a exploração das minas de prata. Retornou ao Congo em 1589. Seu relatório não foi publicado até 1591 por Filippo Pigafetta (1533-1604), um oficial italiano do Papa. Este relato é um importante testemunho de sua experiência na África. Trata da geografia do País, dos seus animais, dos habitantes e seus costumes, do comércio português, das atividades missionárias, etc. De particular interesse são a sua história e as descrições das tribos congolosas e dos seus reis. Continuou a ser a principal fonte de informação sobre o Congo e a África central até meados do século XIX.

<sup>9</sup> Duarte Lopes, *Relação do reino do Congo e das Terras Circunvizinhas* (Lisboa: Publicações Alfa, 1951), 133-134.

<sup>10</sup> Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 12.

<sup>11</sup> Constituição da República de Moçambique, *Preâmbulo*, 3.

cinco em cinco anos. Há uma pluralidade partidária na constituição do parlamento moçambicano.<sup>12</sup>

Com a Independência, Moçambique herdou uma estrutura económica social colonial que se caracterizava por uma desproporção entre o Norte e o Sul do País (entre o campo e a cidade). Nessa ordem de ideias, o Sul era mais desenvolvido que o Norte e por sua vez a cidade mais desenvolvida do que o campo. Depois da Independência, optou-se pela inversão dessa proporção, apostando-se numa economia socialista centralmente planificada. Outrossim, importa saber que, devido aos vários conflitos militares internos entre a FRELIMO e a RENAMO, às calamidades naturais, a estratégia fica sem efeito, mas sempre com um desejo enorme em melhorar a economia do País. Em grande parte, Moçambique depende da ajuda externa para o seu orçamento de Estado. Moçambique é um País em crescimento e que tem a confiança dos seus investidores.<sup>13</sup>

Apesar dos conflitos políticos internos, nesses últimos anos, Moçambique desenvolveu-se na área da agricultura. O País possui extensa terra fértil propícia à agricultura. Mas também possui riquezas naturais como gás e pedras preciosas. O conflito em Cabo Delgado, associado às calamidades naturais do ciclone Idai em 2019, veio enfraquecer o desenvolvimento do País. Moçambique depende da ajuda externa para colmatar a pobreza e reforçar o seu orçamento de Estado.<sup>14</sup>

É fácil de perceber que através da execução da sua política, o orçamento do Estado regula e impulsiona as áreas socioeconómicas mais importantes e cria um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada.<sup>15</sup> No entanto, vemos uma situação em que há uma centralização económica em determinados pontos do País, ou seja, um desenvolvimento mais acentuado em algumas regiões e uma estagnação económica mais prevalente noutras. Assim, podemos comparar com aquilo que Jürgen Habermas chama de «dominação social».<sup>16</sup> Porém, esse termo, era usado pelo Habermas para caracterizar aquilo

---

<sup>12</sup> Cf. Constituição da República de Moçambique, *Preâmbulo*, 3.

<sup>13</sup> Cf. Júnior, *A família-Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 13.

<sup>14</sup> Cf. Nações Unidas, «Agência da ONU já levou ajuda a 1 milhão de pessoas em Moçambique», ONU NEWS, 2019, acessado a 27 de março de 2022, <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668501>.

<sup>15</sup> Júnior, 13.

<sup>16</sup> Na sociedade tardio-capitalista, os grupos sub-privilegiados e os grupos privilegiados, já não podem enfrentar-se como classes sociais económicas. Assim se mediatiza a relação fundamental que existiu em todas as sociedades tradicionais e aparecem no capitalismo liberal: o antagonismo de classes entre parceiros que se encontram numa relação institucionalizada de domínio, de exploração económica e de opressão política, relação

que eram as sociedades ocidentais naquela época. Também nós podemos usar essa denominação para caracterizar a sociedade moçambicana daquela época, sociedade cheia de diferenças sociais.

É necessário então que o pensamento político se livre de todos os atavismos. Para tal «[...] o pensamento político tem de abandonar a ideia de que a política é outra coisa que não é um intercâmbio comunicativo cujo requisito fundamental é alcançar um acordo racional sobre o que queremos dizer quando falamos uns com os outros»;<sup>17</sup> e que a reflexão capaz de desafiar a nova ideologia deve abdicar dos interesses das classes dominadoras e do poder legalmente constituído, para trazer à luz o interesse comum.

Mesmo com o notável crescimento económico que o País regista, é fácil de ver que muitos moçambicanos continuam a viver abaixo da linha da pobreza. Por isso, o combate à pobreza tem sido uma das grandes prioridades do Governo moçambicano. Porém, é preciso ter em conta que só com atitudes e políticas práticas de inclusão do outro, ou seja, uma inclusão social, com uma economia orientada para o desenvolvimento integral da pessoa humana, é que podemos assistir a uma melhoria, não apenas para alguns, mas para todos. Não é que todos possam vir a ter os mesmos recursos ou as mesmas riquezas, mas todos podem ser agentes e dinamizadores da sua própria vida, todos se sentindo integrados e corresponsáveis pelo desenvolvimento integral do País, que deve ser, conseqüentemente, o desenvolvimento de todo o povo moçambicano.<sup>18</sup>

## **1.2. A evangelização em Moçambique**

A história da evangelização de Moçambique está intimamente ligada à colonização portuguesa. Os povos africanos lutaram muito pela própria emancipação e desenvolvimento. Há uma tradição bem presente nestes períodos, intitulada tradição de resistência contra o domínio colonial na África Negra. É interessante ressaltar aqui o estudo de Peter Karibe

---

em que a comunicação está distorcida e restringida, que as legitimações que ideologicamente a ocultam não se podem pôr em questão (Jürgen Habermas, *O discurso filosófico da Modernidade* (Córdova: Texto Editores, 2010), 79).

<sup>17</sup> G. Borradori, *Filosofia em tempos de terror: um discurso com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*, trad. J. Pinho (Porto: Campo das Letras, 2004), 94.

<sup>18</sup> Cf. Gerech, *As múltiplas faces da colonialidade: um estudo sobre a participação das instituições católicas no processo de paz de Moçambique*, 19.

Mendy sobre o “Colonialismo Português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)”. A um certo momento Mendy afirma:

Convém estabelecer desde já que, através da história, os povos subjugados da África nunca foram passivos. Salienta-se este aspeto para evitar a falsa conceção de que a ocupação estrangeira foi a origem da resistência em África. Os reinos e impérios pré-coloniais, à semelhança dos poderes coloniais e pós-coloniais, apoiavam-se em relações de dominação e exploração.<sup>19</sup>

Essas e demais situações (como por exemplo a exploração) não contribuíram para uma boa evangelização do continente africano. Variadíssimas vezes, o povo moçambicano não conseguia distinguir a religião da ocupação colonial, ficando impossibilitado de ver a religião como anúncio da Boa Nova de Cristo. Além disso, também havia dificuldade na inculturação dos atos litúrgicos, como nos lembra Mendy: «o desafio do cristianismo africano ao poder colonial europeu manifestou-se na revolta contra o controlo europeu das igrejas e imposição europeia na liturgia».<sup>20</sup> Tanto a mistura da imposição colonial como a imposição do evangelho não contribuíram em nada para o avanço das nossas sociedades e igrejas; pelo contrário, contribuíram para empobrecer as nossas sociedades e igrejas. As consequências são ainda visíveis nos nossos dias, quando se encontram revoltas e resistências das populações, mesmo quando a Igreja, em obediência ao mandato de Cristo, se coloca ao serviço da sociedade, isto é, do homem na sua totalidade.

Os portugueses marcaram a sua presença no território africano desde os meados do século XV. Uma presença que compreendia toda a costa ocidental de África até Serra-Leoa, nos períodos de 1470. Esta presença em territórios africanos é marcada por um grande impulso missionário, por um bom clima político (alguns reis praticavam o cristianismo), por um bom ambiente espiritual. Nasceram na altura várias congregações e institutos com carisma missionário. Pensemos no caso da reforma carmelitana, o nascimento da companhia de Jesus, surgimento de muitas escolas francesas de espiritualidade, como nos conta Charles-Marie Guillet.<sup>21</sup>

Em 1492, houve um grande impulso missionário, tendo em conta o discurso final de Jesus em Marcos: «Ide». É nessa linha que Charles-Marie Guillet afirma que «é, portanto, uma

---

<sup>19</sup> Cf. Peter Karibe Mendy, *Colonialismo Português em África: A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda - E.P., 1994), 37.

<sup>20</sup> Mendy, 62.

<sup>21</sup> Cf. Charles-Marie Guillet, *A Igreja, comunidade de testemunhas mergulhadas na história* (Lisboa: Edições Paulistas, 1988), 54.

igreja clerical e praticamente latina que é transportada para todo o mundo. E tudo isto em clima de colonização (espanhola, portuguesa e depois francesa ...) que assenta no prestígio e na força do dinheiro. Estamos longe da situação das primeiras testemunhas após o Pentecostes».<sup>22</sup>

A partir destas e de outras constatações compreende-se o porquê da grande falha de uma boa penetração do evangelho em vários continentes, em particular na costa oriental da África Austral, em concreto no território moçambicano.

O Papa Francisco, ao falar da evangelização, afirma que devemos viver e transmitir a alegria do Evangelho, para toda a vida. Nessa linha, podemos perceber que a alegria de evangelizar deve encher o coração do homem e o coração daqueles que se encontram com Jesus e se deixam salvar por Ele (cf. EG 1). O próprio Jesus chamou um pequeno grupo de doze homens para realizar sua obra e espalhar o evangelho por todo o mundo (cf. Mt 28,19).

Segundo Cassiano Floristán, evangelização é o anúncio do evangelho de Jesus centrado no reino de Deus. É a proclamação do *Kerigma*, isto é, da Vida, Morte e Ressurreição de Jesus, o que equivale a descobrir e divulgar o projeto salvador de Deus, manifestado em Cristo. Por isso, evangelizar é a missão central da Igreja e de todos os crentes.<sup>23</sup> Isso não foge das ideias daqueles que foram os primeiros evangelizadores em terras moçambicanas. A missionação na zona da conquista e da descoberta, a partir do século XV, foi uma frente de ação praticamente circunscrita aos reinos da península ibérica, acompanhados com a ânsia de poder, o espírito de aventura, a procura de espaços comerciais e a preocupação pela dilatação da fé. Nos que intervieram na gesta marítima e na ulterior ocupação de territórios que serão tutelados pelos reinos ibéricos, todas as formas de evangelização estiveram presentes de forma desigual.

Neste sentido, é incontornável falar da evangelização de Moçambique sem fazer referência à ação portuguesa no que diz respeito aos descobrimentos bem como ao Padroado. Do mesmo modo, é incontornável a ação dos missionários jesuítas, pelo seu importante papel no processo e no combate ao Islamismo, localizado ao longo da faixa costeira de Moçambique. Portugal iniciou as suas expedições de navegação na costa do Continente africano em busca de um caminho marítimo que conduzisse até à Índia. Afirma, nesse sentido, David Sampaio Barbosa: «aquando da descoberta do caminho marítimo para a Índia, efetuado pelos

---

<sup>22</sup> Guillet, *A Igreja, comunidade de testemunhas mergulhadas na história*, 55.

<sup>23</sup> Cf. Cassiano Floristán, «Evangelização», em *Dicionário de pastoral*, trad. M. Ribeiro da Rocha, J. Sameiro, A. Maia da Rocha e Dr. A. Vieira. Ed. Santuário, 1ª ed. (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1990), 216.

portugueses no século XV, a presença e o poder do Islão tinham já batido em retirada na quase totalidade da península».<sup>24</sup> Continua ainda Eurico Dias Nogueira (+ Bispo emérito da Igreja em Vila Cabral, atual cidade de Lichinga): «A costa oriental da África recebeu a primeira evangelização através dos missionários que por ela passavam a caminho da Índia».<sup>25</sup>

A expansão marítima teve sempre assistência religiosa. Com a descoberta e a posse de novas terras colocou-se a questão dum efetivo atendimento religioso às populações encontradas. As bulas associaram a condição de posse com a obrigação de lá se iniciar uma missão. Com a bula *Pastoris Aeterni*, de 1472, passou-se a privilegiar a conquista evangelizadora.<sup>26</sup>

Na mesma linha, nunca se pode menosprezar a importância de vários outros fatores como: «os Padroados, a concessão da Santa Sé, a coroa Portuguesa e a relação dos Jesuítas com a Coroa, os Jesuítas e a Coroa portuguesa: a Universidade de Évora».<sup>27</sup> Havia uma necessidade de levar a todos os povos a luz do Evangelho e a civilização. Os portugueses acabaram por desempenhar um papel importante na expansão do Cristianismo no mundo, ao provocarem este movimento que aproximou irreversivelmente toda a humanidade e que globalizou as suas ligações. Constata-se que a expansão ultramarina de Portugal andou sempre de mãos dadas com ação missionária.

Nos séculos seguintes, a questão do padroado gerou muitos problemas entre Portugal e a Santa Sé. Porém, o problema foi resolvido com o acordo missionário de 1940 e depois com o fim do império colonial português. Os primeiros contactos com os chefes locais foram principalmente comerciais e remontam à expedição de Pêro de Anaia (1505). Antes tinham passado por Moçambique Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Em 1505 foi escolhido, em Sofala, o lugar para a fortaleza e para a primeira igreja. A partir desse momento, seguiram-se outras construções de igrejas, tendo a segunda sido construída na Ilha de Moçambique em 1507. Todavia, a preocupação primordial era a assistência religiosa aos portugueses. Até

---

<sup>24</sup> David Sampaio Barbosa, «A missão nos séculos XV e XVI: contextualização histórica duma evangelização», *Igreja e Missão* 239 (2018): 223.

<sup>25</sup> Eurico Dias Nogueira, *Missão em Moçambique* (Vila Cabral: Gráfica de Coimbra, 1970), 44.

<sup>26</sup> Cf. Barbosa, 233.

<sup>27</sup> Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 26-35.

Francisco Xavier esteve em Moçambique em 1541 durante seis meses, de onde seguiu para a Índia,<sup>28</sup> mas a sua ação pastoral foi limitada.

Em torno da evangelização em Moçambique, podemos mencionar algumas personagens preponderantes na evangelização. Destaca-se o grande missionário, o Padre Gonçalo da Silveira, que em 1560 desembarcou em Moçambique com mais dois companheiros, vindos de Chaúl, na Índia. Em sete semanas de evangelização batizou o Rei de Otongue e mais quinhentas pessoas da região de Inhambane.<sup>29</sup>

Um ano mais tarde, estava na célebre corte de Monomotapa,<sup>30</sup> batizando o rei e centenas de súbditos. Mas pouco depois o Monarca, levado pelas intrigas dos mouros, já por esse tempo numerosos em toda a região, mandou assassiná-lo, fazendo dele o primeiro mártir destas terras.<sup>31</sup>

Ao chegar a Tongue, em 1560, os padres Gonçalo da Silveira e André Fernandes encontraram um enorme paganismo vivido pelos portugueses, os asiáticos de Goa e os seus escravos. Iniciaram o trabalho missionário: O P. Gonçalo partiu para o interior, foi recebido pelo Monomotapa em 1561, e batizou o rei e trezentos vassallos, mas foi morto meses depois por causa da intriga dos muçulmanos, como afirmei anteriormente. Daquilo que se sabe, os missionários jesuítas foram responsáveis pela direção de um colégio e por várias missões.<sup>32</sup> Os jesuítas estavam ligados à Universidade de Évora, criada com a finalidade de formar teólogos e pessoas capazes de ensinar a doutrina da fé cristã e a palavra de Deus ao povo. Por isso, o seu objetivo principal era a formação de pregadores, confessores, curas e sacerdotes adequados. A

---

<sup>28</sup> Cf. Nogueira, *Missão em Moçambique*, 44.

<sup>29</sup> Cf. Província localizada na região Sul de Moçambique. A sua capital é a cidade de Inhambane, situada a cerca de 500 km a Norte da capital de Moçambique (Maputo). Com uma área de 68 615 km<sup>2</sup> e uma população de 1 496 824 habitantes segundo o censo realizado em 2017. A Província está dividida em 14 distritos e possui, desde 2013, 5 municípios: Inhambane, Massinga, Maxixe, Quissico e Vilanculos. Inhambane situa-se no topo da região Sul de Moçambique, e está limitada a Norte pelas províncias de Sofala e Manica, a leste e sudeste pelo Oceano Índico e a sul e oeste pela Província de Gaza. Importa saber que a vila de Massinga se tornou município em 2008 e a vila de Quissico em 2013. Uma densidade populacional de 21,8 habitantes por km<sup>2</sup>. Quando ao género, 54,1% da população era do sexo feminino e 45,9% do sexo masculino. O valor de 2017 representa um aumento de 192 004 habitantes ou 14,7% em relação aos 1 304 820 residentes registados no censo de 2007. A Província de Inhambane está dividida em 14 distritos, os 12 que existiam quando foi realizado o censo de 2007, mais os distritos de Inhambane e Maxixe, estabelecidos em 2013 para administrar as competências do governo central, e que coincidem territorialmente com os respetivos municípios. As etnias dominantes são os Língua xitsua-Mátshwa, os Bitonga e os Chopi.

<sup>30</sup> Cf. Transcrição portuguesa de Mwene-Mutapa, nome dado ao rei de uma confederação de tribos bantu.

<sup>31</sup> Cf. Nogueira, 45.

<sup>32</sup> Cf. Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», em *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, ed., Carlos Moreira Azevedo, 1ª ed., J-P (Rio de Mouro: Círculos de Leitores S. A., 2001), 237.

Universidade de Évora teve grande prestígio. Nessa linha, Francisco Augusto da Cruz Correia diz:

[...] além de bispos, sacerdotes e religiosos e outros homens de saber, a Universidade deu para o ultramar português uma plêiade de personalidades que honraram a Igreja e as ciências sagradas e humanas. De Évora levaram numa mão a bíblia com que transmitiam a fé cristã e na outra a gramática com que veiculavam a língua portuguesa e, com ela, a cultura ocidental [...].<sup>33</sup>

A obra de Gonçalo da Silveira, o destemido filho dos Condes de Sortelha que Santo Inácio nomeara provincial de todo o Oriente, seria continuada pelos missionários jesuítas e dominicanos. Segundo os relatos, em 1612 foi criada a Vigararia de Moçambique, com jurisdição em toda a costa oriental da África, desde o Cabo da Boa Esperança até ao Guardafui.<sup>34</sup> Nessa primeira metade do século XVII, existiam Imperadores cristãos no Monomotapa.

A missionação jesuítica em Moçambique é compreendida em três momentos: «o primeiro entre 1560 e 1572, o segundo se deu no período de 1610 a 1759 e o último entre 1881 e 1911».<sup>35</sup> Esses três momentos não foram todos bons, ou seja, de grande ação missionária, principalmente no que se refere à adaptação cultural. A maioria dos missionários estava pouco motivada para tentar compreender as culturas locais e para discernir os múltiplos aspetos delas que não deviam ser combatidos. Os dominicanos, por sua vez, marcaram a sua presença no solo moçambicano nos anos de 1577, vindos de Goa, e se dedicaram à reevangelização dos portugueses e ao anúncio aos indígenas. Com o passar do tempo, a sua presença foi se alargando de forma progressiva às terras de Sofala, Tete, Ilhas Quirimbas e Ilha de São Lourenço. Entre os dominicanos destacaram-se os freis João Madeira e João Santos. O processo de evangelização em Moçambique, caracterizou-se por um deslocar do cristianismo europeu para as novas terras. É a isso que podemos chamar de Missão, mas tudo num dinamismo que proporcionasse a salvação das almas.<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», 237.

<sup>34</sup> Cf. Nogueira, *Missão em Moçambique*, 45.

<sup>35</sup> Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 32.

<sup>36</sup> Cf. Júnior, 34.

### **1.2.1 D. Teófilo José Pereira de Andrade e D. Manuel de Medeiros Guerreiro: dois antecessores de D. Manuel Vieira Pinto**

#### **a) D. Teófilo José Pereira de Andrade**

A fundação da Diocese de Nampula, agora Arquidiocese, foi formalizada no ano de 1940 pela bula *Sollemnibus Conventionibus*, do Papa Pio XII, de 4 de setembro do mesmo ano. Na altura, a Diocese ocupava um território muito vasto, a partir da Província do Niassa, Nampula-Cidade e a Província de Cabo Delgado, como se afirma na bula: «Por último fundamos a Diocese de Nampula, que toma da Cidade de Nampula, em que estará a sede episcopal, e atribuímos-lhe o território da Província civil do Niassa, ou seja, dos Distritos de Moçambique e Porto Amélia. A Cátedra episcopal, porém, será colocada na igreja que será sob o título de Nossa Senhora de Fátima» (BSC 3). Foi a este território que foi enviado o recém-nomeado Bispo, D. Teófilo José Pereira de Andrade, como o seu primeiro Bispo.

José Pereira de Andrade, nasceu no dia 14 de janeiro de 1881, na freguesia de São Salvador de Cabreiro, concelho dos Arcos de Valdevez, Arquidiocese de Braga. Com seis anos, frequentou o ensino primário, e depois da primeira comunhão, em janeiro de 1892 foi admitido a entrar no Colégio Seráfico de Montariol.<sup>37</sup> Isso quando tinha 11 anos. Nessa altura, decidiu ser Sacerdote, para a messe do Senhor. Depois de uma formação de cinco anos, ou seja, em 1879, o jovem Andrade é admitido no noviciado para prosseguir a sua formação sacerdotal e no final desta etapa recebeu o hábito Franciscano,<sup>38</sup> com o nome religioso de Teófilo, segundo as Constituições dos Franciscanos. Tirou o curso de filosofia e de Teologia em 1900. Este foi mais um passo dado na vida do agora Frei Teófilo. Cinco anos depois, é «ordenado Sacerdote nas mãos do Cardeal Patriarca Neto, em Lisboa».<sup>39</sup>

Teve outras formações, como é o caso do curso de Dogmática. Exerceu com muita dedicação os cargos que lhe foram confiados, pois, amava o que fazia,<sup>40</sup> e com amor se entregou totalmente ao serviço dos outros. Como Sacerdote em Portugal desempenhou vários cargos, dos quais aprendeu a conviver, a sofrer com os outros. Não que soubesse, mas teve uma certa experiência prática.

---

<sup>37</sup> Cf. Teófilo de Andrade, *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes* (Braga: Pró-manuscrito, 1953), 7-8.

<sup>38</sup> Cf. Andrade, 8.

<sup>39</sup> Cf. Andrade, 12.

<sup>40</sup> Cf. António de Sousa Araújo, *Antoninhos da Conceição: dicionário de capuchos franciscanos* (Braga: Franciscana, 1996), 235

Em maio de 1941, Pe. Teófilo é nomeado Bispo da recém-criada Diocese de Nampula. Claro, dúvidas não faltaram da parte do padre, ou seja, teve uma reação negativa, mas isso não impediu que fosse ele o primeiro Bispo de Nampula. «Serenada a conversa, a pesada a responsabilidade que me impunha em tal emergência, respondi: por mim não aceito; mas se o Santo Padre manda, eu vou [...] até onde preciso for, mesmo que saiba que nada vou fazer [...]».<sup>41</sup> No mesmo ano, o Bispo parte para a missão, para uma Diocese onde iria começar tudo de zero (relativamente ao que diz respeito a uma Diocese). Parte ao serviço da Igreja e para a Igreja; parte para um desafio e um sacrifício em prol do outro. É com ele que começa de raiz a Catedral de Nampula e sob a padroeira Nossa Senhora de Fátima.

D. Teófilo era de carácter calmo e bom, porém muito fiel aos seus princípios, firme nas opiniões.<sup>42</sup> Os objetivos do Bispo era levar a todos os povos a palavra de Deus. O enviado de Deus, proclama a paz de Cristo, o amor, a justiça e ainda procura trazer a harmonia entre os povos. Também deixava um pouco do seu tempo para ensinar, pois com esse método, ia conhecendo as pessoas. Do mesmo modo, enviava cartas para as autoridades civis, a fim de comunicar os seus planos naquela Diocese, suas preocupações entre outros assuntos do interesse da Diocese. «A educação dos nativos, especialmente de crianças e jovens, é uma questão muito presente no plano missionário de D. Teófilo».<sup>43</sup> Ao falar da sua pastoral também falava da formação cristã, que é a base de todo o cristão. Teófilo saiu de Nampula por motivos de saúde e a Diocese ficou sem pastor.

D. Teófilo morreu no dia 25 de outubro de 1954, com 73 anos de idade. A morte deveu-se a uma hemorragia interna sofrida depois de uma operação de visão, causada por diabetes. Com a morte de Teófilo de Andrade, a Diocese ficou vagante. Foi nessa altura que houve a necessidade de nomear um Bispo para aquela Diocese e é nomeado D. Manuel de Medeiros Guerreiro.

---

<sup>41</sup> Teófilo de Andrade, *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes*, 29.

<sup>42</sup> Cf. Constantino Ferreira da Silva, *Diocese de Nampula e seu primeiro Bispo* (Braga: Pró-manuscrito, 1953), 5.

<sup>43</sup> Paulo Jorge Rodrigues de Faria, *D. Teófilo de Andrade: um Bispo da Concordata e do Acordo Missionário* (Braga: Universidade Católica, 2019), 74.

## b) D. Manuel de Medeiros Guerreiro<sup>44</sup>

Desde os anos de 1940, a Santa Sé procura uma nova forma de nomear bispos para Portugal e as suas colónias, das quais está a colónia de Moçambique. O objetivo principal era «assegurar a adequação das estruturas eclesiais ao desenvolvimento social e garantir a continuidade da sua Independência face ao poder político».<sup>45</sup> Esta preocupação em torno da nomeação dos bispos ajuda a criar equilíbrio de poder e estabilidade entre a Igreja e o Estado. Assim, a Santa Sé nomeia D. Manuel de Medeiros Guerreiro<sup>46</sup> para Bispo de Nampula, um dos homens que trabalhou para a edificação da Diocese de Nampula. Assim como Teófilo de Andrade, também Manuel de Medeiros Guerreiro preocupou-se com a construção de missões quase em toda a Diocese. Outrossim, importa saber que, naquela altura, muitos prelados tinham experiência pastoral, tendo trabalhado como párocos, ainda que por pouco tempo.<sup>47</sup> Com isso, podemos perceber que a experiência sacerdotal contava muito para a nomeação de um Sacerdote como Bispo. O seu percurso académico foi brilhante, porque era um aluno exímio e isso lhe valeu uma bolsa de estudos em Roma, na Universidade Gregoriana onde fez os seus estudos filosóficos e teológicos. Tendo também feito um percurso paroquial, ou seja, exerceu o múnus de pároco.<sup>48</sup>

Antes de ser enviado para Moçambique, Diocese de Nampula, D. Manuel de Medeiros Guerreiro foi Bispo de São Tomé de Meliapor,<sup>49</sup> que fazia parte do Padroado. Embora não sendo uma tarefa fácil para D. Manuel de Medeiros, ele aceitou o desafio de ir continuar o trabalho iniciado por D. Teófilo. Assim a missão de Maiaca, «tinha sido criada em 1947 pelo primeiro Bispo de Nampula D. Teófilo de Andrade. Mas foi já o seu sucessor D. Manuel Guerreiro que lhe deu condições de vida, ordenando a sua reabertura em 1951». Continua ainda Eurico Dias Nogueira: «Em 1960, D. Manuel Guerreiro criou nos subúrbios de Vila Cabral a

---

<sup>44</sup> Sobre D. Manuel de Medeiros Guerreiro, não queremos fazer uma biografia da sua vida, como fizemos com D. Teófilo, porém, fazer um pouco de menção sobre a sua ação pastoral. Porque para falar de D. Manuel Vieira Pinto, também é oportuno fazer uma menção desses dois pastores anteriores: D. Teófilo José Pereira de Andrade (1941-1951) e D. Manuel de Medeiros Guerreiro (1951-1966). Mas quem quiser saber um pouco dos seus dados biográficos, pode consultar a obra de Francisco Maria Pinheiro. (Francisco Maria Pinheiro, *Anuário católico de Moçambique*. Lourenço Marques: Oficinas do Diário, 1961).

<sup>45</sup> Luis Salgado de Matos, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril», *Análise Social*, Vol. XXIX, n. 1 e 2 (1994): 319, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223376669K3rCG9yg0Ud01KY9.pdf>.

<sup>46</sup> Manuel de Medeiros Guerreiro nasceu no dia 12 de abril de 1891, Lagoa, Portugal e morreu a 10 de abril de 1978. A 2 de março de 1951 é nomeado Bispo de Nampula, onde trabalhou até 30 de novembro de 1966. (cf. David M. Cheney, «*Dom Manuel de Medeiros Guerreiro*», acessado a 1 de setembro de 2022, <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bmedg.html>).

<sup>47</sup> Cf. De Matos, 336.

<sup>48</sup> Cf. De Matos, 377.

<sup>49</sup> De Matos, 367.

Missão de Nossa Senhora da Conceição, ainda com instalações deficientes. Por isso não consegue por ora desenvolver toda a atividade que é de esperar».<sup>50</sup>

Naquela altura, a Diocese contava com um número considerável de missões criadas de raiz, principalmente na Província do Niassa. As missões criadas naquela Província iam-se desenvolvendo, porém com um esforço enorme, pois precisavam de mais compreensão e mais ajuda. A ação pastoral de D. Manuel de Medeiros Guerreiro, foi muito envolvente, além da preocupação pelo povo, houve também uma preocupação na criação de novas Missões, implantação de uma Igreja local conforme a cultura, escolas, entre outras instalações. O Sacerdote, o Bispo deve ser, antes de mais, um homem de Deus, de amor. Outrossim, deve ser um homem de justiça e ainda de paciência como afirma o apóstolo Paulo a Timóteo: «Mas tu, ó homem de Deus, foge de todas estas coisas, e segue a piedade, a justiça, a fé, a caridade, a paciência e a mansidão» (Tim 6,11). Contudo, entre o material e o espiritual, entre o temporal e o eterno, entre o humano e o divino, o Bispo (Sacerdote) tem de procurar estar sempre do lado do espiritual (o eterno e o divino).

Por causa da sua debilidade, D. Manuel de Medeiros Guerreiro deixou a Diocese de Nampula em 1966 e é substituído pelo D. Manuel Vieira Pinto, a figura à qual dedicaremos uma grande parte do nosso trabalho.

### **1.3. Percorso biográfico de D. Manuel Vieira Pinto**

Nesta parte biográfica de D. Manuel Vieira Pinto, nos cabe refletir sobre a sua vida (percurso e formação) até ao ano do seu envio como Bispo de Nampula.

Manuel da Silva Vieira Pinto,<sup>51</sup> nasceu no dia 9 de dezembro de 1923, na manhã de Domingo, filho de José António Vieira Pinto, proprietário, e de Laurinda da Silva, doméstica, na freguesia de Aboim, concelho de Amarante (Portugal).<sup>52</sup> Fez os estudos teológicos no seminário da Diocese do Porto, e a 7 de agosto de 1949 foi ordenado Sacerdote, na Sé da

---

<sup>50</sup> Nogueira, *Missão em Moçambique*, 56-57.

<sup>51</sup> Em torno da sua biografia, ponto que marca o fim do primeiro capítulo e dá início ao segundo capítulo tomamos como base a obra de José Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula* publicada em 2016 e *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, (antologia, introdução e notas de Anselmo Borges), publicada em 1992. Duas obras muito importantes para o nosso trabalho.

<sup>52</sup> Cf. José Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula* (Águeda: Paulinas-Prior Velho, 2016), 9.

mesma Diocese. Nessa altura, o padre Manuel tinha 25 anos. No dia 15 do mesmo mês, celebrou a Missa Nova, na Igreja Paroquial de Aboim.

### **1.3.1. Formação académica e ordenação sacerdotal de Manuel Vieira Pinto**

Depois da sua ordenação a 7 de agosto de 1967, Manuel Vieira Pinto iniciou a sua atividade pastoral como auxiliar da paróquia de Campanhã e Cedofeita, posteriormente assistente diocesano nas várias associações da Ação Católica, dinamizador da Juventude Operária Católica.

Muitos tiveram os seus primeiros contactos com D. Manuel por causa dos seus atos, seus encontros e ainda por aquilo que fez pelo povo de Moçambique, principalmente o povo macua, na luta contra as injustiças. Manuel se preocupava com o povo. E isso levou a que fosse chamado pai de Nampula. Também procurava cultivar o espírito conciliador, uma mudança para o povo, no meio do povo e com o povo.

O recém Sacerdote desempenhou com amor a sua atividade, exercendo a missão de aconselhamento e promoção humana dos jovens do mundo operário da cidade e sendo diretor espiritual do Seminário de Vilar, tendo sucedido a D. Florentino de Andrade e Silva nesse cargo.<sup>53</sup> Entre os anos 1960-1967, visitou Roma onde conheceu o Padre Ricardo Lombardi, jesuíta, fundador do Movimento por Um Mundo Melhor, do qual virá a ser o primeiro diretor em Portugal. Padre Ricardo Lombardi preocupava-se com a renovação da vida cristã, a leitura dos sinais dos tempos, e procurou meios que favorecessem a mudança e a conversão, bem como a promoção da justiça social, a paz e a reconciliação entre os povos e nações.<sup>54</sup> Esse espírito também impeliu o jovem Sacerdote (Manuel Vieira Pinto).

Tendo regressado a Portugal, promoveu cursos e conferências. O Palácio de Cristal no Porto e o Pavilhão dos Desportos em Lisboa ficavam sempre cheios de pessoas, que procuravam escutar as suas conferências.<sup>55</sup> Vieira Pinto tinha grande capacidade de mobilizar as pessoas, isso tudo com o intuito de uma evangelização renovada e aprofundada. Com o seu

---

<sup>53</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 9.

<sup>54</sup> Cf. Ricardo Lombardi, *Movimento por um mundo melhor: sonhador ou profeta?* (Braga: Editorial Franciscana, 1951), 18.

<sup>55</sup> Cf. *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística* (Antologia, introdução e notas de Anselmo Borges), 1ª ed. (Lisboa e Porto: Edições ASA, 1992), 74.

espírito conciliador, ele apresentava a doutrina social da Igreja, o que caracterizava o seu espírito pastoral. Para ele, a evangelização renovada e a doutrina social são dois pilares indispensáveis para uma harmonia entre todo o povo de Deus.

### **1.3.2. D. Manuel Vieira Pinto e o Movimento por um mundo melhor em Portugal**

O Movimento por um Mundo Melhor foi fundado por Ricardo Lombardi (padre jesuíta), que sentiu a necessidade de dar continuidade ao mandato de Jesus, evangelizando a partir da camada juvenil: «deixai as criancinhas e não as impeçais de vir a Mim» (Mt 19,14). Este Movimento teve o seu início no ano de 1952, no mês de fevereiro.<sup>56</sup> Outrossim, o próprio padre Lombardi afirma que este Movimento nasceria de uma contemplação pessoal, diante dos acontecimentos que surgiam no mundo:

O Movimento por um Mundo Melhor [...], creio que nasceu da contemplação. Agora que me encontro já em idade avançada, tenho a impressão profunda de que a força da minha vida, se existiu, veio sobretudo da contemplação. Recordando os meus anos já passados, vejo sem dúvida neles muita atividade; contudo, devo sinceramente resumi-los como uma existência muito mais contemplativa do que ativa. Foi, sei-o bem, um dom gratuito de Deus.<sup>57</sup>

Com esta afirmação, podemos dizer que Lombardi soube mergulhar na realidade do mundo, procurando assim viver tudo como tempo único, como tempo da salvação da humanidade. Essa preocupação tornou-se uma constante na vida de Lombardi. Isso levou-o a ser sincero nos seus atos, de modo em particular no que diz respeito aos direitos humanos. Para ele, a Igreja necessitava de uma reforma urgente, pois se encontrava num clima de injustiça. Era um mundo cheio de desejos que são alcançados por meio de injustiças. Com isso, o homem deve ter a consciência que avalia e procura identificar os problemas. Uma consciência que procura avaliar e solucionar os problemas. Com isso, Lombardi procurou ser modelo dessa consciência, e isso o levou a falar com coragem, a denunciar o que pensava ser contrário à vontade do Senhor, e a olhar para a urgência e a necessidade de uma renovação profunda da Igreja, nas pessoas e nas instituições.<sup>58</sup> Era um imperativo da consciência humana. Era ainda uma forma de dar à Igreja uma nova síntese em torno das realidades existentes, colocando como ponto primordial a dimensão comunitária. É nessa linha que nasce o Movimento por um Mundo melhor.

---

<sup>56</sup> Cf. Lombardi, *Movimento por um mundo melhor: sonhador ou profeta?*, 16.

<sup>57</sup> Lombardi, 23.

<sup>58</sup> Cf. Lombardi, 24.

Em Portugal o Movimento se tornou conhecido por meio de Manuel Vieira Pinto, a pedido do Papa Pio XII. O desejo de sua Santidade era que todos os países promovessem este Movimento. Manuel Vieira Pinto tornou uma realidade o desejo de sua Santidade em Portugal. Assim, Manuel Vieira Pinto foi o primeiro Diretor Nacional deste Movimento: «quando em 24 de setembro de 1967 – Ano da Fé – dei entrada na Diocese de Nampula levava comigo não só a experiência do tempo do Concílio, mas sobretudo o trabalho vivido em Portugal, durante sete anos, como Diretor Nacional do Movimento por um Mundo Melhor». <sup>59</sup> Assim, os trabalhos realizados em Portugal, como responsável do Movimento, a experiência vivida com outras pessoas ao longo da sua formação e a sua passagem por Roma mostram que a ação de Manuel Vieira Pinto estava na linha do Concílio Vaticano II.

Como responsável do Movimento, Manuel Vieira Pinto mostrou-se um apaixonado do evangelho e do espírito conciliar, procurando tornar a Igreja (Católica), em Portugal e no mundo, mais humana. Com a mesma preocupação do padre Lombardi, ele procurou transformar o mundo segundo o desígnio de Deus, sempre atento aos desafios e pondo-se ao serviço dos outros. Um desafio de todos e para todos. Assim sendo, Papa João Paulo II, citando Pio XII afirma:

Recebei a santa exortação que o vosso Pastor e Pai hoje vos confia: dar início a um poderoso despertar de pensamentos e de obras. Despertar que a todos comprometa, sem exceção alguma, o clero e o povo, as autoridades e as famílias, os grupos, cada pessoa em particular, no campo de uma renovação total da vida cristã, na linha da defesa dos valores morais, na prática da justiça social, na reconstrução da ordem cristã. <sup>60</sup>

Esta afirmação leva-nos a perceber a importância do sacerdócio comum dos fiéis e da sua vocação como imagem e semelhança de Deus, para que essa renovação seja feita segundo o Seu desejo. Nasce do mesmo modo o desejo de reunir os melhores e os maus num único redil do Senhor. Uma forma de ultrapassar os limites que dividem o povo entre si. <sup>61</sup> Esse desejo exige do homem uma resposta consciente, generosa e constante. Ao abandonar tudo e abandonar-se, o homem coloca a sua confiança na força do Altíssimo que vence todas as adversidades sociais.

---

<sup>59</sup> Manuel Vieira Pinto, *Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, 75.

<sup>60</sup> João Paulo II, «*Mensagem aos responsáveis do Movimento por um Mundo Melhor*», 2002, acessado a 12 de junho de 2022, [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20020209\\_mondo-migliore.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf_jp-ii_spe_20020209_mondo-migliore.html).

<sup>61</sup> Cf. Guia da Assembleia, *Liturgia da sagração Episcopal: movimento por um mundo melhor* (Cascais: Cardim-Lda, 1967), 15.

Com a sua visita a Roma, no ano de 1960, Vieira Pinto marca presença nas ações destinadas à renovação da Igreja – renovação da vida cristã, mudança e conversão, assim como na promoção da justiça social, parte integrante da vida da Igreja. Perante conflitos, a Igreja dedica-se à promoção da paz e reconciliação entre os povos. Teologicamente, o Concílio torna visível o desafio de uma Igreja comunhão, uma Igreja virada para o futuro. Este foi o espírito com que o jovem Sacerdote começou o seu serviço como Diretor Nacional. Espírito que impulsionou o Movimento por um Mundo Melhor.

Manuel Vieira Pinto tinha uma grande capacidade de reunir as pessoas, seguindo a linha da Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, e da Constituição dogmática *Lumen Gentium*, onde todos, movidos pela fé interior, devem contribuir para a evangelização: «o povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, em que participa juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença ou da vontade de Deus» (GS 11). Com esse espírito, Manuel Vieira Pinto atraiu muita gente nas suas conferências (realizadas muitas vezes no Pavilhão desportivo, em Lisboa e no Palácio de Cristal, no Porto). Além das conferências realizadas, também exerceu várias audiências televisivas, que atraíam muita gente. Nessas conferências, se dava conta de como o povo estava à procura de um mundo melhor. Com isso, ele sentiu-se impelido a tornar o mundo melhor, com mais amor e cuidado e promovendo assim a paz e a justiça social. D. Manuel sempre procurou ser aberto para com todos, segundo o desígnio de Deus. Carregava com ele nas suas ações o espírito do Concílio.

### **1.3.3. Ordenação episcopal de D. Manuel Vieira Pinto e nomeação como Bispo de Nampula - Moçambique**

Depois de uma breve biografia no ponto anterior sobre «a formação académica e ordenação sacerdotal» de Manuel Vieira Pinto, nas linhas que se seguem iremos abordar em breves linhas, o seu múnus como Bispo de Nampula.

No dia 27 de abril de 1967, o Papa Paulo VI nomeou Manuel Vieira Pinto Bispo de Nampula – Moçambique. A sua ordenação episcopal decorreu na Igreja da Trindade (Porto) no

dia 29 de junho. A 24 de setembro do mesmo ano chegou a Nampula e tomou posse.<sup>62</sup> O povo recebeu um pastor, que iria transformar a vida da Igreja local e não só. Durante a sua presença em Nampula, escreveu várias cartas pastorais em torno daquilo que se passava em Moçambique. Também fez algumas reflexões relacionadas com as questões sócio-políticas, das quais mencionamos: Caminhos de novas estruturas missio-pastorais, Na hora da viragem, Das missões à Igreja local, Repensar a Guerra, Imperativo de Consciência.<sup>63</sup>

Dessas cartas pastorais, as últimas duas - Repensar a Guerra e Imperativo de Consciência - é que tiveram maior influência na vida política, social e religiosa da sua Diocese e em Moçambique, tendo sido assinadas pelo Bispo e por todos os missionários Combonianos que se encontravam a trabalhar no Norte de Moçambique.

As duas cartas, onde apresenta o seu ideal em defesa da dignidade humana, dos seus direitos, a condenação do colonialismo e da guerra colonial, a defesa do direito à autodeterminação do povo moçambicano, foram motivos para a sua expulsão do território moçambicano, a 14 de abril de 1974, tendo-lhe sido fixada residência no Cartaxo em Portugal. Com ele foram também expulsos os missionários Combonianos, entre outros missionários da Beira e Tete entre os anos de 1971-1973.<sup>64</sup> Depois de ser expulso, voltou a Moçambique no primeiro dia de janeiro de 1975, e nesse ano foi eleito Presidente da CEM (Conferência Episcopal de Moçambique).

Começou a encontrar dificuldades na sua Diocese logo nos primeiros dias, quando foi convidado a presidir a uma celebração em memória dos militares. Ele aceitou, porque para ele a Igreja não tem inimigos e nem precisa de inimigos: «esta minha observação causou uma certa surpresa. E a surpresa tornou-se escândalo quando, na homília, afirmei, entre outras coisas, que a guerra era um mal e uma fonte de males e que a paz jamais viria das armas».<sup>65</sup> Esta afirmação do Bispo era um indício daquilo que seria o seu estilo pastoral naquela Diocese como pastor, um pastor em favor do povo. Ao longo da sua vida (como Sacerdote ou Bispo), Manuel Vieira Pinto sempre manteve um espírito do concílio. Com isso, podemos afirmar que para ele tudo

---

<sup>62</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 12.

<sup>63</sup> Cf. António Cadavez, *O povo de Moçambique é amante da Paz: entrevista com D. Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula* (Porto: Editor Figueirinhas, 1985), 15.

<sup>64</sup> Cf. *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, 79.

<sup>65</sup> Guilherme d'Oliveira Martins, «D. Manuel Vieira Pinto (1923-2020)», *As artes entre as letras* n. 266 (2020): 3.

aquilo que vai contra os direitos humanos é um mal irreparável, a ponto de olhar a guerra como fonte de todos os males.

Depois da Independência de Moçambique, continuou com o mesmo espírito de defesa da dignidade humana, dos direitos humanos e de luta pela libertação do povo de Moçambique. Porém, as tensões políticas eram bem visíveis. O Bispo também afirmou a necessidade de pôr em prática a doutrina conciliar e a doutrina social da Igreja, para uma harmonia entre o povo moçambicano,<sup>66</sup> que se encontrava numa crise de paz e de harmonia devido à ocupação colonial.

D. Manuel foi homenageado pelo menos por três vezes. Em 31 de outubro de 1992, no Porto, homenageado pelo Presidente da República Dr. Mário Soares, foi condecorado com a Ordem da Liberdade. No dia 21 de novembro do mesmo ano foi lhe atribuído a Medalha de Ouro pela Câmara Municipal de Amarante. Em 2003, no dia 8 de dezembro, no aniversário dos seus 80 anos, foi homenageado em Aboim (Amarante). No mesmo dia foi destapada uma placa memorativa na casa onde nasceu e o seu nome foi atribuído ao Largo defronte da Igreja Paroquial de Aboim. Este ato foi de grande importância para todos inclusive para o próprio Bispo, uma vez que era uma forma de reconhecer aquele que dedicou toda a sua vida em defesa de quem precisava mais, um pai sofredor no meio do povo macua. Aquele que lutou pela liberdade do povo.<sup>67</sup>

Entre dezembro de 1992 até janeiro de 1997, também exerceu as funções de Administrador Apostólico na Diocese de Pemba, antiga Porto Amélia, em Moçambique, onde era visto como o Bispo da profecia.<sup>68</sup> Em 1995, instalou a primeira Universidade Católica em Moçambique, e tornou-se o seu primeiro responsável. A partir do dia 16 de novembro de 2000, tornou-se o Arcebispo resignatário da Arquidiocese de Nampula, com o título de Arcebispo Emérito. Nessa altura, D. Manuel Vieira Pinto tinha 76 anos de idade. A 30 de dezembro do mesmo ano, foi nomeado o seu sucessor, D. Tomé Manuel Makhweliha, primeiro Arcebispo moçambicano de Nampula. O Arcebispo Vieira Pinto permaneceu em Moçambique até março de 2001, altura em que tomou posse D. Tomé. De regresso a Portugal em 2001<sup>69</sup> por motivos de saúde e por idade, passou a residir na Casa Sacerdotal no Porto. Foi neste local onde viveu

---

<sup>66</sup> Cf. Benedito Marime, «Lembrando Dom Manuel Vieira Pinto», *Savana* XXVII, n. 1374 (2020): 12.

<sup>67</sup> Cf. Maria Magdalena Medina Filpo (Coord.), *Testemunhas de uma Memória Viva: história da Evangelização da Província de Cabo Delgado* (Pemba: Diocese de Pemba, 2022), 358

<sup>68</sup> Cf. Filpo (Coord.), 357.

<sup>69</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 10.

os seus últimos dias de vida. No dia 30 de abril de 2020, Manuel Vieira Pinto entregou a sua alma ao Pai. O seu legado continuará sempre na vida do povo moçambicano, principalmente do povo macua que muito o estima.

Esta breve biografia oferece o contexto a partir do qual surgem os princípios dinâmicos da missão de D. Manuel Viera Pinto. Por isso, estes princípios são o resultado da sua prática pastoral assim como da sua reflexão ética-teológica. Era um «homem que possuía uma formação religiosa, social e cultural para responder às situações daquela altura».<sup>70</sup> Entre outras características, Manuel Vieira Pinto é um vaso escolhido para o povo macua, aquele que iria libertar da opressão colonial e da guerra de dezasseis anos. Um evangelizador ousado, um educador, um pastor empenhado. Em todas estas características, Manuel Vieira Pinto é realmente um homem inflamado pela missão à qual dedicou toda a sua vida para alcançar os seus objetivos pastorais. Por isso, a história de Moçambique (eclesial e política) fará sempre referência a essa grande figura.

Os seus escritos<sup>71</sup> baseavam-se num longo ministério de preparação pastoral, numa extraordinária variedade de circunstâncias e destinada a distintos grupos de pessoas: políticos, crianças, pobres (materialmente e espiritualmente), ricos, ateus, velhos, entre outros. Por isso, o seu património pastoral-social é vasto e variado. Estes escritos - sociais ligados à pastoral, homilias, cartas e ainda entrevistas concedidas - ajudam-nos a perceber um pouco o seu pensamento. Assim sendo, podemos perceber que D. Manuel Viera Pinto foi um exímio escritor. Citamos a seguir os seus escritos, por ordem de conteúdos: «Cartas pastorais»<sup>72</sup> - nessas cartas encontramos aquilo que era o pensamento pastoral de Manuel Vieira Pinto. Com o clero da sua Diocese, o Bispo procura colocar alicerces fortes na Diocese, trabalho que não

---

<sup>70</sup> Cf. Filpo (Coord.), *Testemunhas de uma Memória Viva: história da Evangelização da Província de Cabo Delgado*, 357.

<sup>71</sup> Cf. Tomamos como base a seguinte obra: *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, (antologia, introdução e notas de Anselmo Borges), publicada em 1992 e o seguinte site: <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>. A divisão das cartas não foi do nosso autor, mas da minha autoria olhando o conteúdo de cada carta, que dá para perceber qual era a linha de pensamento do nosso autor. Por isso, tomei a iniciativa de as dividir para melhor compreensão, sem tirar aquilo que é o espírito do autor.

<sup>72</sup> A Caminho de novas Estruturas Missio-Pastorais (1969); Mensagem dos Presbíteros da Beira (1971); Estamos numa Hora de Viragem (1971); Das Missões à Igrejas local (1972); Na linha da Renovação Missionária (1973); Repensar a Guerra (1974); Um Imperativo de Consciência (1974); A Igreja e a herança de Moçambique (1974); A Igreja e a Hora Nova de Moçambique (1974); Passado – Igreja – Futuro (1975); A Igreja e o Tempo (1976); Desafios do Tempo Novo (1976); Ateísmo e Religião, Fé e Revolução (1978); A Coragem da Paz (1984); Campanha a favor da vida, do amor e da Paz (1984); A Paz, pelo respeito dos direitos Fundamentais (1985); Aspetos da evangelização em Moçambique (1989); Diocese de Nampula – Ano Jubilar (1989); Carta dirigida ao Senhor D. Serafim, Venerado Bispo de Leiria e Fátima (1999) (Cf. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>, acessado a 13 de maio de 2022 - site da arquidiocese de Nampula onde podemos encontrar todos os escritos de Manuel Vieira Pinto).

foi fácil devido a desacordo de alguns membros do estado e até mesmo da Igreja local; «Cartas às autoridades políticas»<sup>73</sup> - com essas cartas, Manuel Vieira Pinto procura incentivar as autoridades políticas a primarem no diálogo em prol da paz. Por isso, muitas vezes enviou cartas pedindo um encontro com o presidente Samora Machel, a fim de implorar pelo fim da guerra; «Homilias»<sup>74</sup> - com as suas homilias, procurou chamar a atenção do povo para o tempo em que se vivia: tempo de guerra colonial e civil; «Outras cartas: notas, reuniões, conferências e entrevistas».<sup>75</sup> Nesse bloco encontramos «outras cartas», temos conteúdos vários, conteúdos que são resultado das suas formações, encontros, etc. Os seus conteúdos são de dimensão geral, um alerta à sociedade da real situação da Diocese. Nessas formações ou encontros, insistia na formação do homem capaz de assumir as responsabilidades num ambiente de conflitos.

---

<sup>73</sup> Carta ao Presidente Samora Machel (1976); Carta ao Presidente Samora Machel (1980); Carta ao Presidente Samora Machel (1987); Carta ao Presidente Samora Machel (1984); Carta ao Presidente Samora Machel (1986); Carta ao Presidente Joaquim Chissano (1987) (Cf. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>, acessado a 18 de maio de 2022)

<sup>74</sup> Bispo de Deus, Bispo da Igreja, Bispo do homem (1967); Tentações da Hora Presente (1975); Ser cristão na revolução socialista (1976); Animadores de comunidades (1982); Os bispos no processo da paz e da reconciliação Nacional (1989); D. António – Bispo da Igreja (1991); Moçambique e a legitimidade democrática (1992) (Cf. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>, acessado a 18 de maio de 2022).

<sup>75</sup> Carta às Comunidades (1975); USAREMO responsabilidade pastoral da Igreja local (1975); Crítica da Conferência Episcopal ao Bispo de Nampula, (1978); Apontamentos para a história da pastoral na Diocese de Nampula (1978); Deus existe? (1979); A Igreja de Nampula (1982); A Igreja em Moçambique (1982); Encontro com o Presidente Samora Machel (1984); Na hora da entrega, Diocese de Pemba, (1988); Celebração dos 500 anos de evangelização e do diálogo de culturas (1990); Apontamento para a História da Diocese de Nampula (1998) (Cf. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>, acessado a 20 de junho de 2022).

## CAPÍTULO 2 – D. MANUEL VIEIRA PINTO: O OBREIRO DA IGREJA EM NAMPULA

O estudo deste capítulo tem como ponto de partida os ensinamentos eclesiológicos do Concílio Vaticano II, no qual D. Manuel Vieira Pinto se inspirou no seu exercício como Bispo de Nampula.

A guerra exigiu de Manuel Vieira Pinto, um plano estratégico para a implantação da Igreja em Nampula, uma definição clara das linhas de ação. Essa exigência, levou Manuel Vieira Pinto a pensar numa Igreja à luz do Vaticano II. Direta ou indiretamente os desafios não faltariam, como o de combater contra a injustiça. Este combate ou desafio, principalmente um combate para a liberdade do homem, carece de dois pontos primordiais: porquê combater e contra quem combater. É nessa linha, que podemos dizer que também a Igreja do Vaticano II é fruto de crises do momento e ainda promove uma nova auto-compreensão de Igreja (cf. LG 1, 9, 48, 59). Trata-se de mudança muito notável no seio da Igreja. São essas mudanças, que Manuel Vieira Pinto procura colocar em prática no seio da Igreja de Nampula.

### 2.1. A Igreja em Moçambique à luz do Vaticano II

A Província de Nampula situa-se na região Norte de Moçambique, capital do mesmo nome. É a cidade mais distante da Província capital moçambicana cerca de 2150 Km, com uma área de 81 606 Km<sup>2</sup> e uma população de 6 102 867 habitantes, segundo o censo feito em 2017.<sup>76</sup> A Província divide-se em 23 distritos, os 18 já existentes antes do censo de 2007.<sup>77</sup> A atual Arquidiocese é habitada pelo povo macua, um dos grupos mais numerosos de Moçambique e um dos mais antigos povos oriundos dos bantus que imigraram para o Norte do País, expulsando os pigmeus. A origem comum desse povo é expressa pelos mitos em torno da origem do mundo e do homem.<sup>78</sup>

---

<sup>76</sup> Cf. Instituto Nacional de Estatística, «*Divulgação os Resultados preliminares IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*», 2017, acessado a 27 de março de 2022, file:///C:/Users/utilizador/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Doc FINALApuramento Preliminar.pdf.

<sup>77</sup> Cf. Instituto Nacional de Estatística, «*Indicadores Sócio Demográficos Província de Nampula 2007*», 2012, acessado a 27 de março de 2022, <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/rgph-2007/indicadores-socio-demograficos-provincia-de-nampula-2007.pdf/view>.

<sup>78</sup> Cf. Francisco Lerma Martinez, *O povo macua e a sua cultura* (Maputo: Editora Paulinas, 2008), 40.

Em Moçambique antes do Concílio Vaticano II, já se apercebiam os ventos de renovação vindas da parte do povo, naquilo que é o *sensus fidei*, a maneira própria de viver a fé, em pequenas comunidades orientadas por um catequista (ancião). A Igreja continua hoje a sua missão de pregar a Boa Nova do Reino de Deus (cf. LG 5), e a fazê-la crescer.

O Papa João XXIII delineou o caráter próprio do Concílio numa perspectiva dialógica e pastoral. O seu intuito é de propor e discernir juntos os sinais dos tempos. Para ele, as relações da Igreja com o mundo, não são para condenar, mas sim, para propor e dialogar. Assim, a Igreja exerce a missão evangelizadora de várias formas, por palavras e obras. O Papa João Paulo II, através da Encíclica *Redemptoris Missio*, tendo como base a AG, nos apresenta formas/realidades da evangelização da Igreja no meio de um povo em formação, formas que se diferenciam nas circunstâncias onde são exercidas (cf. RM 33). Na mesma linha, Paulo VI na sua Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* e João Paulo II indicam alguns caminhos para uma evangelização (cf. EN 17-24; RM 30; 39-40). Estes entre outros documentos da Igreja como: *Dignatis Humanae*, *Ecclesia Suam*, *Africae Munus*, *Pastores Da Vobis* falam da pastoral missionária com certa preocupação. Assim sendo, «sem a missão Ad Gentes, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada do seu significado fundamental e do seu exemplo de atuação» (RM 34).

Para tornar universal a mensagem de Deus, é preciso sair de nós mesmos para ir ao encontro do outro, «ir anunciar os decretos do Senhor (Sal 2,7-8), louvando-O em todos os povos (Sal 116,1-2). Fazer missão é também fazer-se catequista, reconhecendo assim a presença dos leigos em virtude do seu batismo (cf. ANM 5). Por isso, cada um é chamado a aderir à vinha do Senhor, a transformar-se para e com os outros, a ser catequista.

Moçambique, sentiu a necessidade de uma Igreja povo de Deus, em diálogo com a cultura e outras tradições religiosas. Este diálogo faz parte da tarefa específica da evangelização e que está integrado no dinamismo global da missão da Igreja (cf. DM 30). Uma Igreja à Luz do Vaticano II, que caminhe com o povo e para o povo, no qual conhece e vive as alegrias, angústias e esperança de uma comunidade de irmãos (cf. GS 4). Uma Igreja capaz de promover a paz e a justiça social. Neste sentido a Igreja de Moçambique começou a refletir sobre si mesma e a apresentar linhas de ações pastorais mais concretas.<sup>79</sup> Uma pastoral que vai ao encontro das necessidades da Igreja local, num discernimento constante segundo os sinais

---

<sup>79</sup> Luciano da Costa Ferreira, *Igreja Católica em Moçambique. Que caminhos?* (Maputo: Edições Paulinas – Africa, 1993), 9.

dos tempos (cf. GS 4). Esta nova forma de ser da Igreja moçambicana, levou-a a uma atitude de diálogo e de colaboração com as outras entidades sociais e também com as outras tradições religiosas, de modo a conhecer e a entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças e angústias (cf. GS 92). Essa era uma forma de implantar uma Igreja a partir da raiz, uma Igreja de todos e para todos, onde todos se sintam membros ativos; organizada e hierarquizada e que tenha um sacerdócio local.<sup>80</sup>

Também uma Igreja de comunhão e para comunhão e que procure dar ênfase à dimensão comunitária e o envolvimento dos leigos e diversos ministérios na ação evangelizadora. Nessa ordem de ideias, podemos dizer que o tempo da Independência de Moçambique e as suas consequências foi vivido por toda a Igreja Moçambicana, pessoas simples se entregaram ao serviço de Deus. Aos poucos as comunidades cristãs foram aumentando, por iniciativa dos leigos, pois a presença dos missionários não era permitida naquela época, por isso, «para rezar, era preciso esconder-se debaixo de uma árvore».<sup>81</sup> Por isso, era uma Igreja que lutava pela mesma vinha do Senhor e pelos mesmos objetivos e com o mesmo espírito. Que procurava promover a comunhão entre as diversas forças de apostolado, a organizar a comunhão nos campos concretos de trabalhos pastorais.

Uma Igreja do povo de Deus (cf. LG 2) que procura enfatizar os ministérios, e que serve. Uma «Igreja que segue o exemplo das primeiras comunidades cristãs, onde reina forte espírito comunitário»,<sup>82</sup> de caridade, de serviço e do anúncio de Reino de Deus; uma Igreja que liberta. «A passagem duma Igreja ainda bastante marcada pelo individualismo, também na pastoral, para uma Igreja onde a comunhão apareça como um sinal inconfundível».<sup>83</sup>

Com a Independência alcançada a 25 de junho de 1975, a Igreja moçambicana também deixou de seguir as normas do acordo missionário de 7 de maio de 1940 ou do Decreto-Lei nº. 31.207 de 5 de abril de 1941 entre o Governo de Portugal e a Santa Sé, «passando as dioceses a regerem-se pelo Direito da Igreja e pelas Instruções da Sagrada Congregação para a

---

<sup>80</sup> Cf. José Nunes, «Teologias em contexto africano», *Ephata* 2, n. 2 (2020): 247.

<sup>81</sup> Luzia, *Uma Igreja de todos e de alguém*, 60.

<sup>82</sup> Manoel Augusto dos Santos (org.), *O Concílio Vaticano II: quarenta anos da Lumen Gentium* (Porto Alegre: Edipucrs, 2005), 6.

<sup>83</sup> Manuel Vieira Pinto, *Na hora da viragem: comunicações pastorais do P. Manuel Vieira Bispo de Nampula* (Nampula: Secretariado Diocesano de Informação, 1973), 29.

Evangelização dos povos»<sup>84</sup> assim como pelo decreto Ad Gentes do Concílio Ecuménico Vaticano II:

É necessário que em cada grande espaço sócio-cultural, como se diz, se estimule uma reflexão teológica tal que sejam sempre de novo investigadas, à luz da tradição da Igreja universal, as ações e as palavras reveladas por Deus, consignadas na Sagrada Escritura, e explicadas pelos Padres da Igreja e pelo Magistério. Assim se entendera mais claramente como a fé, tendo em conta a filosofia ou a sabedoria dos povos, se pode encontrar com a razão e a maneira com que os costumes, o sentido da vida e as ordens sociais podem concordar com os costumes indicados pela revelação divina [...]. As tradições particulares e qualidades próprias de cada nação, esclarecidas pela luz do Evangelho, serão assumidas na unidade católica. Enfim, as novas Igrejas particulares, enriquecidas pelas suas tradições, terão o seu lugar na comunhão eclesial (AG 22).

Com isso, a Independência do colonialismo português, significou para a Igreja moçambicana momento novo de criar a base de uma Igreja local com fundamentos, como afirmam os bispos de Moçambique: «Vivemos com júbilo o grande acontecimento da Independência Nacional [...]. Como Igreja, sentimo-nos empenhados a trabalhar para a eliminação de qualquer forma de opressão a que o nosso povo ainda está sujeito, como a fome, a doença, a ignorância, a falta de habitação condigna e a violação dos direitos fundamentais».<sup>85</sup> E isso culminou com a realização da I Assembleia Nacional Pastoral (I ANP), em 1977 na Beira (Moçambique) entre 8 a 13 de setembro. Dessa Assembleia também saíram, algumas conclusões que ajudam a compreender a Igreja moçambicana à luz do Vaticano II. Fala-se de uma Igreja despojada e pobre ao serviço de todos (cf. I ANP I, nº 1). Definiu-se uma estratégia pastoral, dando ênfase as Pequenas Comunidades Cristãs de modo a favorecer a iniciativa e responsabilidade de todo o povo de Deus (cf. I ANP, I, nº 2). Igreja que se propõe a desenvolver uma comunhão eclesial em todos os níveis, sacerdotes, religiosos (as), leigos (as), sem esquecer a comunhão com a Igreja Universal (cf. I ANP, I, nº 5). Uma Igreja ministerial, cujo fundamento é Cristo, onde cada membro assume a própria responsabilidade, numa comunidade de servos (cf. I ANP, I, nº 8).

Na visão do Papa João Paulo II, o modelo que a Igreja de Moçambique procura implantar é compreensível porque se opta por «viver como uma família-unida, onde todos contam, na qual ninguém se sente estranho, onde todos fazem aquilo que podem e sabem, cada

---

<sup>84</sup> Dos Santos (org.), *O Concílio Vaticano II: quarenta anos da Lumen gentium*, 6.

<sup>85</sup> Conferência Episcopal de Moçambique, *Viver a fé no Moçambique hoje* (Maputo: Paulinas, 1976), 3.

um conforme a própria condição e generosidade».<sup>86</sup> É nesta dinâmica que qualquer comunidade cristã deve crescer, em comunhão e fraternidade, numa atitude sinodal.

## 2.2. A Igreja moçambicana e a sua presença na sociedade

Neste ponto, iremos falar da Igreja em Moçambique já depois da Independência proclamada no dia 25 de junho de 1975. Este acontecimento constitui a vitória final da grande batalha que durante dez anos a Frente de Libertação de Moçambique, sem se preocupar com sacrifícios, travara contra o colonialismo português e as suas Forças Armadas. Do mesmo modo, constitui o início de novas lutas para a libertação total do povo moçambicano. Ao pensarmos na Independência de Moçambique não nos limitemos apenas ao campo político, mas para a sua integralidade temos que pensar também numa Independência económica, social e cultural.<sup>87</sup>

A Igreja vive e participa com toda a família humana nas suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias em todos os tempos, independentemente de qualquer tipo de condicionamentos, sejam eles sociais políticos ou religiosos. E a Igreja em Moçambique não foge a essa regra. Nesse sentido, afirma o Bispo D. Manuel Vieira Pinto:

A nova situação leva-nos a pensar na presença da Igreja em termos de fermento libertador. Passou o tempo do poder, da aliança, do privilégio. Chegou a hora da Igreja metida no povo como fermento na massa. Esta presença de fermento libertador implica necessariamente a rutura com todas as situações de opressão e de alienação, a opção pelos explorados e o compromisso político de todo o povo de Deus. A libertação radical proclamada pela Igreja de Jesus de Nazaré: passa pela rutura com toda a exploração, onde quer que ela esteja; passa pelo amor efetivo dos oprimidos, passa pela luta de todo o povo de Deus em favor de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária, mais fraterna, mais próspera, mais alegre, mais unida na construção do bem comum. Uma Igreja fermento libertador de toda a escravidão, particularmente daquela que nasce do pecado da idolatria, não pode aceitar, dentro de si mesma, situações que denunciem ou gerem opressões.<sup>88</sup>

O mandato de Jesus Cristo que encontramos no final do Evangelho de Marcos continua ainda a fazer ressoar o seu eco em nossos corações: «Ide pelo mundo inteiro, proclamai o

---

<sup>86</sup> Conferência Episcopal de Moçambique, *Homilia de João Paulo II em Nampula* (Nampula: Paulinas, 1998), n. 4-7.

<sup>87</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «Rumo Novo». *Revista católica de inculturação e reflexão pastoral* VII, n.º 20 (1997): 69.

<sup>88</sup> Manuel Vieira Pinto, «*Passado – Igreja - Futuro*», 1975, acedido a 28 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

Evangelho a toda a criatura. Quem acreditar e for batizado, será salvo; mas quem não acreditar, será condenado» (Mc. 16,15-16).

É nesse mandato missionário que a Igreja continua a sua missão, do anúncio do reino, um anúncio libertador e de desenvolvimento integral do homem. O homem como um ser criado à imagem de Deus, deve responder cada vez mais a este chamamento com fé, e por livre vontade e não por força do outrem. O homem é o instrumento do anúncio da mensagem salvadora do Senhor, porque Ele «chama realmente os homens a servi-lo em espírito e verdade; eles ficam, por esse facto, moralmente obrigados, mas não coagidos» (cf. DH 11). Porém, constata-se ainda, em Moçambique, limites à justiça humana, a frieza das nossas burocracias, e o fraco desenvolvimento integral e harmonioso a nível económico e social.

Na evangelização é a pessoa inteira do evangelizador a ser envolvida, com palavras, ações e testemunho de vida (cf. EN 21-22). Na exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco fala da renovação pastoral e propõe uma Igreja em saída que vai ao encontro de todos. Uma Igreja que vai às periferias existenciais da humanidade de hoje (cf. EG 19-23). A renovação da pastoral consiste também na conversão missionária, num retorno contínuo à fonte da missão que é o próprio Cristo, mas também na transmissão da fé e no diálogo com o mundo. A conversão pastoral exige que todos os meios, todas as estruturas, sejam postas ao serviço da missão. E que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” (cf. EG 27).

A presença da Igreja é indispensável, quer no anúncio do reino quer no acompanhamento dos mais pobres e marginalizados. Nesse sentido, Manuel Vieira Pinto, afirma o seguinte:

Nesta perspetiva, a Igreja, continuando a considerar-se centro de salvação, trata de estar presente na sociedade, não como um poder, mas como um princípio inspirador de valores cristãos. A nova sociedade não será tutelada pela Igreja, mas inspirada pelos critérios evangélicos e construída segundo os valores cristãos. A nova sociedade dá origem à nova cristandade. A Igreja já não domina, mas organiza-se de maneira a manter a sua influência no civil e no político.<sup>89</sup>

Tendo em consideração à realidade moçambicana, em que se caracteriza por um profundo sofrimento, causado pela guerra colonial e civil, situação que provocou milhares de mortos e empobrecimento social, aumento da corrupção e da desigualdade social, é impossível separar, na missão da Igreja, o anúncio do amor de Deus pela humanidade e a sua dimensão prática que se traduz na promoção do homem.

---

<sup>89</sup> Pinto, «*Passado – Igreja – Futuro*», 1975, acedido a 28 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

Uma das presenças da Igreja na sociedade moçambicana foi no ramo do ensino. O direito ao ensino, como instrumento de cultura, de formação cristã foi e é fundamental para formação das inteligências e das consciências do povo moçambicano. Uma educação que forma as consciências, mas também uma educação para a mútua convivência e para a paz. Neste quadro os agentes pastorais, as comunidades cristãs, os missionários desempenharam um papel fundamental no ramo da educação.

Neste sentido, a educação deve ser antes de tudo uma educação sobre o valor e o sentido da vida, que tornam as pessoas capazes de valorizar a diversidade cultural e religiosa, o respeito recíproco e a convivência comum.<sup>90</sup> Deve ser uma educação integral que tem como princípio de base a vida em comum e a solidariedade, onde crianças e jovens não só apreendam a ciência e a técnica, mas adquiram maturidade humana e espiritual.<sup>91</sup>

Depois da Independência Nacional, a Igreja moçambicana, se depara com vários desafios sociais. O Papa João Paulo II diz o seguinte:

Não nos sobejando o tempo para partilhar as primeiras impressões do contacto com esta realidade viva que é a Igreja em Moçambique – para mim, impressões ótimas – começo por reiterar-vos a certeza de que todos nós temos consciência de quanto se apresenta árdua a vossa tarefa, pelas dificuldades que estais chamados a superar no vosso labor quotidiano. Elas resultam da história remota e recente e da atualidade da vossa jovem Nação. Encontrando-se em condições novas e sob muitos aspetos delicadas, no momento da Independência, a Igreja no vosso País viu-se numa encruzilhada e a braços com limitações de vários géneros. Tais limitações foram-se agravando pela problemática, não totalmente nova, mas diversa, de uma violência que não tardou a avassalar praticamente toda a terra moçambicana, com o seu cortejo de males físicos, morais e sociais.<sup>92</sup>

Assim sendo, a Igreja moçambicana é chamada a dar resposta a temas como o respeito pela dignidade da pessoa humana, o respeito pela vida, a necessidade de fazer pontes e caminhos para a paz, tendo como princípio uma educação integral.

Os professores devem incutir nas crianças e jovens os valores da dignidade humana, dando um olhar positivo sobre a realidade em estudo.<sup>93</sup> A educação é um bem comum que insere a pessoa na família, na sociedade e na relação com os outros. «Só assim teremos uma

---

<sup>90</sup> Cf. Francesco Follo, «Éduquer ao dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l'amour», em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*, ed. Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud (Paris: Parole et Silence, 2014), 140.

<sup>91</sup> Cf. Follo, 147.

<sup>92</sup> João Paulo II, «Discurso do Santo Padre durante o encontro com os bispos da Conferência Episcopal de Moçambique», 1988, acedido a 12 de março de 2022, [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1988/september/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19880918\\_vescovi-mozambico.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1988/september/documents/hf_jp-ii_spe_19880918_vescovi-mozambico.html).

<sup>93</sup> Cf. Follo, 158.

civilização de amor, fundada sobre os valores evangélicos da fraternidade, da justiça e da dignidade».<sup>94</sup>

A dimensão eclesial das comunidades cristãs, principalmente o compromisso pela evangelização deve ser assumido por todos os moçambicanos, tendo como horizonte diversos setores da sociedade. A Igreja em Moçambique é chamada a uma identidade própria, isto é, «uma urgente passagem de uma mentalidade tradicional a uma autêntica teologia da Igreja local»,<sup>95</sup> em que todos se sentem parte da comunidade de irmãos. Nesta ótica, Manuel Vieira Pinto diz:

Chegou-se então à teologia da missão da Igreja, em dois planos: o plano da evangelização e o plano da animação do temporal. A Igreja não tem como tarefa específica construir o mundo, intervir diretamente na ação política. A missão da Igreja é de natureza espiritual. Compete à Igreja evangelizar e animar. À evangelização está ligado todo o povo de Deus, particularmente a hierarquia; à animação está ligado, por vocação específica, o cristão leigo.<sup>96</sup>

Perante essa realidade, a Igreja moçambicana precisava de agir como ela é, ter uma atitude de aproximação e estar ao serviço do povo, principalmente dos pobres ou aqueles que não têm voz. Apregoar Cristo, numa sociedade jovem, como a moçambicana, é lutar pela promoção e defesa dos direitos humanos. A Igreja é chamada a defender a integridade humana, a lutar pelos seus direitos e a promover a paz e a justiça.<sup>97</sup> Ou melhor, como salienta D. Manuel Vieira Pinto, «evangelizar, hoje, [...] é sobretudo e antes de mais, anunciar às sociedades em construção, às comunidades políticas, aos poderes constituídos, aos homens concretos nas situações concretas, a forma libertadora e santificadora do Evangelho».<sup>98</sup> De outra forma, o autêntico anúncio do Reino de Deus passa pela promoção de novas áreas de vida, de esperança, onde os valores humanos (a liberdade, o amor, a justiça, a concórdia e a paz), encontram espaços nas relações e modelam o agir social, percebendo que a preocupação pelo bem-estar comum deve levar as pessoas, a atingirem, em toda a sua realidade, a perfeição que lhes é própria, de acordo com a sua vocação. Nessa linha, São João Paulo II, afirma: «É a Igreja que sente uma renovada consciência da universalidade da sua missão e do conseqüente dever de levar a luz de Cristo a todos os povos» (EA 5).

---

<sup>94</sup> Cf. Follo, «Éduquer au dialogue interculturel: vivre ensemble pour une civilisation de l'amour», 159.

<sup>95</sup> Adriano Baritussio, *Moçambique, 50 anos de Presença dos Missionários Combonianos* (Roma: Editora MCR, 2015), 305.

<sup>96</sup> Pinto, «Passado – Igreja – Futuro», 1975, acessado a 30 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>97</sup> Cf. Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 43.

<sup>98</sup> Manuel Vieira Pinto, *Aspetos da evangelização em Moçambique* (Porto: Humbertipo, 1989), 11.

Isso não era tarefa fácil para a Igreja moçambicana, porque com a Independência, sobe ao poder o partido marxista da FRELIMO e havia discórdias entre a FRELIMO e a guerrilha da RENAMO, que durou quase 16 anos (guerra civil). Foi um momento difícil para a Igreja de Moçambique, que entrou na mira do novo governo pela sua colaboração passada com o regime colonial. Muitos missionários foram obrigados a deixar o País. Escolas e estruturas católicas foram nacionalizadas; os religiosos que concordam em continuar no País dando o seu apoio, tornam-se funcionários do Estado; a liberdade religiosa passa a ser muito limitada e os bispos não poupam críticas ao regime. Muitas missões fecharam devido à guerra civil. Porém, no final dos anos 80, a situação melhorou, isso porque a Igreja foi chamada a mediar no processo de paz entre a FRELIMO e a RENAMO, o que preparou o terreno para as primeiras eleições livres de 1994. Perante tudo isso, a Igreja é chamada a promover a justiça e não ficar silenciosa diante dos indefesos; a se empenhar do mesmo modo na pastoral da família.<sup>99</sup>

A Igreja é chamada, não só a promover, mas também a defender o direito à vida, à liberdade, à paz, componentes chaves e imprescindíveis para a evolução integral do ser humano. Ou seja, ela deve atuar onde a vida, a dignidade e liberdade da pessoa humana estão em causa.<sup>100</sup> A missão de toda a Igreja não se deve limitar e nem se deve reduzir apenas às comunidades cristãs ou à cristianização dos ainda não-cristãos, mas deve alongar a sua presença e ação para as áreas da política, da cultura, da economia, da justiça, da família, entre outros campos. Chamada a evangelizar, ela não pode ser autenticamente Igreja, se não anunciar a justiça e ao mesmo tempo se não denunciar a injustiça. Com isso, a Igreja deve encontrar uma forma de ser Igreja numa sociedade em transformação. Nessa ordem de ideia, Manuel Vieira Pinto afirma:

Perante a revolução social, política e sobretudo cultural que o povo de Moçambique está a realizar, perante o fracasso do tempo colonial, a Igreja de Moçambique deverá encontrar uma maneira nova de estar, de agir, de testemunhar a vida nova em Jesus Cristo. Em primeiro lugar deveremos transformar a crítica que nos é feita de dentro ou de fora em auto-crítica e esta em energia criadora. Transformar a crítica em autocrítica é aceitar que pecámos, é aceitar não ser mais uma instituição triunfalista, não ter mais obras poderosas, não ter mais alianças, é aceitar morrer como Igreja do saber, do ter e do poder. É aceitar viver e agir como Presença fraterna, Presença de comunhão, de compromisso e de testemunho.<sup>101</sup>

---

<sup>99</sup> Cf. Eurico Jorge Nicuia, *Igreja como família de Deus: aproximação para uma Ecclesiologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica Pós-sinodal Ecclesia in Africa* (Porto Alegre: Universidade Católica, 2007), 34.

<sup>100</sup> Cf. Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 44.

<sup>101</sup> Pinto, «Passado – Igreja – Futuro», 1975, acedido a 5 de julho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

Com essa afirmação, podemos perceber que a Igreja moçambicana não está hoje e aqui para proteger os seus benefícios, mas que o seu interesse é a salvação do povo de Deus. É a estabilização da justiça, da liberdade, de fraternidade, da paz e da abundância. É o crescimento do povo na fé, na esperança, na alegria de Jesus Ressuscitado. É o Anúncio discreto da Boa Nova de Jesus de Nazaré.

### **2.2.1. O contributo da Igreja moçambicana na promoção da paz e justiça social**

A edificação da Paz e da Justiça impõe-se como tarefa de todos e de cada um. Uma tarefa de todos os crentes das diversas tradições religiosas, com o objetivo de promover a paz e a convivência comum. O texto da *Gaudium et Spes* apresenta a paz como fruto da justiça e obra de amor. É fruto do amor recíproco, de uma fraternidade permanente. Ela é obtida através da oração e do respeito da dignidade humana (cf. GS 77-78).

Existe uma dimensão social da paz tendo como princípio a promoção do bem comum e a convivência harmoniosa. Os crentes das diferentes tradições religiosas em Moçambique desempenham um papel crucial para a elaboração de uma cultura de paz e convivência comum. O documento sobre a Fraternidade Humana, afirma que o papel das religiões não é de incitar à guerra nem encorajar sentimentos de ódio, hostilidade e extremismo, mas ser um instrumento para a promoção da paz.<sup>102</sup>

Neste sentido o Papa João Paulo II, diz o seguinte:

As confissões cristãs e as grandes religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e incentivando uma maior consciência da unidade do género humano. Trata-se de um campo concreto do diálogo e da colaboração ecuménica e inter-religiosa, colocando as religiões ao serviço da paz entre os povos.<sup>103</sup>

Um encontro que permite um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna. Mas também num

---

<sup>102</sup> Papa Francisco e Ahmad Al-Tayyeb, «Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e Da Convivência Comum», 2019, acedido a 17 de setembro de 2022, [http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco\\_20190204\\_documento-fratellanza-umana.html](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papafrancesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html).

<sup>103</sup> João Paulo II, «Mensagem para a celebração do XXXV dia Mundial da Paz (2002)», 2001, acedido a 17 de setembro de 2022, [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_20011211\\_xxxv-world-day-for-peace.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html).

compromisso social e político, de modo a desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme (cf. EG 220).

A proclamação da Independência Nacional em 1975 e o Acordo Geral da Paz (AGP) em 1992 constituem factos que servem de base para a reflexão sobre o estado da Paz no País, por terem favorecido um ambiente pacífico onde se poderia realizar todas as aspirações dos moçambicanos, como a liberdade e o desenvolvimento sócio-económico, político e cultural. Trazendo consigo a confiança e responsabilidade na gestão da *res-publica*, a consciencialização dos cidadãos e o diálogo intersubjetivo, o AGP torna possível a democracia como caminho a percorrer, guiados pela ética social de Manuel Vieira Pinto num País laico como Moçambique, de modo a garantir a convivência pacífica e fraterna entre os cidadãos.<sup>104</sup>

A prática da sinceridade, da verdade, da justiça, da solidariedade, da liberdade e do desenvolvimento mental e cultural, como defendia o ex-bispo de Nampula, está intrinsecamente ligada ao conceito de Paz. No entanto, falar da Paz em Moçambique nada mais é do que fazer uma reflexão sobre a manifestação destes valores nos processos e marcos históricos da sociedade moçambicana, como são o caso da Independência Nacional, 1975, e do AGP, 1992. Neste último, a Igreja deu o seu contributo, na medida em que, representada pelo D. Jaime Pedro Gonçalves,<sup>105</sup> ela foi mediadora desse acordo. D. Jaime Gonçalves foi um dos mediadores do AGP, assinado a 4 de outubro de 1992, em Roma, e que encerrou 16 anos de guerra civil entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Já como Arcebispo emérito, em 2014, voltou a juntar-se a Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama num evento da Universidade Católica, em setembro de 2015, na Beira, acusando os políticos de ameaçarem a paz com seu «orgulho e medo» e de promoverem uma democracia de ódio.<sup>106</sup> D. Jaime entrará na história de Moçambique como um dos impulsionadores da cidadania ativa, da luta pela paz social.

---

<sup>104</sup> Cf. Nicuia, *Igreja como família de Deus: aproximação para uma Ecclesologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica Pós-sinodal Ecclesia in Africa*, 34.

<sup>105</sup> Jaime Pedro Gonçalves nasceu em Nova Sofala (atual Beira) a 26 de novembro de 1936, tendo frequentado o seminário em Zobué, Província de Tete. Prosseguiu os seus estudos em Maputo, Namaacha, no Canadá e em Roma, Itália. Depois dos estudos superiores em Educação, Ciências Sociais e Teologia, foi nomeado Bispo da Diocese da Beira em março de 1976, um ano depois da Independência de Moçambique (Cf. Adelino Timóteo, «Alerta Dom Jaime: FRELIMO e RENAMO devem dialogar sobre o dossier segurança armada», *Canal de Moçambique* 1643, n. 16 (2011): 6, acessado a 27 de junho de 2022, [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/09/dom-jaime-gon%C3%A7alves-alerta-frelimo-e-renamo-devem-dialogar-sobre-o-dossier-seguran%C3%A7a-armada.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/09/dom-jaime-gon%C3%A7alves-alerta-frelimo-e-renamo-devem-dialogar-sobre-o-dossier-seguran%C3%A7a-armada.html)).

<sup>106</sup> Cf. Timóteo, «Alerta Dom Jaime: FRELIMO e RENAMO devem dialogar sobre o dossier segurança armada», 6.

Manuel Vieira Pinto mostrou-se preocupado com a situação da Igreja moçambicana, com o verdadeiro rosto da Igreja de Cristo em Moçambique. Com tudo o que o povo sofre, a paz torna-se um imperativo, a característica do homem de Cristo e com Cristo. Nesse sentido, Manuel Vieira Pinto diz:

Apesar dos “episódios atrozes de conflitos internacionais, das implacáveis lutas de classes, da repressão dos direitos e das liberdades fundamentais do homem”; apesar da violência que “caracteriza a história dos nossos dias”, a paz continua a impor-se a todos os homens como um dever e um direito. A paz é o ideal da humanidade. A paz é necessária, possível, obrigatória. Ela deve entrar nas consciências dos homens como imperativo que deriva das exigências intrínsecas da convivência humana.<sup>107</sup>

O diálogo, o respeito e a aceitação das diferenças são apresentados como conceitos-chave em vista de um ambiente de Paz e de Justiça. Porém, mesmo com a boa vontade de todos, a ideia do antigo Arcebispo de Nampula não foi aceite de imediato: «apesar da boa vontade de todos, nem sempre o Bispo foi entendido com a urgência e com a disponibilidade que os “novos tempos” reclamam. Assim muitas das nossas reflexões continuam à espera dum Presbitério que as torne vida nas diversas comunidades da Diocese».<sup>108</sup> Como se pode ver, na sociedade, os homens não podem viver em Paz e na Justiça, pelo que nasce o desejo de uma autoridade soberana, que os obrigue à convivência pacífica e ao refreamento das próprias paixões egoístas. Com esse fim, fazem um contrato social, pelo qual se empenham em reconhecer o soberano, nas mãos de quem põem todos os seus direitos naturais; só assim é possível o alcance da Paz.

Sobre a situação de instabilidade que se viveu em Moçambique, Xabier Pikaza e José Antunes da Silva afirma o seguinte:

[...] A paz e a guerra, em Moçambique dependem também da tomada de consciência dos povos, ontem dominados por sistemas coloniais e hoje, em busca progressiva de uma justa e efetiva emancipação; dependem das razões por que combatem uns e outros; [...] Parece que tudo isto obriga a colocar a solução do conflito mais na ação política do que na força das armas – uma ação política fundada no direito, aberta ao diálogo e às soluções dignas.<sup>109</sup>

Nessa perspetiva, Manuel Vieira Pinto, afirma que a Paz nasce da harmonia de todos com a vontade da maioria. A Paz é a garantia dos direitos de todos os cidadãos. Só é possível haver a Paz se houver uma relação interpessoal. A relação torna-se assim numa atitude

---

<sup>107</sup> Manuel Vieira Pinto, «Repensar a Guerra», 1974, acedido a 18 de fevereiro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>108</sup> Pinto, *Na hora da viragem: comunicações pastorais do P. Manuel Vieira Bispo de Nampula*, 25.

<sup>109</sup> Xabier Pikaza e José Antunes da Silva, *O Pacto das catacumbas* (Prior Velho: Paulinas Editora, 2015), 42.

existencial do ser humano, onde o homem dialoga face-a-face com o seu semelhante e com tudo o que o rodeia. É no diálogo que se torna evidente a necessidade da aceitação do outro no encontro face-a-face, e a necessidade de acolher o poder dialógico da vida. A necessidade de conviver e de acolher o outro.<sup>110</sup>

A paz está intimamente ligada, por um lado, ao direito e à justiça, que assenta no reconhecimento e no respeito de uma ordem já parcialmente estabelecida, enquanto escrita na natureza dos próprios seres. Portanto, ela compreende uma dimensão social que é vista como uma concórdia entre os homens. Por outro, na ordem social e ética, a paz está profundamente unida à prática da sinceridade, da verdade, da justiça, da solidariedade, da liberdade e do desenvolvimento mental e cultural. Não obstante, no plano pessoal, a paz é um estado de espírito isento de ira, de desconfiança e de sentimentos negativos, daí que ela é desejada por cada pessoa para si própria e para os outros. D. Manuel Vieira Pinto diz que para alcançar a paz é preciso cultivar a justiça absoluta:

Querer seriamente a solução dos conflitos em curso é querer, em primeiro lugar, a justiça integral do homem e das populações de Moçambique. Isto leva-nos a eliminar corajosamente as situações de injustiça e, ao mesmo tempo, a promover, no diálogo, o crescimento integral do homem e do povo. E se «o desenvolvimento é o novo nome da paz» importa examinar até que ponto o desenvolvimento do homem de Moçambique gera e faz crescer a paz. Ninguém nega certamente o esforço que se tem feito pelo crescimento de Moçambique. Mas se, desenvolver integralmente o homem e os povos, é fazer com que o homem seja mais homem e o povo mais povo, então há que ter em conta, como principais índices de crescimento, não propriamente o poder económico ou social, mas o ser mais, o saber mais, o decidir mais, o participar mais, o autodeterminar-se mais. Promover o desenvolvimento integral é promover e defender o direito do homem de Moçambique à própria identidade, o direito à liberdade de afirmar as próprias aspirações e de construir a própria história.<sup>111</sup>

De facto, o indiferentismo não favorece o diálogo nem conduz a unidade nacional, mas sim leva a “pregações” estratégicas de paz, por parte de alguns, onde o outro é sempre o culpado de tudo. A paz, conseqüentemente, orienta à justiça, ao desenvolvimento económico e à melhoria das condições sociais das populações.

Pode-se afirmar, neste sentido, que a maior conquista da moçambicanidade foi a sua Independência. Todavia, não tardou para que os moçambicanos desembocassem em mais uma

---

<sup>110</sup> Cf. Pinto, «*Repensar a Guerra*», 1974, acedido a 4 de outubro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>111</sup> Pinto, «*Repensar a Guerra*», 1974, acedido a 18 de fevereiro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

guerra, mas desta vez foi uma guerra fratricida, que levou os mesmos a buscarem aquilo que D. Jaime Pedro Gonçalves chamou de a paz dos moçambicanos.<sup>112</sup>

Na recém-nascida nação, os moçambicanos viram a sua Independência tornar-se uma falsa “*Independência*”, uma mudança paradigmática de colonização, no sentido de o oprimido virar opressor. Guiados por uma ideologia marxista, os libertadores proclamavam a criação de uma sociedade nova, na qual os membros do partido (FRELIMO) dominam o homem e a mulher comuns, considerados massas. Caiu assim por terra o sonho que ondulava na bandeira. O povo passava por inúmeras privações: fome, sede, nudez, mortes. O País vê-se num estado alarmante: sem vias de comunicação, devido a sabotagens, assaltos de comboios, destruição de linhas elétricas, pontes e depósitos, saques a aldeias que aterrorizavam as populações, incluindo corte das orelhas, do nariz e dos lábios e, às vezes, dos órgãos genitais. Parafraseando Manuel Vieira Pinto, cada vez que a violência aumenta, o ódio cresce exponencialmente e a opressão aumenta.

A guerrilha, a crueldade, o assassinato, a intimidação, o medo, a intranquilidade, a repressão, a vingança, o crime, o ódio, a morte são infelizmente realidades que afetam já milhares de homens, mulheres e crianças. [...] mas cabe à Igreja sem dúvida o dever de anunciar e de promover os valores que tornam possível uma civilização de paz. Este dever é, na verdade, para cada um dos cristãos em Moçambique, uma difícil tarefa e um sério desafio.<sup>113</sup>

Face a esta situação que semeava sofrimentos, mortes e lutos nas famílias, aldeias e cidades. Os moçambicanos viram-se obrigados a buscar as soluções para o restabelecimento da Paz, por meio de diálogo, que depois de anos de negociações, de acordo com o Artigo 1 da Lei nº 13/92 de 14 de outubro, foi aprovado o AGP assinado em 4 de outubro de 1992 entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO, com o objetivo de estabelecer uma Paz duradoira e uma sólida democracia em Moçambique.<sup>114</sup>

Nessa altura também havia delinquências permanentes, assaltos e assassínios macabros, tráfico e mortes de albinos. Perante isso, verificou-se o silêncio da Procuradoria-Geral da República de Moçambique e das instâncias jurídicas competentes. Parece não ter sido este o

---

<sup>112</sup> Título da obra de D. Jaime Pedro Gonçalves, então Bispo Emérito da Arquidiocese da Beira, publicada em 2014. O autor foi um dos mediadores que se envolveu diretamente no processo de busca de paz em Moçambique, em nome da CEM e do Vaticano, que culminou com o AGP de Roma, em outubro de 1992 (cf. Timóteo, «Alerta Dom Jaime: FRELIMO e RENAMO devem dialogar sobre o dossier segurança armada», 6, acessado a 29 de junho de 2022, file:///C:/Users/utilizador/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Dom%20Jaime%20Pedro%20Gon%C3%A7aves.pdf).

<sup>113</sup> Manuel Vieira Pinto, *A Igreja em Moçambique* (Porto: Coleção Igreja de Moçambique, 1982), 24-25.

<sup>114</sup> Jaime Pedro Gonçalves, *A Paz dos Moçambicanos* (Maputo: Paulinas, 2014), 94.

Moçambique, a *Pátria bela e amada*, com que sonhavam os que empreenderam suas árduas forças na conquista da liberdade e da emancipação da moçambicanidade e que esta geração de hoje encontrou e tenta construir pedra a pedra, um novo dia. É nessa linha que D. Manuel Vieira Pinto se preocupava com o povo, e isso incomodava muito os grandes da Nação, até mesmo o próprio presidente Samora num belo dia, lhe perguntou:

“Porque é que você, que é Bispo, quando vem falar comigo, nunca me fala de Deus e da religião, mas do povo, da defesa dos seus direitos e da sua dignidade?”, perguntou o Presidente Samora Machel a D. Manuel Vieira Pinto. “Porque um deus que precisasse da minha defesa seria um deus que não é Deus. Deus não precisa que O defendam. O homem sim”, respondeu D. Manuel.<sup>115</sup>

Nisso tudo, a democracia, a consciencialização, o diálogo e a ética constituem os instrumentos possíveis que não devem ser negligenciados nos processos de negociações sobre a paz e o bom andamento de uma sociedade que pretende se emancipar e se autoafirmar.

Para uma sociedade de paz não basta a confiança na riqueza, nem nas estratégias políticas que só criam mais problemas. É necessário, sim, reconhecer o outro como semelhante e não inimigo. Reconhecer que o País não pertence a um determinado grupo, cultura ou partido, mas a todos os moçambicanos e que cada um tem espaço neste vasto território. Portanto, a interação para o entendimento pressupõe o respeito e o sacrifício da vontade e das intenções de cada um dos cidadãos.

O desígnio de Deus é que a Igreja ocupe um lugar central na vida das pessoas, no próprio percurso de fé. A Igreja como espaço físico e espiritual é o lugar onde cada um de nós consiga exprimir sua fé sem intimidação, sem perseguição e sem ódio.

A Igreja, como «Sinal e Instrumento de Salvação» (LG 1), não é chamada apenas a opor-se contra todas as formas de opressão ou de sofrimento, mas sim, direta ou indiretamente, a evitar todas as formas ou tentativas de opressão, promovendo os direitos humanos. Neste sentido, é missão da Igreja, estabelecer pontes de diálogo e de reconciliação entre as diversas camadas sociais, políticas e económicas, divididas pela guerra e pela crescente onda de corrupção e pobreza. É urgente lutar pela paz, não a que o mundo oferece, baseada na injustiça, opressão e movida pelo egoísmo, mas sim a paz de Deus, «que se baseia na verdade, no arrependimento, na justiça e no amor».<sup>116</sup> De facto, sem um verdadeiro arrependimento e

---

<sup>115</sup> Manuel Vieira Pinto, *Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, 24.

<sup>116</sup> Bénézet Bujo, (Coord.), *Teologia Africana no Século XXI*, Vol. III (Prior Velho: Paulinas Editora, 2012), 204.

consciência dos atos cometidos ao longo da guerra e dos abusos políticos e económicos na distribuição ou gestão dos recursos naturais, é impossível encontrar caminhos de um efetivo diálogo ou de paz social. É impossível que uma sociedade viva da justiça quando assistimos a tamanhas desigualdades sociais. É impossível alimentar a esperança de uma sociedade melhor quando, a cada dia parece estar tudo perdido.

Em março de 1984, Manuel Vieira Pinto,<sup>117</sup> Arcebispo de Nampula escreveu e publicou uma carta ao presidente de Moçambique em que defende os direitos humanos, e o felicita pelo positivo resultado dos acordos. Nesta carta fala também da necessidade de escolher resolução pacífica de conflitos internamente, através do diálogo. Outrossim, também faz referência às violações, abusos e crimes cometidos pelas Forças Armadas do governo contra as populações.

A carta marca o início de um envolvimento das igrejas moçambicanas<sup>118</sup> nas questões relacionadas à paz. O Conselho Cristão de Moçambique (CCM)<sup>119</sup> cria a Comissão de Paz e Reconciliação (CPR), para debater dos assuntos referentes à guerra, que assim como D. Manuel Viera Pinto, envia um documento ao presidente daquela altura, pedindo-lhe que seu governo interviesse com ações concretas para conduzir a restauração da paz. Por seu turno, a Conferência Episcopal de Moçambique (CEM)<sup>120</sup> publica uma carta pastoral intitulada «A Urgência da Paz», que repisa na resolução do conflito através do diálogo.

A comunidade Santo Egídio também marcou sua presença em Moçambique durante o período de hostilidades, buscando atenuar as consequências da guerra para a população civil.

Fora da ajuda humanitária, a Comunidade de Santo Egídio também facilitou contatos entre o governo de Moçambique e a Santa Sé no ano de 1985, partindo assim as barreiras que existiam e abrindo caminhos para diálogos futuros.<sup>121</sup> Nessa linha, também podemos mencionar a Caritas Moçambicana, uma instituição católica que teve grande influência nos

---

<sup>117</sup> Foi autor das cartas pastorais Repensar a Guerra e Imperativo de Consciência que foram um dos motivos para a sua expulsão do território moçambicano durante a guerra colonial. Posteriormente regressa à Moçambique. Desse regresso foi eleito presidente da CEM em janeiro de 1975.

<sup>118</sup> Nesse momento, as igrejas protestantes e católica trabalham em conjunto para exercer pressão sobre o governo e oferecer auxílio na busca por formas de resolução pacífica do conflito. Portanto, quando a expressão igrejas moçambicanas for utilizada no texto, entende-se: igrejas protestantes e Igreja Católica.

<sup>119</sup> O CCM fundado em junho de 1948 e oficialmente registada em dezembro de 2006, é uma pessoa coletiva de direito privado e de interesse social, de carácter religioso, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O CCM representa as igrejas em Moçambique que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus Salvador, segundo as Escrituras Sagradas, procura cumprir a sua vocação para a glória de Deus único e do Espírito Santo. Dele fazem parte as Igrejas Protestantes e a Igreja Católica.

<sup>120</sup> Representa a Igreja Católica de Moçambique.

<sup>121</sup> Cameron Hume, *Ending the Mozambique's War: the role of mediation and good offices*. (Washington, D.C: United States Institute of Peace, 1994), 76.

acordos de paz. A Caritas Moçambicana, como parte da Caritas Internacional, foi estabelecida em Moçambique, com o intuito de auxiliar nos programas sociais. Durante esse período (da guerra civil), a Caritas deu o seu apoio à CEM para criar um clima favorável ao diálogo entre o governo e a oposição.<sup>122</sup>

No meio da continuidade das hostilidades, a CEM publica a carta pastoral «*A Paz que o povo quer*», onde aponta para a escalada do conflito e critica os países que apoiam a guerra em Moçambique, internacionalizando-a e tornando o seu controle mais difícil.<sup>123</sup> Acusa os rebeldes/bandidos armados de se preocuparem com seus próprios interesses, ignorando os do povo e insiste no diálogo político como a única solução para acabar com o conflito em Moçambique. Essas acusações foram incómodas para o governo moçambicano, o que azedou ainda mais as relações já difíceis com a Igreja Católica. Porém, em maio de 1987, o novo presidente foi recebido pelo Papa, restabelecendo assim o clima amigável entre a Santa Sé/Igreja de Moçambique e o governo. Um mês depois, o Cardeal Roger Etchegaray, enviado de João Paulo II, fez uma visita a Moçambique e averiguou a situação inquietante em que a população moçambicana se deparava naquela época, salienta a total disponibilidade da Igreja Católica para trabalhar em obras sociais. A partir daqui o governo reconhece a liberdade de culto e alguns dos bens das igrejas expropriados pelo governo são restituídos.<sup>124</sup>

O Papa João Paulo II, fez uma visita a Moçambique, em setembro de 1988, como forma de aproximação e colaboração da Igreja Católica no processo da paz. No seu discurso inaugural,<sup>125</sup> o Papa manifestou, mais uma vez, a disponibilidade da Santa Sé em ajudar na área social, assim como, na promoção da paz, por meio de diálogo e da reconciliação. O Papa Também falou do retorno de diálogo e colaboração entre o governo moçambicano e a Igreja Católica, tendo como finalidade a boa convivência e desenvolvimento harmonioso de Moçambique. Foi a partir deste estímulo que o Vaticano, através da Comunidade Santo Egídio, procurou meios para o acordo de paz. Matteo Zuppi, afirma nesse sentido:

---

<sup>122</sup> Caritas Moçambicanas, «Como nasceu a Caritas Moçambicana», 2012, acessado 28 de janeiro de 2022, <http://www.caritasmoz.co.mz/comonasceu.htm>.

<sup>123</sup> É o caso da África do Sul, que apesar de ter assinado o Acordo de Nkomati, não cortou o apoio à RENAMO; aos países que apoiavam o governo, como a Itália, Grã-Bretanha, e Suécia, que já apoiavam o governo de Maputo antes mesmo da transformação nas posições políticas do governo e os EUA, que passaram a apoiar o governo após as mudanças.

<sup>124</sup> Cf. José Augusto de Sousa Alves e Francisco Augusto da Cruz Correia. *500 anos de evangelização em Moçambique* (Braga: Paulinas, 1998), 56.

<sup>125</sup> João Paulo II, «Discurso ao presidente da República de Moçambique, Senhor Joaquim Alberto Chissano: durante a visita ao palácio da Ponta Vermelha», 1998, acessado a 29 de abril de 2022, <http://www.clerus.org/bibliaclerusonline/pt/ido.htm#z>.

Até 1988 não era possível falar com a RENAMO, porque era falar com os terroristas, com os bandidos armados. A partir do momento em que D. Jaime e os outros bispos moçambicanos receberam esta luz verde do presidente Chissano, D. Jaime chamou-nos [a Comunidade Santo Egídio] imediatamente e disse: Nós temos esta luz verde, ajudai-nos a encontrar a RENAMO! E nós começámos à procura do caminho da RENAMO.<sup>126</sup>

Assim, podemos perceber que a Igreja Católica, através da Comunidade Santo Egídio, procurou formas de estabelecer contato com a RENAMO. Os bispos de Moçambique também desempenharam um papel importante, na procura de meios e formas de diálogo e pacificação entre os dirigentes políticos. Destaca-se nesse sentido, o contributo de D. Alexandre dos Santos, e D. Jaime Gonçalves.<sup>127</sup> O líder da RENAMO manifestou o interesse em resolver o conflito através do diálogo. Depois dessa confirmação de diálogo com o governo, foi acordado que o governo queniano seria o mediador nessas negociações.<sup>128</sup>

Moçambique ainda hoje enfrenta desafios da guerra, da segurança e da paz. A situação de Cabo Delgado é desastrosa. A Norte de Moçambique, particularmente na Província de Cabo Delgado, vive-se num clima de ódio do homem para outro homem, desde 5 de outubro de 2017. Este clima, leva os naturais a abandonarem a sua Província, para se refugiarem nas Províncias vizinhas, como é o caso de Nampula, Zambézia e Niassa. Esta situação continua confusa, apesar de indicações de que as Forças de Defesa e Segurança Nacional estão combatendo os insurgentes, isso está longe de voltar à normalidade. De longe assiste-se à situação caótica que se vive naquela Província: mortes cruentas dos cidadãos; sempre com coração nas mãos. O povo teme a guerra, mas isso seria pouco, o que mais temem é que a guerra naquela Província seja eterna, pois passam quase quatro (4) anos de ataques dos insurgentes. Assim sendo, Lucas Muanga diz: «mas o maior dos medos é que isto – a guerra – nunca termine. Que a guerra culmine com a retirada de Cabo Delgado do mapa geopolítico de Moçambique».<sup>129</sup> A Província vive num ambiente de luto e cada vez mais encara os massacres frequentes que devem aproveitar a alguém. Arrisco a afirmar que a guerra é patrocinada por pessoas interessadas na exploração das riquezas naturais que a Província possui, e por isso, a Província está a passar pela maldição dos recursos naturais. É fácil perceber que além de

---

<sup>126</sup> Mário Martins, «História das negociações secretas para a paz em Moçambique: Não somos a diplomacia paralela da Santa Sé», 2002, acedido a 05 de fevereiro de 2022, [http://www.mensageirosantonio.com/mensaggero/pagina\\_articolo.asp?IIDX=4IDRX=1](http://www.mensageirosantonio.com/mensaggero/pagina_articolo.asp?IIDX=4IDRX=1).

<sup>127</sup> Roberto Morozzo della Rocca, *A Paz: como Moçambique saiu da guerra* (Maputo: Central Impressora, 2012), 36.

<sup>128</sup> Belchior Faustino Canivete, «Os esforços da Igreja Católica de Moçambique na busca da paz para Moçambique, 1982-1992: o caso específico do arcebispo da Beira, D. Jaime Pedro Gonçalves», 2005, acedido a 16 de março de 2022, <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1558/1/Ht-173.pdf>.

<sup>129</sup> Lucas Muanga, «Há um Negócio de Guerra», *Savana*, ano XXVII n° 1372 (2020): 10.

mortes constantes, várias pessoas ficaram sem casa para reclinar a cabeça, sendo obrigadas a encontrar um refúgio. Assim sendo, podemos afirmar que a Província está entregue à sorte.

D. João Carlos Hatoa Nunes, Bispo da Diocese de Chimoio, no centro de Moçambique, e também porta-voz da Conferência Episcopal de Moçambique no seu comentário à Encíclica «*Fratelli Tutti*» diz que, para pôr fim à escalada da onda de violência em Moçambique, é preciso começar um movimento contrário, um movimento de não à violência, de diálogo, de encontro, de reconciliação, reconstruir juntos o caminho da vida, do amor e da paz, porque os conflitos, guerras são inimigos da humanidade. É por isso que é preciso preocupar-se com as questões de inclusão, reduzir e diminuir a assimetria que ainda existem no nosso País. D. João Carlos defende o diálogo na paz e diz que é preciso fazer convergir o mundo para a unidade. O porta-voz da Conferência Episcopal defendeu também que a paz não depende somente da assinatura de documentos, mas da forma como as pessoas vivem e como partilham as preocupações e resolvem os seus problemas.<sup>130</sup>

### 2.3. A Igreja em Nampula

A evangelização nas terras moçambicanas, por um lado deveu-se ao trabalho desenvolvido pelos vários missionários, como é o caso dos Padres Seculares, Jesuítas, Dominicanos, Franciscanos, Carmelitas, e algumas Irmãs missionárias – Irmãs de São José de Cluny, Franciscanas Missionárias de Maria, entre outros missionários, que deram impulso no campo da evangelização.<sup>131</sup> Depois de uma «decadência da evangelização»<sup>132</sup> naquelas terras, houve um ressurgimento, para o qual contribuíram alguns missionários do Colégio das Missões Ultramarinas, isso em 1875.<sup>133</sup> Os missionários tinham uma ideia do que se passava naquelas terras, uma situação religiosa muito complicada, mas aceitaram este desafio, o de partir para

---

<sup>130</sup> Cf. Hermínio José, «*Moçambique: Bispo: Pôr fim à escalada de violência e construir juntos o caminho da paz*», acessado a 4 de outubro de 2022, <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-10/mocambique-bispo-por-fim-a-escalada-de-violencia-e-construir-j.html>.

<sup>131</sup> Cf. Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal, J-P*, Dir. de Carlos Moreira Azevedo, ed. Círculo de Leitores SA e Centro de Estudo de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 1ª ed., edição n.º 4196, (Rio de Mouro: Círculos de Leitores S. A, 2001), 238-241.

<sup>132</sup> Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», 241

<sup>133</sup> Este Colégio teve um número considerável em Moçambique até aos anos de 1910. Nessa linha podemos mencionar D. António Barroso, que esteve em Moçambique entre os anos de 1891 até 1897. Barroso é também considerado o arquiteto desse ressurgimento. (cf. Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», 242).

uma missão, para o continente africano – Moçambique. Na Província da Beira, destacou-se a missionação dos franciscanos a partir de 1898 e, grande parte das missões nessa Diocese foram fundadas de raiz pelos Franciscanos. Da Beira se expandiram para Inhambane em 1903, uma vez que a evangelização do povo local era a sua prioridade. Aos poucos, as dioceses foram-se desmembrando uma das outras, gerando assim novas dioceses. Como é o caso da Diocese de Nampula, a atual Arquidiocese, que foi criada no dia 4 de setembro de 1940 e declarada como Diocese no dia 12 de janeiro de 1941. Esta gerou a Diocese de Porto Amélia (Cabo Delgado) – 1957 -, e a de Vila Cabral (Niassa) em 1963. Tiveram como primeiro Bispo, D. José dos Santos Garcia e D. Eurico Dias Nogueira, respetivamente.<sup>134</sup> É nessa linha de missionação que nasce a Diocese de Nampula que abrangia as seguintes províncias: Nampula, Porto Amélia e Vila Cabral, com a sede Catedral em Nampula.

Como foi dito no primeiro capítulo, a Diocese de Nampula teve três bispos e três Arcebispos até o atual momento. D. Teófilo José Pereira de Andrade (primeiro Bispo) foi nomeado como Bispo de Nampula em maio de 1941, com o lema «Paz e Bem».<sup>135</sup> Passando dez anos, D. Manuel de Medeiros Guerreiro o sucede vindo da Diocese de São Tomé de Meliapor, em maio de 1951 e fica no governo da Diocese até 1967. Manuel Vieira Pinto tomou posse como o terceiro Bispo (1967-1984), e veio a ser o primeiro Arcebispo de Nampula.<sup>136</sup> É com este último que a Diocese foi elevada à categoria de Arquidiocese, aí tendo exercido o seu múnus desde 1984-2000. A quando da nomeação de um Bispo ou Arcebispo, a Santa Sé tinha de informar o Governo português antecipadamente, a fim de rejeitar os candidatos considerados politicamente incómodos. Depois da resignação de D. Manuel Viera Pinto, é nomeado D. Tomé Makhweliha como Arcebispo de Nampula<sup>137</sup> entre os anos de 2000-2016 e o terceiro é D. Inácio Saúre, desde o ano de 2017 até esse preciso momento. D. Inácio é quem está cuidando agora dos destinos da Arquidiocese.

A Igreja de Moçambique goza de um crescimento notável desde que a guerra civil terminou, e isso não quer dizer que não esteja a enfrentar algumas dificuldades, porém, são dificuldades que não devem ser comparadas com as encontradas no tempo da guerra civil (guerra entre a FRELIMO e a RENAMO). É um crescimento em vários âmbitos,

---

<sup>134</sup> Cf. Francisco Augusto da Cruz Correia, «Moçambique (1498-1975)», 244-245.

<sup>135</sup> Cf. F. Félix Lopes, *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970* (Braga: editorial Franciscana, 1972), 35-37.

<sup>136</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, *Diocese de Nampula – Ano Jubilar I* (Nampula: Diocese de Nampula, 1989), 2.

<sup>137</sup> Cf. Filpo (Coord.), *Testemunhas de uma memória viva: história da evangelização da Província de Cabo Delgado*, 371.

principalmente na formação dos leigos, para puderem assumir algumas responsabilidades, para o desenvolvimento da Igreja local.

O número dos sacerdotes diocesanos tem vindo a crescer na Igreja de Moçambique, e também se nota um interesse crescente em se entregarem à missão (aumento de números de candidatos para a vida missionária), nos Institutos de vida consagrada. Esses não só servem à Igreja local, mas também outros continentes, outros povos. Nessa ordem de ideias, João Paulo II afirma:

Os Institutos missionários surgidos em África têm crescido numericamente e começaram já a fornecer pessoal não só para os países do Continente, mas ainda para outras regiões da terra. Sacerdotes diocesanos de África, cujo número está lentamente a crescer, começam a ficar disponíveis por períodos limitados, como presbíteros «fidei donum» que vão trabalhar noutras dioceses pobres de pessoal, na própria nação ou fora (EA 38).

Com esta afirmação podemos dizer que a Igreja de Nampula, também contribui para irradiação do Evangelho do Senhor, interna e externamente. Não está somente ao serviço do povo macua, mas de todo o povo de Deus; está ao serviço de todo o mundo no que diz respeito à proclamação do reino de Deus.

Em Nampula encontramos várias instituições católicas, principalmente de cariz social, que estão ligadas ao campo da formação humana (saúde, educação e formação do homem de amanhã). Cada um deve estimular a consciência das comunidades de modo que assumam o protagonismo evangelizador, segundo a seu carisma: ser lugar de encontro dos irmãos e um nó de ligação, de reconciliação e de paz social.

A evangelização em Nampula não foi fácil, pois é a Província mais vasta de Moçambique com 6,335.121 da população segundo o recenseamento de 2017.<sup>138</sup> A Igreja goza de um ambiente diferente com o vivido há vinte anos, ou seja, de um ambiente de confiança um pelo outro, mesmo que não seja uma confiança total, o que lhe facilita exercer o seu múnus. Com isso, atualmente a Igreja de Nampula conta com 50 Paróquias, dos quais 21 Paróquias estão nas mãos do clero local e o restante nas mãos dos padres de vida religiosa. Conta do mesmo modo com 33 sacerdotes do clero diocesano, 11 Institutos religiosos masculinos e 25 Institutos femininos. Pastoralmente, a Diocese é constituída por paróquias, animadas por sacerdotes. As paróquias estão organizadas em zonas, tendo como responsável um animador. Por sua vez, nas zonas encontramos as pequenas comunidades que são animadas pelos anciãos.

---

<sup>138</sup> Cf. República de Moçambique, *1º Boletim estatístico sobre proteção social* (Maputo: Action Portugal, 2019), 3.

Os animadores estão sempre em contato com o pessoal missionário da Paróquia. Na Paróquia, os vários ministérios são exercidos de acordo com as necessidades da comunidade, havendo também vários movimentos juvenis e de adultos.<sup>139</sup>

Num mundo em transformação, a Igreja é chamada a exercer o seu múnus, o de evangelizar. Este mandato não exclui a Igreja de Nampula, pois Ela é de Cristo e para Cristo. Por isso, a catequese ocupa um lugar primordial na formação de fé vital dos leigos. Enquanto evangelizadora, a Igreja realiza a sua missão de mediadora, de união e de salvação.<sup>140</sup> No seio da Igreja de Nampula, nos últimos anos, este mandato tem sido realizado através do testemunho de gente ardentemente motivada, fazendo uso de outros meios de comunicação social. Devido à sua vastidão, houve a necessidade de criar uma outra Diocese, a de Nacala, desejo que foi concretizado no ano de 1992.

#### **2.4. O serviço do episcopado num País em formação**

A vida de Manuel Vieira Pinto, na Diocese e depois Arquidiocese de Nampula, não foi fácil, pois enfrentou vários desafios no seio da Igreja local e ainda da parte do Estado. Como Bispo de Nampula, entre os anos de 1967 a 2000, separou-se daquela Igreja comprometida com o fascismo, e firmou-se na defesa dos direitos do povo macua, pela condenação do colonialismo e da guerra colonial e pela defesa do direito à autodeterminação do povo moçambicano (dos direitos humanos). Preocupado com a revolução, Manuel Vieira Pinto teve a coragem e força de combater a opressão colonial e os desvios e erros da revolução do povo de Moçambique. Manuel Vieira Pinto permaneceu em serviço, lúcido e dedicado ao seu povo.<sup>141</sup>

Com essa afirmação, podemos perceber que a questão do racismo, assim como a denúncia da violência, seriam os pontos principais e marcantes da sua missão naquela Diocese, que posteriormente passaria a ser Arquidiocese. Nessa ordem de ideias, Guilherme d'Oliveira Martins afirma: «a discriminação racial, a falta de respeito pelo homem negro, a ausência total

---

<sup>139</sup> Cf. José Luzia, *Uma Igreja de todos e de alguém* (Águida-Lisboa: Paulinas Editora – Prior Velho, 2012), 100.

<sup>140</sup> Vasco António da Cruz Gonçalves, «A catequese familiar na ação evangelizadora da Igreja», *Igreja e Missão* n. 232 (2016): 221.

<sup>141</sup> Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 57.

de convivência entre brancos e negros, a falta de diálogo do Bispo com os seus cristãos, em maioria negros, eram pecados que saltavam imediatamente à vista».<sup>142</sup>

Mesmo com essas atrocidades, o Bispo não baixou a cabeça e os braços no que se refere ao combate pastoral pela liberdade, pela justiça e pela emancipação do povo moçambicano. Do mesmo modo, lutou contra o colonialismo. Continuou nessa luta pela promoção da paz e pelo desenvolvimento do povo, o que lhe traria muitos dissabores. Como Bispo ao serviço de Deus e como pastor do seu povo em Nampula, ele iniciou uma nova fase de ação pastoral na Diocese. Segundo o Padre José Luzia, Manuel Vieira Pinto tornou-se «O visionário de Nampula, ou seja, o profeta de Nampula»,<sup>143</sup> lembrando a presença e a forma de exercer a sua missão de Bispo, profeta que anuncia o evangelho de Deus. Assim, surgiram as diretrizes que norteariam a sua intervenção eclesial na sociedade moçambicana, principalmente na Diocese de Nampula. Essas diretrizes nascem da semente já semeada nas conferências que ele fizera em Portugal, diretrizes que posteriormente serviriam como guia para a sua ação pastoral-social, naquele continente.

Guiado pela sua experiência no Movimento por um Mundo melhor, Manuel Vieira Pinto procurou exercer o seu múnus na Diocese (agora Arquidiocese) de Nampula, colocando-a ao ritmo do Concílio Vaticano II. Como seu primeiro testemunho, segundo as nossas fontes, ao descer das escadas do avião, dirigiu-se à fila do povo, e tomou nos braços uma criança negra que ergueu em direção ao nascente do sol. Este gesto simbólico, que obteve os aplausos do povo e causou surpresa e espanto nas autoridades, e tornou visível o confronto de duas realidades muito diferentes naquela altura.

Procurou combater os abusos do colonialismo, e posteriormente contra os abusos da FRELIMO e a RENAMO, realizados durante a guerra civil, com o intuito de criar um ambiente de diálogo entre os dois partidos. Esteve contra os «campos de reeducação»<sup>144</sup> criados naquela altura, porque para ele, era contra a dignidade humana. Por todos os meios ao seu alcance lutou pelo fim da guerra entre a FRELIMO e a RENAMO, denunciando as suas atrocidades, muitas vezes de forma pública. Falava com sinceridade e de forma aberta sobre a guerra civil fratricida e sempre se preocupou com a paz que só seria possível por meio do diálogo. Ainda que despercebidamente, Manuel Vieira Pinto teve um importante papel no processo de mediação e

---

<sup>142</sup> Guilherme d'Oliveira Martins, «D. Manuel Vieira Pinto (1923-2020)», 3.

<sup>143</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 56.

<sup>144</sup> Cf. *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, 89.

das negociações para a paz em Moçambique. Após as eleições eleitorais de 1994 em Moçambique, o Bispo foi ter com o líder do maior partido político da oposição, RENAMO, naquela altura Afonso Macacho Marceta Dhlakama com o intuito de garantir a aceitação dos resultados eleitorais, para manter a paz pela qual os moçambicanos tanto almejavam.

No ano de 1963, D. Manuel Vieira Pinto, promoveu o lançamento de uma coleção, publicada pela Livraria Figueirinhas, no Porto, intitulada “Por um Mundo Melhor”. O seu primeiro título da referida coleção, do mesmo ano, tinha o seguinte título: “O homem e a História”, de Riccardo Lombardi, o fundador do movimento acima referido, proposto pelo Papa Pio XII em 1952, com a ideia de transformar o mundo. O desejo era tornar o mundo mais humano numa verdadeira humanidade, ou seja, segundo o coração de Deus. Este também foi o desejo de Manuel Vieira Pinto como prelado da Diocese de Nampula. Assim sendo, como representante da Igreja em Nampula e caminho para chegar a um fim, ou seja, satisfação de uma necessidade, a religião deve ser testemunhada como se testemunham outras coisas. A Igreja deve transformar-se numa Igreja servidora.

D. Manuel Viera Pinto parece não ter tido dúvidas acerca da sua vocação e do seu chamamento para ser o pastor do povo macua. Por isso, «para todos os missionários, a missão tem origem no chamamento de Deus».<sup>145</sup> É nessa linha que podemos dizer que a missão prevê uma vida centrada totalmente em Cristo, procurando imita-lo no dia a dia. A esta perspetiva o Papa diz: «convido todo o cristão, em qualquer lugar e situação que se encontre, a renovar hoje mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de O procurar dia a dia sem cessar» (EG 3). Cristo torna-se assim a base para a vida humana.

## **2.5. A formação de uma Igreja com o rosto local em Nampula**

Para uma Igreja de rosto local foi preciso ter em conta a formação dos catequistas e de outros ministérios, que levem a uma inculturação cada vez mais profunda. O serviço dos leigos era relevante para uma colaboração na evangelização para o Reino do Senhor. Os leigos participam ministerialmente na vida e missão da Igreja. Assistimos a um extraordinário movimento eclesial que vem provocando uma grande metamorfose pneumatológica nas

---

<sup>145</sup> James H. Kroeger, «Caminho na missão com São Paulo», *Igreja e Missão* 248, n. 3726 (2021): 373.

atividades a nível paroquiais. Com este extraordinário movimento participativo do leigo na evangelização, nasce a sua extraordinária consciência apostólica, como afirma a carta assinada pelo Bispo Manuel Viera Pinto: «O agir pela justiça e o participar na transformação do mundo resultam claramente como dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, [...]».<sup>146</sup> Nessa dimensão, Júlio Manzanares afirma:

Entre as novas realidades eclesiais merecedoras de atenção no pós-Concílio encontram-se sem dúvida alguma, os novos ministérios exercidos por leigos. Uma realidade incipiente como sempre que brota com força e desperta esperança, embora ainda esteja longe do amadurecimento da colheita. Trazê-la agora à nossa consideração é reconhecer a sua relevância não apenas ou naquele lugar da Igreja, mas na própria Igreja. E é ler na nascente a novidade dos factos, uma aquisição de incalculáveis consequências: todos somos responsáveis na Igreja.<sup>147</sup>

Com a afirmação de Júlio Manzanares podemos perceber o importante papel do ministério laical na Igreja como um agente transformador do povo, preocupando-se com o homem, e não com a sua relação com o Divino. É um caminho feito no caminhar, isso porque trata-se de um olhar e escrever caudalosamente o que o espírito faz pela Igreja e deixar se transformar por Ele.<sup>148</sup> É, portanto, o carácter existencial do homem, que terá como base uma fé encarnada em Jesus Cristo. Este movimento, sem sombra de dúvida, incluirá todo o povo de Deus, bispos, presbíteros, diáconos e leigos.<sup>149</sup> Com o envolvimento dos leigos na formação de uma Igreja local, a Igreja foi dando alguns passos em frente naquilo que era o seu múnus, esclarecendo o verdadeiro serviço do leigo e do ministro ordenado, para um verdadeiro serviço à Igreja. Para tal, os leigos participavam nos serviços paroquiais, ou seja, assumiam responsabilidades numa comunidade; exerciam trabalhos em grupos que permitiam desenvolver algumas ideias de acordo com as regras da Igreja. Assim, foram tomando consciência daquilo que era a sua vocação, cada um no seu lugar como ministro, seja ele ordenado ou não ordenado. Homens e mulheres se entregaram ao serviço do irmão, a fim de não perder nenhuma alma como próprio Jesus disse (cf. Jo 17,11-12). O ministro ordenado é cada vez menos aquele que faz tudo sozinho, pois, sem abandonar o seu múnus sacerdotal, ele tem os leigos que colaboram com ele.

A Igreja local exige uma atenção especial à vida comunitária que deve ser promovida nos grupos de formação cristã, nos grupos de encontros, num relacionamento fraterno e

---

<sup>146</sup> Manuel Vieira Pinto, «*Um imperativo de Consciência*», 1974, acedido a 29 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>147</sup> Júlio Manzanares, «Os ministérios na vida da Igreja do pós-Concílio», *Communio*, ano IV, n. 1 (1987): 79.

<sup>148</sup> Luzia, *Uma Igreja de todos e de alguém*, 52.

<sup>149</sup> Luzia, 52.

caloroso para facilitar a aprendizagem da vida cristã. Nessa ordem de ideias, D. Manuel Vieira Pinto falando dessa Igreja local, não fala de uma Igreja clerical, mas de uma Igreja livre do clericalismo e onde os seus membros se sintam participantes ativos:

A passagem duma Igreja ainda bastante clerical para uma Igreja mais povo de Deus, mais adulta, na sua voz e nos seus gestos; uma Igreja onde cada membro – presbítero, religioso ou leigo – tenha consciência da sua dignidade, da sua vocação e da sua corresponsabilidade; uma Igreja onde todos sintam que são de pleno direito. Povo que tenha, efetivamente voz para concordar, para discordar, para aconselhar, para proclamar o Evangelho, para construir a comunidade cristã e testemunhar a fé e o Amor; uma Igreja onde todos possam e saibam falar, onde todos possam e saibam ouvir, ultrapassando de vez aquelas «cristandades» onde falar compete apenas aos padres e ouvir aos «seus cristãos».<sup>150</sup>

Com estas ideias, percebe-se claramente que havia necessidade de desclericalizar a Igreja local. Uma ideia mais verdadeira de Igreja, uma Igreja que estava na linha daquela que propunha o Vaticano II. Portanto, este foi um grande desafio para o Bispo de Nampula (Manuel Vieira Pinto) que incansavelmente lutou para que este sonho se tornasse uma realidade.

Manuel Vieira Pinto preocupou-se não só em levar o Evangelho de Cristo às ovelhas perdidas, mas também formar e confiar nos simples cristãos batizados – homens e mulheres que se entregavam ao serviço do Reino de Deus.<sup>151</sup> Esta convicção tem como base a misericórdia do próprio Deus que se manifesta como Filho Encarnado, e que é substancial ao Pai na unidade do Espírito Santo. Esta afirmação proclama a fé do homem, da Igreja e de todas as pequenas comunidades locais que estão em peregrinação rumo a Deus (cf. EA 10).

Essa implantação de Igreja radica na vida social e adapta-se na cultura local, gozando assim duma estabilidade e firmeza, uma vez que possuía recursos próprios, porém insuficientes para responder às suas necessidades, ou seja, para responder às necessidades do clero local. Outrossim, toda a comunidade precisa de ser formada, capacitada para responder às necessidades que vão surgindo ao longo da evangelização, cada um segundo as suas capacidades. Assim sendo, cada pessoa na sua comunidade vai experimentando o significado do sentido de catolicidade e de comunhão fraterna no meio dos irmãos, essa comunhão que

---

<sup>150</sup> Manuel Vieira Pinto, «Estamos numa hora de viragem», 1971, acedido a 25 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>151</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 146.

deve levar a uma transformação interior; uma comunhão aberta à comunidade. Aos poucos a Igreja local foi-se afirmando como uma experiência totalmente nova inesperada.<sup>152</sup>

Importa também iluminar a experiência pessoal com a Palavra de Deus. Este encontro entre a Palavra de Deus e a experiência pessoal ajuda a dar solução aos problemas que se deparam. Nessa linha, faz-se uma questão em torno da capacidade desses fiéis leigos que formam a Igreja local: «uma pergunta deve ser feita: a Igreja em África formou suficientemente os fiéis leigos, permitindo-lhes assumir com competência as suas responsabilidades cívicas e considerar os problemas sócio-políticos à luz do Evangelho e da fé em Deus?» (EA 54). Para uma boa formação, compete ao leigo, exercer sobre a sociedade um exemplo de vida capaz de mudar alguém, não somente a forma de pensar, mas também as estruturas sociais, «para que reflitam melhor o desígnio de Deus para a família humana. Por isso, exortei a uma formação profunda dos fiéis leigos, uma formação que os ajude a levar uma vida plenamente integrada. Fé, esperança e caridade devem influenciar as ações do verdadeiro seguidor de Cristo em cada atividade, situação e responsabilidade» (cf. EA 54).

Com esta afirmação, podemos perceber que os fiéis eram formados pela Igreja, para a Igreja e na Igreja, numa autêntica comunhão e colaboração de todos os membros, seja qual for o seu cargo e o seu múnus. Nesta Igreja de pequenas comunidades locais de base, sob fundamento de Cristo que é a origem e o modelo de toda a formação, a missão está no cerne d'Ela. Assim sendo, podemos dizer que a formação das pequenas comunidades «tem como objetivo a vida cristã adulta e, portanto, a participação ativa na vida e missão da Igreja».<sup>153</sup> Tal formação supõe, ao mesmo tempo, uma renovação pastoral das comunidades locais que exige uma orientação para a evangelização; exige também esforço, dedicação e entrega para a construção de uma Igreja, Templo do Senhor, onde todos se sintam membros ativos. É nessas Igrejas locais onde encarna a Igreja universal de Cristo, (cf. EN 60) pois a Igreja local é o sujeito primário da missão, com isso, deve ter sempre o seu cume na comunicação da fé. Outrossim, não é possível realizar uma missão eficaz sem comunhão, porque missão é partilhar.

Com isso, torna-se «urgente que a Igreja local se organize numa vasta rede de ministérios em verdadeira comunhão, uma vez que “a comunhão e a missão estão

---

<sup>152</sup> Cf. José Luzia, *A Igreja das palhotas* (Águeda: Paulinas, 2017), 55.

<sup>153</sup> Conferência Episcopal Portuguesa, *A formação cristã de base dos adultos* (Braga: Tadinense, 1994),

profundamente ligadas entre si [...]: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão”». <sup>154</sup> Mesmo que a Igreja local assuma o seu papel primário da missão, os Institutos Missionários também assumem o seu papel missionário – o anúncio do Reino, para a conversão das almas -, principalmente em torno das Igrejas locais, porém, a primeira missão / evangelização é o testemunho. Num sentido geral, as pequenas comunidades de base são um sinal de vitalidade da Igreja, um instrumento de formação e evangelização, e também um ponto de partida para uma nova sociedade moralmente humana. São as mesmas comunidades que comunicam com as comunidades paroquiais e permanecem unidas radiantes de comunhão, num ambiente simples.

### 2.5.1. A educação e a saúde

A educação é considerada primordial para uma boa convivência humana, para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da sociedade, devido a sua função de garantir a produção e difusão do conhecimento útil na sociedade.

Para a Igreja, educar significa formar o homem e a mulher na sua integridade, isto é, nas vertentes: intelectual, física, moral e religiosa. Podemos encontrar essa preocupação compendiada na declaração “*Gravissimum Educationis*” do Concílio Vaticano II, que é para nós a carta magna da orientação e atuação da Igreja no campo do saber para o bem da sociedade. Com isso, se afirma:

Todos os homens, de qualquer estirpe, condição e idade, visto gozarem da dignidade de pessoa, têm direito inalienável a uma educação correspondente ao próprio fim, acomodada à própria índole, sexo, cultura, e tradições pátrias, e, ao mesmo tempo, aberta ao consórcio fraterno com os outros povos para favorecer a verdadeira unidade e paz. A verdadeira educação, porém, pretende a formação da pessoa em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é o membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte (GE 1).

Francisco Guimarães e Maria do Céu Roldão afirmam também que a educação religiosa é um tesouro para todo o ser humano, e uma contribuição para a formação de uma personalidade ideal e capaz de conviver com os outros. <sup>155</sup> Este sim foi uma ideia concretizada

---

<sup>154</sup> Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral *Como eu vos fiz, fazei vós também: para um rosto missionário da Igreja em Portugal* n. 1 (Fátima: Gráfica de Coimbra, 2010), 14.

<sup>155</sup> Cf. Francisco Guimarães e Maria do Céu Roldão, «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica», *Humanística e teologia* 39, n.º 1 (2020): 211, <https://revistas.ucp.pt/index.php/article/view>.

por D. Manuel Vieira Pinto, assim podemos dizer. Um sonho de tornar real a presença da Igreja nas terras de Nampula-Moçambique, significaria para ele entre outras coisas, uma certa separação entre Estado e Igreja, ou seja, que cada poder ocupasse o seu lugar. Manuel Vieira Pinto sempre apostou numa formação no próprio País, porque para ele, proporcionaria uma melhor compreensão das situações conjugadas com elementos de teologia e filosofia; também proporcionaria um conhecimento mais aprofundado das realidades sociais a partir das experiências dos outros missionários. Na perspectiva da “*Maximum Illud*” no seu número 38, acredita que uma Igreja madura é aquela que tem homens e mulheres preparadas e que se entregam totalmente ao seu serviço dos seus conterrâneos. Sacerdotes e bispos locais é um termómetro eficaz para medir o avanço de uma Igreja local (cf. MI 39). Muito embora, como alguém me chegou a confidenciar na altura da idealização deste projeto, houve vozes discordantes quanto a Manuel Vieira Pinto como pioneiro da Igreja de Nampula, se não de Moçambique. De facto, ele foi pouco compreendido quando lutava por um novo caminho naquela Diocese.

Não quero aqui fazer um juízo de valor, cabe ao tempo julgar as nossas posições e boas vontades. Seja como for, qualquer posição contra estaria a ir contra aquilo que é a vontade da Igreja Universal expressa no número 36 do documento ora citado: Onde, então, existir uma quantidade suficiente de clero nativo bem instruído e digno da sua santa vocação, aí a Igreja poderá dizer-se bem fundada, e a obra do missionário realizada. E se se levantasse o inimigo da perseguição para abater aquela Igreja, não se precisaria temer que, com aquela base e com aquelas raízes tão fortes, ela não sucumbiria aos assaltos do inimigo (cf. MI n. 36, p. 17).

Qual seria hoje para nós a melhor forma de render uma justa homenagem a D. Manuel Vieira Pinto em Nampula? Qual deveria ser a contribuição dos nossos leigos para o crescimento deste lugar de grande utilidade? Não será já tempo para uma escola de teologia para os nossos leigos? O Seminário Maior Interdiocesano em Nampula não seria um espaço ideal para este propósito? Creio que respondendo a estas questões e pondo-as em prática, estaríamos a completar a segunda parte do sonho de D. Manuel Vieira Pinto.

Não é de duvidar que uma das tarefas, a que a Igreja se vem dedicando é a da instrução e educação dos povos, principalmente dos jovens. Porque com os jovens haverá uma sociedade melhor e eficaz. Tarefa que leva muito tempo, mas com resultados melhores.

Também importa saber que a formação é uma exigência fundamental numa Diocese, pois facilita a integração na atividade missionária na Igreja local. Nunca se pode dispensar a

formação humana e a promoção vocacional, promoção que leve ao sacerdócio, embora que não seja a única vocação. Assim sendo, a preocupação de uma Igreja local deve ser uma Igreja do futuro. Os seminários, a formação dos leigos devem ocupar um lugar importante e vista como sinal de esperança. No meio de tudo isso, é preciso saber que a educação de base é o ponto de partida para uma promoção do povo a caminho do desenvolvimento.

Como bem sabemos, a Igreja não pode ficar somente na evangelização do povo infiel, mas tem de ser pastor, a exemplo do bom Pastor. Esta preocupa-se também com a saúde do corpo e a «cultura do espírito, no plano natural, esforçando-se por promover o bem-estar, a elevação social das populações, junto das quais exerce a sua atividade».<sup>156</sup> Esse deve ser um dos deveres da Igreja no meio da sociedade, ou seja, junto das populações carenciadas. Mesmo com as várias dificuldades de movimentações dos missionários - vias, terrenos, riscos das viagens -, os missionários devem sacrificar-se pelos outros e sem vacilar.

### **2.5.2. O diálogo Fé - cultura**

Houve várias tentativas da parte de Roma, através do Papa Bento XIV, em travar por meio de decretos as tentativas do desprezo de culturas africanas, e demais usos e costumes locais. Neste sentido afirma Charles-Marie Guillet, «não vale a pena gastar argumentos a tentar convencer estes povos a mudar os seus ritos e costumes [...], a não ser que não sejam contra a moral ou a religião. Que há de mais absurdo que transplantar para o meio dos chineses a França ou a Espanha [...]».<sup>157</sup> São interpretações que devemos tomar em consideração porque manifestam o verdadeiro desejo da Igreja em ir ao encontro de culturas e povos, e de respeitá-los na própria terra. Caso contrário em vez de conseguirmos avanços, só serão criadas condições para choques de culturas, de usos e costumes locais. Jesus durante o tempo que viveu na terra procurou conhecer e compreender a cultura do seu tempo, do seu povo, para depois apresentar propostas concretas da parte de Deus.

A inculturação é um dos desafios na evangelização, para formar uma Igreja família de Deus, pois requiere uma união entre a cultura e a fé, ou seja, uma síntese que comporta dois movimentos: «íntima transformação dos valores culturais e sociais positivos e autênticos pela

---

<sup>156</sup> Nogueira, *Missão em Moçambique*, 109.

<sup>157</sup> Cf. Charles-Marie Guillet, *A Igreja: comunidade de testemunhas mergulhadas na história* (Lisboa: Edições Paulistas, 1988), 55.

integração no catolicismo e, outrossim, o enraizamento da fé cristã na cultura».<sup>158</sup> No meio de tudo isso, podemos encontrar certas dificuldades, principalmente quando há desencontros entres esses dois momentos.

O Evangelho deve penetrar na vida e na cultura do povo de Deus, e só assim a Igreja família de Deus não correrá risco de não se purificar de alguns elementos socio-culturais que vão contra a Lei de Deus, contra o Evangelho. Por causa das rápidas transformações da Igreja moçambicana, a Igreja de Nampula é impelida e desafiada a encontrar valores positivos sócio-culturais no meio do povo, a lutar pela conversão do povo. Nessa linha, Manuel Vieira Pinto afirma: «as soluções concretas terão de vir de todo o povo de Deus em diálogo, em comunhão efetiva, em abertura aos outros, tal como o fermento em relação à massa».<sup>159</sup> Esse diálogo implica uma inculturação com o povo, saber escutar e estar. Essa postura torna-se um desafio para todo aquele que quer evangelizar. Para tal, queremos apresentar alguns desafios<sup>160</sup> que são incontornáveis no processo de inculturação, enquanto síntese entre a cultura e a fé e enquanto compreensão e aceitação da palavra de Deus:

a) O Batismo – o novo nascimento no Senhor - é a condição primária para pertencer à Família de Deus e coresponsabilidade na edificação do Corpo de Cristo. Isso também acontece no seio da família moçambicana, principalmente nos jovens, depois de passarem pelos ritos de iniciação. Depois desse processo, devem tornar-se membros ativos e responsáveis na sociedade em que vive e na sua família.

b) A necessidade da evangelização – a partir do compromisso do batismo, cada membro da Igreja é impelido a ser sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-14). Assim sendo, cada membro da Igreja de Cristo deve dedicar-se à evangelização, não somente com palavras, mas também com obras (ações), através do testemunho de vida, porque o «testemunho é a primeira forma de evangelização» (cf. RM 42). Isso é uma forma de tornar viva a chama da unidade, «tornar mais clara a opção pelo povo, partilhando as alegrias e as tristezas, caminhando com, participando com, [...]».<sup>161</sup>

---

<sup>158</sup> Cf. Laurent Magesa, «Los próximos 50 años», *Mundo Negro* n.º 506 (2006): 136.

<sup>159</sup> Pinto, *Passado - Igreja - Futuro*, 1975, acedido a 15 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>160</sup> Neste ponto teremos como ponto de partida os desafios apresentados na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Africa*, 73-75.

<sup>161</sup> Manuel Vieira Pinto, «Desafios do tempo Novo», 1976, acedido a 22 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

c) Valor da formação – a formação é o centro de toda a ação evangelizadora. A Igreja local deve promover encontros de formações (humana e cristã); uma formação sólida e profunda no que diz respeito aos princípios da Santa mãe Igreja; formação sócio-cultural e tradicional do povo macua. Nessa linha, Manuel Vieira Pinto diz que é preciso «incentivar nos responsáveis das comunidades, nos que praticam qualquer tipo de ministério, a decisão de procurarem uma formação apropriada, nas comunidades, zonas paroquiais ou mesmo a nível da Diocese».<sup>162</sup>

d) Família – a família é a base de toda a cultura. Com isso, a fé deve passar pela cultura, pois é na cultura onde é acolhida e vivida. Assim sendo, podemos dizer que o futuro da Igreja e do mundo passa na família como lugar de encontro. Por isso, a família é uma Igreja doméstica, o futuro da Igreja (Família) de Deus:

Com efeito, a família é a primeira célula não só da comunidade eclesial viva, mas também da sociedade. Na África, de modo particular, a família representa a base sobre a qual está construído o edifício da sociedade. Por isso mesmo, o Sínodo considera a evangelização da família africana como sendo uma das maiores prioridades, se se quer que ela assuma, por sua vez, o papel de sujeito ativo na perspetiva da evangelização das famílias pelas famílias (EA 80).

A Igreja é chamada a dar mais atenção aos problemas concretos da realidade da família, pois esta, está no centro das suas atividades. Assim sendo, João Paulo II, na sua exortação apostólica diz: «do ponto de vista pastoral, isso constitui um verdadeiro desafio, dada as dificuldades de ordem política, económica, social e cultural» (EA 80). A Igreja não deixa de exortar os políticos e os responsáveis tradicionais, a não utilizarem o poder para fins particulares e egoístas, mas sim, que devem agir conforme a Lei de Deus e pelo impulso do Espírito Santo. Por isso, São Paulo diz: «[...] deixai-vos conduzir pelo Espírito e não satisfareis os desejos da carne. Na verdade, a carne tem desejos contrários aos do Espírito, e o Espírito desejos contrários aos da carne. São dois princípios antagónicos e por isso não fazeis o que quereis» (Gal 5,16-17). A Igreja não deixe de orientar e nem deixe de promover os valores culturais, a partir das famílias cristãs, que delas chegarão às famílias da sociedade (não cristãs).

Nessa ordem de ideias, também podemos dizer que «usos e costumes», mesmo fazendo parte da cultura moçambicana, são um desafio para uma Igreja família de Deus. Como é o caso do enquadramento no sistema de parentesco, a acumulação de poderes, a poligamia. No meio

---

<sup>162</sup> Cf. Pinto, «Desafios do tempo Novo», 1976, acessido a 22 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

desta situação, a Igreja moçambicana, Igreja como Família, deve preocupar-se com a pastoral da família, como uma Igreja doméstica. Com estes desafios, visa-se realçar que o modelo de Igreja como Família de Deus, deve ser também o modelo da Igreja local, somente buscando revelação divina como seu fundamento, a partir dos seus valores sócio-culturais. Portanto, o seguimento de Jesus deve ser o desejo do homem, de toda a família humana como filhos de Deus. Nessa ordem de ideias, a Igreja deve estar atenta aos desafios modernos, deste que tenha um espírito de diálogo.

Nessa linha de diálogo, podemos também falar do diálogo inter-religioso que é parte da missão da Igreja de Cristo (cf. RM 55). Este diálogo exige do mesmo modo uma espiritualidade sólida no mistério da Trindade. Por isso afirma João Paulo II,

O diálogo não dispensa a evangelização. [...] O diálogo não nasce de táticas ou de interesses, mas é uma atividade que apresenta motivações, exigências, dignidade própria: é exigido pelo profundo respeito por tudo o que o espírito, que sopra onde quer, operou em cada homem. Por ele, a Igreja pretende descobrir as “sementes do Verbo”, os “fulgores daquela verdade que ilumina todos os homens” – sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade. O diálogo fundamenta-se sobre a esperança e a caridade, e produzirá frutos, no Espírito (RM 55-56).

Com estas afirmações, podemos perceber que o diálogo é sem dúvida uma das formas para uma evangelização. É no diálogo inter-religioso que percebemos o outro e o acolhemos como um irmão, criado à imagem de Deus. Outrossim, o diálogo inter-religioso é um elemento da missão salvífica da Igreja, não se trata de escolher um e ignorar ou rejeitar o outro.<sup>163</sup> É partilha de vida que acontece entre as pessoas e no meio das pessoas, comprometidas no amor de Cristo e preparados a reconhecer o outro. A dimensão prática do diálogo exige do mesmo modo, que o encontro entre as diferentes religiões, seja verdadeiro e de ação.<sup>164</sup> Por isso, o documento *Diálogo e Missão*<sup>165</sup> sugere algumas orientações de caris pastoral, com o objetivo de promover no homem um comportamento evangélico no meio dos outros, com os quais convive todos os dias (cf. DM 6).

---

<sup>163</sup> Cf. J. S. Martins, *Ide e anunciai. Fundamentos e desafios da missão hoje* (Lisboa: Paulus, 2008), 306.

<sup>164</sup> Luís Sanches Martins, *Fraternidade Humana: Caminhos para o diálogo inter-religioso entre Católicos e Muçulmanos* (Lisboa: LIAM, 2021), 70.

<sup>165</sup> Pontifício Conselho para o diálogo inter-religioso, «Diálogo e Missão», ed. Francis Arinze, 1984, acessado a 11 de outubro de 2022, [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/interelg/documents/rc\\_pc\\_interelg\\_doc\\_19840610\\_dialogo-missione\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html).

## CAPÍTULO 3 – D. MANUEL VIEIRA PINTO: BALANÇO DA VIDA DE PASTOR

O pensamento de Manuel Vieira Pinto é marcado pela «reconciliação e paz, defesa da dignidade, dos direitos e a liberdade humana», porque para ele todo o homem tem o direito de viver numa sociedade mais humana e mais civilizada e culta.<sup>166</sup> Esta afirmação tornava-se cada vez mais o ponto de partida para a ação pastoral de Manuel Vieira Pinto. A sua ação perante a política moçambicana foi sem dúvida, uma libertação para o povo que sofria e um incómodo para quem sente o prazer de oprimir. Nessa linha, houve momentos em que Manuel Vieira Pinto não tinha tanta liberdade, pois era sempre vigiado em tudo o que fazia, principalmente nos seus discursos homiléticos e nas suas visitas pastorais.<sup>167</sup> No entanto, em todas as suas ações, ele sempre teve Deus como ponto de referência, esse Deus que deve ser a procedência de toda a sociedade política. Por isso, os eleitos para o governo não são a fonte do seu próprio poder ou interesses, mas estão ao serviço do povo.

A religião cristã propõe-nos um caminho de «santidade, capaz de responder às aspirações do povo, uma religião da conversão e de amor. Amor entre indivíduos e raças. Com isso, essa relação estabelecerá uma justa e equilibrada relação»,<sup>168</sup> uma relação de amor e de justiça, da partilha das alegrias e de tristezas.

### 3.1. A doutrina Social da Igreja em Moçambique

Falar da Doutrina Social da Igreja, nos remete ao conjunto de documentos que orientam o pensamento e a ação da Igreja Católica, que se desenvolveu desde os anos de 1891. Esses documentos dizem respeito às questões sociais nomeadamente a dignidade humana, o respeito pela vida, dos direitos humanos, da liberdade religiosa etc, e para as quais é preciso encontrar uma resposta verdadeira. Questões que se colocam face às necessidades do mundo atual. A Doutrina Social da Igreja abriu perspectivas inspiradoras para uma fraternidade universal da

---

<sup>166</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «A paz, pelo respeito dos direitos fundamentais», 1985, acedido a 23 de julho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>167</sup> Cf. Filpo (Coord.), *Testemunhas de uma Memória Viva: história da Evangelização da Província de Cabo Delgado*, 359.

<sup>168</sup> Cf. Lopes, *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970*, 601.

humanidade, na justiça e no amor ao próximo. A Doutrina Social da Igreja faz parte do anúncio do Reino de Deus, no que diz respeito ao homem, às suas situações sociais, seus problemas (em torno da justiça, da liberdade, do desenvolvimento social, da relação mútua). É um instrumento de evangelização que deve estar em comunhão com a cultura do povo. Assim, a Doutrina Social da Igreja serve de meio de comunicação mais adequado pelo qual a Igreja mostra as suas opiniões / caminhos em torno do bem-estar da humanidade, e do seu desenvolvimento. Nessa linha, o Papa Bento XVI diz o seguinte: «[...] a Igreja inteira, em todo o seu ser e agir, quando anuncia, celebra e atua na caridade, tende a promover o Desenvolvimento Integral do homem» (CV 11).

Pode-se cair na tentação de afirmar que a encíclica *Rerum Novarum* de Papa Leão XIII publicada em maio de 1891 é o primeiro documento que fala sobre a Doutrina Social da Igreja, mas não, porque antes já havia documentos em torno da Doutrina Social da Igreja, como é o caso: «*Diuturnum Illud* (1881), *Immortale Dei* (1885), *Libertas Proestantissimum* (1888) e *Sapientiae Christianae* (1890)». <sup>169</sup>

A Igreja está presente em diversos contextos, onde depara com problemas reais, e não pode negar ou ignorar essa realidade. É nessa linha que o papa Pio XI diz que é preciso ser solidário e colaborar na promoção da paz e justiça social em situações que surgem no dia a dia (Cf. QA 80-81). Outrossim, Manuel Vieira Pinto afirma:

Os bispos devem falar da justiça e da paz. Devem falar do homem como «imagem e semelhança de Deus» (Gen. 1,27) como «único sujeito, centro e fim de todas as instituições políticas, sociais ou económicas», como «autor protagonista de um genuíno e integral desenvolvimento político, social, económico ou cultural. Compete-me, portanto, como Pastor, também homem, estar atento às situações que possam destruir ou oprimir a pessoa humana, atento às alegrias e tristezas de todo o povo, aos seus apelos e esperanças. Compete-me estar atento ao clamor dos que sofrem, e, bem assim, aos sinais dos tempos que vêm e que apontam já no sentido de uma sociedade mais digna, mais próspera, mais pacífica e mais feliz porque mais humana, mais justa, mais livre e solidária. <sup>170</sup>

Assim sendo, somos impelidos a sermos sinais do reino de Deus, no meio da sociedade, contribuindo para a edificação de uma vida social e económica digna e sadia, o que implica praticar a lei da caridade sem dispensar a justiça, que deve ir para além da justiça distributiva

---

<sup>169</sup> Cf. Leão XIII, «Fundamentos da doutrina social da Igreja: a doutrina social da Igreja em cinco encíclicas de Leão XIII», 1891, acedido a 4 de setembro de 2022, <http://www.vatican.va>.

<sup>170</sup> Pinto, «A paz, pelo respeito dos direitos fundamentais», 1985, acedido a 5 de setembro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

para ser justiça social, onde todos recebem o bem comum.<sup>171</sup> A Igreja pratica a caridade no meio dos pobres e para os pobres segundo o Evangelho. Assim, somente é possível alcançar a paz partindo da justiça social que existe no íntimo das nações e entre as nações, no íntimo do povo e entre o povo.

O tempo em que vivemos é um tempo cheio de desafios. Também podemos dizer isso do povo de Nampula – Moçambique, um povo que sofre e que é cada vez mais humilhado de diversas maneiras (violência, falta de liberdade, destruição psicológica), mas que sempre lutou pela sua liberdade. O povo encontra-se num tempo de injustiça e cheio de desigualdades. Outrossim, a injustiça social somente existe quando o privilegiado ultrapassa os limites do seu privilégio para usar os bens do outro, sem piedade alguma. O rico se apodera do pouco do pobre, deixando-o sem nada: «[...] um era rico, e o outro era pobre. O rico possuía ovelhas e bois em grande abundância; o pobre, porém, só tinha uma ovelha que havia comprado. Ora, veio um hóspede à casa do homem rico, que teve pena de tomar de suas ovelhas ou bois para servir à visita que lhe chegava. Roubou, porém, a ovelha do pobre, e preparou-a para o hóspede» (2Sm 12,1-4).

Devido à desigualdade social, o privilegiado oprime e explora os pobres miseráveis. Só será possível ultrapassar esses abusos se colocarmos em prática a justiça cristã. O testemunho dado por Cristo até ao derramamento do sangue torna-se cada vez mais o património comum dos católicos. Por isso, quando falamos do cristianismo, estamos perante uma religião de «santidade, capaz de responder às aspirações do povo, uma religião da conversão e de amor; amor entre indivíduos e raças. Essa relação estabelecerá uma justa e equilibrada relação».<sup>172</sup> Outrossim, essa relação evitará também algumas violências sociais, as que ferem a dignidade humana.

Perante situações de violências e injustiças, Manuel Vieira Pinto mostrou-se preocupado e comovido, pois todo o homem tem direito a uma sociedade digna e livre de toda forma de violência. Por isso, para ele, a violência não é somente morte pela arma, mas qualquer tipo de opressão contra o homem:

A violência da fome e da nudez; a violência das endemias e das mortes prematuras; a violência das arbitrariedades e dos abusos; a violência da ideologia e do sistema, quer social, quer político, quer económico; a violência do autoritarismo do partido dirigente e a violência das

---

<sup>171</sup> Cf. Paul Gauthier, *O concílio e a Igreja dos pobres* (Rio de Janeiro: Vozes limitada, 1967), 126.

<sup>172</sup> Cf. Lopes, *Missões Franciscanas em Moçambique 1898-1970*, 601.

medidas meramente policiais e administrativas; a violência das «aldeias comunais» e dos «campos de reeducação»; a violência do neocolonialismo e do imperialismo provocando novas formas de humilhação e de exploração, a violência de um «socialismo» opressivo e desumanizante; a violência de uma política e de uma cultura que desconhecem a inteira e inviolável dignidade da pessoa humana, os seus direitos, os seus deveres e as suas liberdades inalienáveis; a violência de leis iníquas e de atuações nitidamente repressivas; a violência da guerra civil e fratricida.<sup>173</sup>

De qualquer forma, o cristão deverá trabalhar sempre para manter a ordem social. O povo macua está sem dúvida a passar por uma humilhação e uma opressão que levam á destruição. A pobreza social provocada por alguns, semeia tristeza no povo. É notório que a maioria da população moçambicana, de modo particular o povo de Nampula, tentam viver e sobreviver com o mínimo indispensável. Isso porque alguns nem o básico têm para seu sustento, sem querer falar do sistema de saúde que é demasiado precário. Isso faz com que as famílias vejam os seus parentes a morrer cada dia, ou por não terem meios para tratamento médico, ou então por falta de assistência devido à distância do Centro de Saúde.

A violação dos direitos humanos, o abuso e a injustiça crescem cada vez mais. Crescem também as novas formas de abuso do poder, de arrogância e de desprezo do povo indefeso. Por isso, o povo (o pobre) torna-se dependente de alguns (dos mais fortes). Essa agressão torna-o mais frágil, pois vê os seus direitos a serem violados, a sua liberdade posta em causa, assim como a sua cultura a ser dizimada. Nessa linha, Manuel Vieira Pinto afirma: «mas não basta enumerar só sofrimentos que esmagam e destroem o nosso povo. Urge na verdade, indagar das razões que provocam, alimentam e agravam tais sofrimentos ou humilhações. Urge encontrar novos caminhos que levam à ultrapassagem desta tristeza».<sup>174</sup> Para tal, é necessária coragem e força para mudar o sistema ideológico opressor, dando início a uma nova era na história do povo macua, estabelecendo uma sociedade livre. Teremos de continuar empenhados na luta pela libertação do povo moçambicano, pois, enquanto existir um homem oprimido em Moçambique, o País não estará completamente independente.

Nessa linha, a Igreja assume uma posição libertadora na medida em que sugere medidas/formas para uma boa convivência, pondo em destaque a defesa dos direitos humanos. Sob o ponto de vista ético, essa boa convivência política na sociedade implica a responsabilidade individual frente às dificuldades e soluções em torno dos problemas sociais.

---

<sup>173</sup> Cf. Pinto, «A paz, pelo respeito dos direitos fundamentais», 1985, acedido a 12 de setembro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>174</sup> Cf. Pinto, «A paz, pelo respeito dos direitos fundamentais», 1985, acedido a 12 de setembro de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

Assim sendo, a solidariedade passa pelo reconhecimento do outro como pessoa, criada à imagem de Deus, procurando o bem comum (todos iguais e que merecem respeito mútuo), tornando possível passar da desconfiança à confiança mútua. Mas a solução ou os meios para solucionar estes problemas que podemos encontrar no seio da sociedade, seguramente acarretam sacrifícios. Outrossim, também as Igrejas locais devem contribuir ou mesmo colaborar no diálogo, para melhor solucionar os problemas do povo.<sup>175</sup> Assim sendo, a Igreja torna-se sacramento e instrumento de união do ser humano com Deus e com o seu semelhante; torna-se instrumento da paz. Por isso, a paz é fruto da solidariedade e do amor recíproco.

### **3.2. A Igreja de Nampula ao serviço do desenvolvimento**

A *Gaudium et Spes* afirma que a Igreja, para exercer fielmente a sua missão, «tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de modo adaptado a cada geração» (GS 4). Esse novo olhar fez com que a Igreja optasse por uma atitude de diálogo e de colaboração, de modo a conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática (cf. GS 4). Este diálogo, que é guiado pelo amor à verdade, deve ser feito com prudência sem excluir ninguém (cf. GS 92).

Porque é que a Igreja se interessa pelo desenvolvimento social? Qual seria a vocação primordial do homem num País como Moçambique? Que tipo de desenvolvimento almeja a Igreja de Nampula? E por fim como participa a Igreja no desenvolvimento social? São pelo menos algumas interrogações que podem contribuir para uma maior clarificação do argumento deste ponto.

A solicitude da Igreja por todos os aspetos da existência humana é uma constante que acompanha a sua missão ao longo dos séculos. Com a vinda do Espírito Santo, continuando a missão do Senhor recebida no evangelho de Marcos 16,15-16, com o verbo no imperativo «IDE», a Igreja assumiu o grande trabalho de evangelizar, isto é, de anunciar dias melhores para a humanidade. Esta proclamação consiste em afirmar que Jesus Cristo é o homem Novo no qual e com o qual todos os homens devem renascer e se renovar. Nessa ordem, a Conferência Episcopal Portuguesa afirma:

---

<sup>175</sup> Cf. Jorge Mejía, *Temas de Doutrina Social da Igreja* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1996), 33.

A participação ativa na vida e missão da Igreja depende em grande parte, da formação cristã de base que consolida a identidade cristã e eclesial. A Igreja, chamada a iluminar e transformar o mundo com luz do Evangelho, tem de ser uma Igreja de Cristãos adultos, idóneos para darem as razões da sua esperança perante o mundo. É a formação cristã de base que prepara cristãos responsáveis, capazes de abrir caminhos e exercer novos ministérios numa Igreja toda ela evangelizadora.<sup>176</sup>

Sendo assim, a sua principal missão será o anúncio de Cristo, que leva necessariamente a uma ação em prol da justiça e da promoção do homem. A nível de relação, a evangelização não se pode separar das ideias da promoção humana ou desenvolvimento como sinais visíveis e profundos a nível antropológico, teológico e de valores morais. Já o Papa Paulo VI faz esta afirmação na sua exortação *Apostólica Evangelii Nuntiandi*, «a implicação da Igreja na vida social do seu povo são ilações concretas do próprio mandato de Cristo» (EN 31).

#### **a) Que tipo de desenvolvimento almeja a Igreja de Nampula?**

Logo após a Independência pensava-se que tudo seria fácil e se esperava que de Maputo viesse tudo. Infelizmente não foi o caso. O homem é um corpo que necessita de viver e de se alimentar, e também tem a mente capaz de pensar, de aprender e de emitir juízos sobre si e sobre os outros. Portanto, o desenvolvimento é algo inato ao homem, e inseparável dele. Não se pode limitar a ideia do desenvolvimento só a um aspeto, neste caso, o aspeto económico. O Papa Paulo VI, na sua Encíclica sobre o desenvolvimento humano disse o seguinte: «o desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento económico. Para ser autêntico, ele deve ser integral, isto é, promover todo o homem e o homem todo» (PP 14). Se queremos atingir esse desenvolvimento integral – o homem na sua totalidade - do nosso corpo, do nosso espírito e do nosso coração, é preciso que procuremos juntos assegurar à pessoa humana uma vida decente, uma vida digna, condições básicas para viver e não só sobreviver. É deste tipo de desenvolvimento, no caso concreto de Moçambique, que a Igreja de Nampula tem uma missão e responsabilidade de participar e contribuir. Daí não limitarmos a nossa intervenção só a estruturas, como por exemplo, construções de escolas, jardins, hospitais, centros de recuperação nutricional, orfanato, etc., mas sim trabalhar na formação do coração do homem. Alguém<sup>177</sup> confidenciou uma vez que D. Manuel Vieira Pinto se sentiu chocado com a guerra

---

<sup>176</sup> Conferência Episcopal Portuguesa, *A formação cristã de base dos adultos*, 27.

<sup>177</sup> Edgar Costa Marques, é um Irmão que se entregou ao serviço de Deus por toda a vida. Nascido a 11 de janeiro de 1933, em Ovar – Portugal. Missionário da Sociedade Missionária da Boa Nova e que trabalha em

de 1977 – a Guerra Civil, também conhecida como Guerra dos Dezasseis Anos em Moçambique -, porque segundo ele a Igreja de Moçambique investiu muito em construções de estruturas, mas falhou na «construção» do coração do homem. Hoje e mais do que nunca, é nossa responsabilidade refletirmos bem, se estamos num bom caminho ou não. Nessa ordem de ideias, Manuel Vieira Pinto diz:

A Igreja silenciada pelos privilégios, que constituíam uma forma de opressão, silenciada pelo medo da catástrofe, não falou quando devia falar, nem como devia falar. É certo que nos últimos anos algumas vozes da Igreja se levantaram contra a injustiça do sistema colonial, contra as atrocidades da guerra, contra a repressão do direito fundamental do povo moçambicano: a Independência. Estas vozes, porém, não podem ser consideradas como tomadas de posição da Igreja enquanto Igreja. Foram vozes isoladas e nem sempre compreendidas pela própria Igreja. A Igreja não denunciou o sistema colonial, não denunciou a guerra colonial, não denunciou, como era necessário, as atrocidades cometidas ao longo dos dez anos de violência armada. Mais ainda, a Igreja aceitou a presença de capelães católicos no seio do exército colonial.<sup>178</sup>

Desta constatação deduz-se o seguinte: como participa a Igreja de Nampula no desenvolvimento do povo?

Em Moçambique, a Igreja de Jesus Cristo é representada por cerca de 56% dos 27 909 798 habitantes (segundo o censo de 2017).<sup>179</sup> No entanto, apesar destes dados, ela não deixa de constituir uma força espiritual e que tem como missão primordial difundir a mensagem de Cristo entre os homens. No seu encontro com os discípulos de João Baptista no evangelho de São Mateus, Jesus disse: «Ide contar a João o que ouvís e vedes: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados» (Mt. 11,4-5). Esta é a missão que a Igreja de Nampula recebeu de Cristo e deve continuá-la no tempo e no espaço, a tempo e a contratempo. Daí podíamos ressaltar dois aspetos fundamentais:

1º Somos convidados a estar ao lado do sofrimento dos homens, das mulheres, das crianças, enfim, de todo o género humano.

---

Moçambique desde o ano de 1969. O Irmão Edgar, como é conhecido trabalhou com D. Manuel Vieira Pinto no paço episcopal desde o ano de 1986 até o ano da saída do Bispo naquela Diocese. Como motorista do Bispo, responsável da tipografia e ecónomo da Diocese naquela altura, entregou-se ao serviço dos irmãos sem reserva.

<sup>178</sup> Pinto, «Passado – Igreja – Futuro», 1975, acedido a 22 de junho de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>

<sup>179</sup> Portal do Governo, «*Informação geral*», 2015, acedido a 14 de setembro de 2022, <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>.

Desde os inícios da criação da Diocese de Nampula, a Igreja esteve sempre ao lado dos pobres, do sofrimento e da miséria dos homens para ajuda-los a aliviar as suas dores. Tem mobilizado todo o tipo de apoio para lutar contra a ignorância e a doença. Numa palavra, a Igreja de Nampula praticou aquilo que nós chamaríamos de «política de assistência», que não se deve confundir com o assistencialismo. Era urgente e ainda hoje é urgente ir ao encontro do povo, sobretudo dos mais carenciados (os pobres espirituais e materiais). A pobreza é um fenómeno pluriforme, principalmente nas sociedades modernas, porque existem várias formas de pobreza, não somente pobreza económica, mas também cultural e religiosa, que é multiplicada por um vazio espiritual (Cf. CA 57). Assim, é fácil de perceber que a credibilidade da mensagem social da Igreja será demonstrada por ações concretas que manifestam a sua seriedade e coerência. Essa atitude deve ser pautada pelo diálogo, pois o diálogo continua sendo um dos princípios para a missão eclesial.

2º Somos interpelados a proclamar a Boa Nova, isto é, a anunciar o advento do Reino da libertação dos homens.

A missão da Igreja não se limita só em socorrer os necessitados, mas também em anunciar a Boa Nova aos pobres. Quem são os pobres da nossa sociedade? Acreditamos que os pobres são todos os que, pela situação em que vivem, são limitados nos seus direitos fundamentais, e que anseiam por viver de outra forma. Pobres são os explorados pela injustiça do seu País, são privados dos bens essenciais e vivem à margem da sociedade. No entanto, na compreensão evangélica, os mais pobres são os que vivem como escravos do próprio egoísmo e dos bens deste mundo.

Se tudo isto for verdade, creio que a contribuição da Igreja de Nampula – Moçambique será uma atitude de serviço, porque a Igreja por sua natureza é serva. Temos como missão ajudar o homem a desenvolver-se a si mesmo. Assim, a Doutrina Social é o ensino do Evangelho que se aplica à vida do homem (à sua conduta), cada vez mais complicada pelas interdependências modernas: sociais, económicas, políticas, culturais, naturais.

### **3.3. O contributo de D. Manuel Vieira Pinto para a vida e a paz**

A nomeação de D. Manuel Vieira Pinto como Bispo da Diocese de Nampula foi uma graça para o povo e um desafio para o recém consagrado, pois o País moçambicano

encontrava-se numa situação em que a Igreja não tinha voz. Faltava-lhe a coragem e, quando alguém tentava falar, era abafado. Foi este o clima que o Bispo Manuel Vieira Pinto encontrou em Moçambique. Assim percebeu que a Igreja em Moçambique necessitava de se colocar na linha do Concílio, tornando-se um sinal mais visível de salvação e de libertação em Jesus Cristo. Impunha-se uma viragem, ou seja, uma mudança a todos os níveis. Assim sendo, Manuel Vieira Pinto afirma:

De facto, haveria que mudar, não só a nível da Diocese, mas da própria Igreja local, o modo de pensar, de agir, o modo de estar e de evangelizar. Haveria de suscitar e promover a libertação progressiva da Igreja em Moçambique, oprimida sem dúvida por diversos interesses do Poder colonial e da sociedade dominante e comprometida de algum modo com a injustiça do regime e com a guerra de agressão colonial. Por outro lado, haveria que provocar o aparecimento duma Igreja que fosse mais sinal do amor de Deus por todo o homem, e mais concretamente por aquele homem e por aquele povo oprimido pela administração colonial. Que fosse mais sinal de defesa e promoção da dignidade da pessoa humana, instrumento de unidade e fraternidade entre aqueles homens e aqueles grupos tão divididos pela cor, pela cultura, pela guerra e pela discriminação colonial.<sup>180</sup>

Acreditamos que é, dentro deste quadro, que D. Manuel Vieira Pinto foi escolhido para dar continuidade à obra de Jesus proclamada no final do capítulo 16 de São Marcos. Ele foi um excelente missionário da Igreja e do Reino de Deus, anunciando um Reinado em que Deus salva o seu povo da escravidão, da exploração e da miséria.

Manuel Vieira Pinto foi um verdadeiro revolucionário no verdadeiro sentido da palavra. São Paulo nos recorda na sua carta aos Efésios: «Mas Deus, que é rico em misericórdia, pelo grande amor com que nos amou, deu-nos a vida juntamente com Cristo [...]» (Ef. 2,4-5). Deus veio ao encontro do povo moçambicano, e D. Manuel como grande profeta, testemunhou essa misericórdia de Cristo na história de Moçambique. Por isso, o seu legado continua a ser conjugado positivamente entre a fé e a vida quotidiana nas comunidades cristãs moçambicanas.

Com o partido no governo (FRELIMO) fortemente marcado pelo ateísmo militante, no Natal de 1978, o Bispo Manuel Vieira Pinto escreveu a sua carta pastoral intitulada «Cristianismo e religião – Fé e revolução».<sup>181</sup> Trata-se de uma proposta e de um desafio que leva a um diálogo sereno com os ideólogos marxistas do partido. A religião não deve ser ópio do povo, nem origem de revolta revolucionária, mas deve ser inspiração transformadora da sociedade. Manuel Vieira Pinto era conhecedor e defensor das aspirações do povo, onde exerceu com todo ardor o seu múnus sacerdotal, em favor dos fracos, dos sem voz. É nessa

---

<sup>180</sup> Manuel Vieira Pinto (*Arcebispo de Nampula*), *Cristianismo: Política e Mística*, 76.

<sup>181</sup> Cf. <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

ordem de ideias que D. Manuel Vieira Pinto nos ajuda a perceber o sentido de: «em favor dos fracos». Por isso diz numa conversa com o presidente Samora:

O nosso povo, de quem o Presidente é responsável e a quem jurou servir até ao fim, pede-me que lhe faça a pergunta que lhe fiz e que proponha como caminho para a paz em Moçambique - talvez único - o diálogo com a Resistência Nacional. Este é o pedido do povo: «Que o Presidente faça um acordo com os homens da Resistência como fez com os homens da África do Sul». Este é também o meu pedido. Sei que este caminho é duro e difícil.<sup>182</sup>

Aqui, o nosso Bispo se mostrou pastor corajoso, seguro de que as mudanças pelas quais a Igreja Católica passava, às mãos da FRELIMO, deviam-se à intervenção da força Divina para a fazer renascer no coração do povo. Nele nunca houve uma atitude de anticomunismo ou uma tentação de resistência à proposta de reconstrução nacional. Manuel Vieira Pinto foi, de modo pacífico, catequista dos políticos. A título de exemplo refiro a resposta ao Presidente Samora Machel - frase que ficaria muito célebre: «Deus não precisa que o defendam. O homem sim».<sup>183</sup> Foi um verdadeiro discípulo de Cristo, um incontornável defensor da dignidade humana: principalmente dos mais carenciados, os abandonados nas margens do mundo, os perseguidos pela sua entrega ao serviço das causas da verdade, da paz e da justiça, por aqueles que eram sacrificados e massacrados nas guerras (guerra civil de 16 anos). Como Bispo e como homem de Igreja, era constantemente animado por uma causa maior: a defesa da dignidade humana.

Isto significa que ele passaria a ser a voz de todos aqueles que não tinham voz, sobre tudo os humilhados, os oprimidos, os rejeitados e maltratados. Devia ser também a voz daqueles que sofriam por causa da guerra e dos que viam na paz um direito sagrado tal como outros direitos de toda e qualquer pessoa humana, independentemente da cor, da raça ou etnia a que pertencia.<sup>184</sup>

Pelos seus escritos e testemunho, podemos perceber que era um pastor que estava sempre próximo de toda a gente. E segundo o Papa Francisco esse é o pastor que «sente o cheiro das ovelhas».<sup>185</sup> O Bispo foi sempre surpreendente nas suas palavras e nos seus gestos: homem sério e ousado, tanto na pastoral, como nos acontecimentos políticos, como lemos nas suas homilias. Como é o caso de «Repensar a Guerra e Tentações da Hora Presente»,<sup>186</sup> onde

---

<sup>182</sup> Manuel Vieira Pinto, «Encontro com o presidente Samora Machel», 1984, acedido a 9 de março de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>183</sup> Manuel Vieira Pinto, *Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística*, 24.

<sup>184</sup> Filpo (Coord.), *Testemunhas de uma Memória Viva: história da Evangelização da Província de Cabo Delgado*, 358.

<sup>185</sup> Cf. Vatican News, «Santa Missa Crismal: homilia do Papa Francisco», 2015, acedido a 10 março de 2022, [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco\\_20150402\\_omelia-crisma.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150402_omelia-crisma.html).

<sup>186</sup> Cf. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

interpela o governo e a sociedade colonial, que o levou à expulsão; e «A Coragem da Paz»,<sup>187</sup> onde desafia, em nome do povo, o Presidente Samora a optar pelo diálogo com a RENAMO. Na sua visão, o diálogo era a base para a edificação da paz naquele País e não só, em qualquer circunstância de conflitos; o diálogo é o alicerce.

Como rosto de Igreja, estamos perante um Bispo não-clerical; pastor de uma Igreja de todos, que crescia livre do vício clerical, pela participação de todos os filhos de Deus, todos aqueles que são lavados pela água de batismo. Pastor da «Igreja das Palhotas»; de uma Igreja família, das pequenas e humildes comunidades, e não das grandes construções por admiráveis que elas fossem. Do mesmo modo, foi também pelo seu desafio e garra que fez dos animadores paroquiais, homens e mulheres simples e de pé assente no chão, promotores do renascimento da Igreja Católica em Moçambique, e principalmente, na Diocese de Nampula, num momento de grandes desafios e riscos. Leigos que se entregaram pela missão e para a missão, para o engrandecimento da Diocese:

Na realidade, a Diocese que D. Manuel Vieira Pinto encontrou era muito numerosa. As comunidades respondiam com entusiasmo e eram evangelizadoras. Multiplicavam-se e atraíam novos adeptos. Apesar de os cristãos conscientes terem pouca voz na Igreja e de serem conduzidos do alto, muitos destes professores-catequistas trabalhavam com zelo nesta nova Igreja que estava a nascer das suas mãos.<sup>188</sup>

Hoje em Moçambique, nos-é exigido um sentido de pertença e de missão. A guerra no centro do País, o terrorismo criminoso na Província de Cabo Delgado, Norte do País e uma parcela da Província do Niassa desafiam-nos como cidadãos e como cristãos. Por isso, D. Manuel Vieira Pinto é como um modelo indiscutível da história da Igreja e da história social de Moçambique, antes e depois da Independência.

Durante o período da revolução moçambicana, Manuel Vieira Pinto continuou a demonstrar o mesmo espírito de profeta e pastor livre e vigilante, particularmente realista, ousado e dialogante (até mesmo com as autoridades civis). Também contestou sobre os campos de reeducação, que fez questão de visitar. Não teve medo e nem receou entrar no campo político, possivelmente até com uma certa ingenuidade. Daí apontou comportamentos cívicos e políticos, não somente para os seus diocesanos, mas para toda a sociedade moçambicana que estava sempre à espera da surpreendente e sempre oportuna, crítica e esclarecedora palavra do Bispo de Nampula. Do mesmo modo, incentivou os seus fiéis a assumirem a Fé como fonte de

---

<sup>187</sup> Cf. <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>188</sup> Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 198.

maior força de transformação: do homem velho para um homem novo, da revolução. Este tempo de transformação é um tempo de graça, uma graça de Deus, por isso diz que o verdadeiro homem Novo é Jesus Cristo. Insiste também que não se caia na tentação do anticomunismo.<sup>189</sup>

Em resposta à crítica marxista da religião, respondeu, em jeito de diálogo, com maravilhoso e aturado estudo intelectual. A resposta foi dada, parafraseando São Tiago, com obras, com leis e compromissos na reconstrução nacional:

De que aproveitará irmãos, a alguém dizer que tem fé se não tiver obras? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: Ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: Se ela não tiver obras, é morta em si mesma. Mas, dirá alguém: Tu tens a fé e eu tenho as obras; mostra-me a tua fé sem obras e eu te mostrarei a fé pelas minhas obras (Tg 2,14-18).

Isso foi concretizado pela sua entrega generosa e leal, principalmente nas escolas e nos serviços de saúde. A Igreja do coração de D. Manuel Vieira Pinto nunca seria aprisionável em sacristias, mas uma Igreja em saída, alimentada no coração do Bom Pastor. Uma Igreja relevante, interveniente, sadia e destemida no seu testemunho, sendo sal da terra e luz do mundo na história da humanidade, por mais complicada que ela se apresente. No exercício do seu múnus, também contestou sempre as ações do poder político e da oposição naquilo que considerava manifestação de injustiça e de ofensa à dignidade humana. Na Igreja de Portugal, sugeria uma Igreja mais profética, simples, pobre e rica em profecia e dinamismo evangélico. O D. Manuel também criou uma Congregação feminina na Diocese de Nampula, as Irmãs Diocesanas de Nampula.

Com estas afirmações, damos conta das características peculiares da sua vida. Soube traduzir melhor o sentido do ser humano e do ser cristão, num País em transição. Desde a sua ação como «profeta de Nampula», até ao dia da sua morte (pela idade e pela doença) Manuel Vieira Pinto, foi realmente um homem que lutou pela dignidade da pessoa humana, pela edificação de um mundo «segundo o coração de Deus». Manuel Vieira Pinto deixou um grande legado de valores humanos para o povo de Moçambique e o seu testemunho de vida dignificava quão nobre ele era. Homem que oferecia tudo ao povo e que tinha um amor ao povo oprimido; homem de muita coragem e de fé. Olhando para a sua postura, arrisco-me a

---

<sup>189</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «Desafios do tempo novo», 1976, acedido a 27 de agosto de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

afirmar que era digno de ser chamado pai do povo macua ou ainda avô,<sup>190</sup> pois era grande interiormente e se preocupava com o povo. Outrossim, Manuel Vieira era um grande lutador da liberdade daquele povo sofredor e um pastor protetor. Foi o arcebispo do povo, porque desde os primeiros tempos de luta de libertação nacional sempre esteve ao lado do povo sofredor; lutou para que todos vivessem em paz, melhorassem a sua condição de vida; foi também um homem de paz e de amor. De paz porque pelo seu testemunho é fácil perceber que tipo de pastor era e também porque temos uma obra de referência: «*A Coragem pela Paz*». É uma obra que até aos dias de hoje inspira, alimenta e dá um caminho para que continuemos a seguir os desafios atuais, principalmente da Província de Nampula, e porque não, de toda a humanidade. Vieira Pinto tornou-se notável pelo seu papel na expansão da Igreja Católica em Nampula, bem como na introdução de reformas que tornaram a Igreja cada vez mais assumida pelos nativos, incluindo a construção de centros e missões para formação de catequistas, anciãos e outras figuras importantes para a vida da Igreja local, em plena guerra civil e da luta de libertação nacional. Nessa linha, José Luzia afirma:

O Bispo falou-nos de uma programação necessária para entrarmos no ritmo da Igreja universal. A Conferência Episcopal de Moçambique tinha decretado a fundação de três Centros Catequéticos: um para o Norte, outro para o Centro e outro para o Sul. Na Beira, centro do País, já o tinham começado construindo 40 casas para os catequistas, e tinham formado uma equipa de direção, anexada à equipa pastoral que, desde muito tempo, D. Sebastião tinha instituído. [...]. De mãos dadas, avançamos na consciência diocesana e na preparação de um Centro que pudesse ajudar a construção da nova Igreja.<sup>191</sup>

Mais clara não podia ser a intenção do Bispo. Manuel Vieira Pinto tornara-se, de verdade, um profeta, cuja preocupação era o despertar da consciência do povo moçambicano e isso tornou-se um incómodo porque o seu projeto ia para além dos interesses políticos. O Bispo Manuel Vieira Pinto – voz dos sem voz – não recuava nos seus objetivos; na sua responsabilidade pastoral e convicção de sua fé em Jesus Cristo. Com a serena e lúcida orientação do seu pastor, é fácil de perceber que os missionários não se sentiam inseguros ou receosos, nas incertas e desconhecidas encruzilhadas da revolução. Assim sendo, com o seu espírito profético manteve-se forte no Moçambique revolucionário. Como podemos notar pelos seus documentos pastorais, ele foi o defensor da ética social e política no coração da revolução

---

<sup>190</sup> Para a povo «macua», a palavra tem um significado muito importante. Para este povo, avô é aquela pessoa mais velha da família e que assume toda a responsabilidade. Deve ser uma pessoa exemplar; aquele que deve dar um bom conselho; anciã da família. Aquele que se preocupa com a (o) neta (o). Por isso, é atribuído a Manuel Vieira Pinto por tudo o que era para o povo macua (a sua preocupação para com todos).

<sup>191</sup> Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 199-200.

moçambicana. Nessa ordem de ideias, propôs Jesus Cristo como horizonte de vida, modelo e luz para cada momento da vida concreta do País. Jesus de Nazaré é o verdadeiro homem novo.

Manuel Vieira Pinto, como missionário de Deus e da Igreja, mostrou sempre um coração sensível e fraterno, em ordem a um verdadeiro serviço cristão. No meio de muitas críticas, o Bispo ergueu a voz de pastor e de profeta contra a violação dos direitos humanos, injustiças do sistema colonial, estando assim em favor do homem moçambicano oprimido, ou seja, defendeu a dignidade humana. Isso implicava pôr um fim a uma série de ambiguidades nas relações entre a Igreja e o Estado e ainda nas próprias estruturas da Igreja local.

Na visão de Manuel Vieira Pinto, a evangelização é anúncio da novidade que liberta e salva, e forma comunidades adultas na fé em Jesus Cristo. A sua posição em favor da pessoa humana, a contestação do poder colonial e da opressão valeram-lhe a expulsão. O seu entusiasmo pela liberdade do povo o fez correr um risco terrível ao projetar a viragem, num contexto de implantar o ideal do homem novo. Mas mesmo assim, em janeiro de 1976, o Bispo falou com o Presidente Samora, denunciando a violência contra o povo moçambicano, a propósito dos ataques que se faziam contra a chamada «alienação religiosa» e contra «outras alienações» de que acusavam o povo moçambicano: alienação política e cultural e também em torno dos campos de reeducação.<sup>192</sup>

Enfrentou e denunciou os crimes ditatoriais do regime marxista e da Resistência Nacional com a mesma coragem com que enfrentara o poder colonial. Apesar dos perigos de guerras, a mesma coragem o levou a visitar periodicamente as comunidades cristãs que se encontravam na Diocese naquela altura, com o intuito de levar a Palavra da esperança e partilhar o Pão eucarístico, o Amor do Pai. Entre os limites, fraquezas e defeitos que terá tido, seguramente não se encontrarão o medo ou mesmo a cobardia. A esta grande figura podemos dizer as seguintes palavras, palavras que usou para caracterizar D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto:

Não foi um político à frente de uma Igreja, mas um Pastor evangelizando e santificando o povo de Deus que lhe estava confiado, assumindo como dever irrecusável a defesa e o crescimento deste povo de Deus – um povo de homens concretos, reais, históricos, homens e mulheres

---

<sup>192</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «Carta ao presidente Samora Machel», 1976, acessado a 29 de agosto de 2022, <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

chamados a viver, combatendo pelo nome de Deus e pelo nome do homem, pela glória de Deus e pela glória do homem.<sup>193</sup>

D. Manuel Vieira Pinto, foi um pastor e pai de todos os homens, fosse ele quem fosse, independentemente da sua raça, cor ou religião. A sua luta não foi contra as pessoas, mas contra as injustiças e humilhações. Na mesma linha, podemos dizer também que, na guerra colonial, não lutou contra os portugueses, mas contra um sistema estruturalmente injusto. A sua opção não foi por um regime, por uma ideologia ou sistema político, mas pelo povo e pelo homem, principalmente aquele homem humilhado e esquecido, para que nunca seja objeto, mas pessoa e sujeito que merece respeito. Com essa sua posição, foi acusado de revolucionário e ameaçado de morte, mas nem assim baixou a cabeça, porém continuou a lutar pela liberdade do povo, principalmente o povo macua. Por isso, afirmou: «Meus filhos, tanto me bati pela vossa liberdade, e não sois livres! Eu fui avisado de que há quem não goste das minhas homilias. Mas eu expus a minha vida por vós. A minha vida não é minha, mas vossa. Entreguei completamente a minha vida pelo homem em Moçambique. Se disparardes contra mim, hei-de gritar mais alto, depois de morto».<sup>194</sup>

Homem dedicado, comprometido com o amor, disposto a dar e receber, numa entrega total. Homem próximo, aberto e acolhedor. Com caminhos ao jeito de Jesus e Sua Mãe, Maria. Também podemos afirmar que foi um homem que se entregou com responsabilidade e sem reservas, sempre a dinamizar e criar comunidade. Sendo Bispo num período sócio-geopolítico ímpar com grandes desafios quanto à evangelização e à vida cristã, D. Manuel mostrou-se sempre atento e interventivo pela sua presença e pela sua palavra. A sua originalidade foi a constituição de equipas de diferentes origens e carismas. De um extremo ao outro da Diocese levava, na estimulante presença física e de afeto, o compromisso de evangelização inculturante.

D. Manuel Vieira Pinto é considerado o defensor dos macuas, uma vez que foi o responsável pela luta da sua libertação. A Igreja de Moçambique, principalmente a de Nampula, deve muito a ele o seu crescimento. Graças aos seus incansáveis trabalhos missionários e à sua profunda reflexão teológica, ele foi o pioneiro na sua expansão inicial juntamente com os animadores leigos que suportaram todo o peso da evangelização. Tinha também um compromisso apaixonado e intenso com Cristo e, por isso, considerava tudo desnecessário, como afirma o apóstolo São Paulo aos Filipenses: «na verdade, em tudo isso só

---

<sup>193</sup> Anselmo Borges, «D. Manuel Vieira Pinto: ética e mística», 2020, acedido a 1 de setembro de 22, <https://e-cultura.blogs.sapo.pt/d-manuel-vieira-pinto-etica-e-mistica-880651>.

<sup>194</sup> Cf. Borges, «D. Manuel Vieira Pinto: ética e mística», 2020.

vejo dano, comparado com o supremo conhecimento de Jesus Cristo, meu Senhor. Por Ele tudo desprezei e tenho em conta de esterco, a fim de ganhar Cristo» (Fil 3,8). Esse testemunho, permitiu que D. Manuel se esquecesse de si e vivesse para os outros, principalmente para os pobres, os marginalizados e os doentes. Por isso, muitas pessoas o veem como um verdadeiro exemplo de seguimento de Cristo, um verdadeiro ícone de uma Igreja ao serviço, um modelo do verdadeiro pastor, Cristo.

Para Manuel Vieira Pinto, a guerra, a violência, os abusos, os excessos, as atrocidades e os crimes são fatores que roubavam a paz dos moçambicanos. Apesar dos muitos episódios cruéis de conflitos, da repressão dos direitos humanos e da sua liberdade, e ainda mesmo com a violência que caracteriza a história de cada dia, a paz continua e impõe-se a todos os homens como um dever e um direito. Podemos nos arriscar a afirmar que essa mesma paz é o ideal do homem, necessária, possível e obrigatória. Parafraseando D. Manuel, a paz deve penetrar no ser do ser humano como um imperativo categórico que deriva das instâncias da sua vida. «A paz que desejamos – a paz na justiça, na liberdade – não será possível sem a coragem de uma mudança que signifique, efetivamente, o fim de uma ideologia ou de um sistema menos humano, de um sistema materialista e totalitário, e que signifique o início do estabelecimento de uma indiscutível legitimidade democrática e de uma sociedade em liberdade».<sup>195</sup>

A paz desejada por D. Manuel é aquela que todos chamavam, «paz total dos moçambicanos» que nunca se concretizou. Mas a luta pela liberdade do povo foi um desafio e um objetivo a alcançar. Paz individual que deve ser firmada na comunidade e na consciência do povo; manifesta nas ações de cada dia. A paz social deve ser mantida e produzida dia-após-dia com a verdade, justiça, amor e liberdade de coração, a partir da consciência pessoal. Não existe paz sem o homem, por isso, ele é o coração da mesma.

### **3.4. Manuel Vieira Pinto, o visionário de Deus e a sua participação na democracia**

Falar da participação da Igreja moçambicana na promoção da democracia, sem falar de Manuel Viera Pinto, é fazer uma história deficiente da Igreja em Moçambique. Isso porque

---

<sup>195</sup> *Manuel Vieira Pinto (Arcebispo de Nampula), Cristianismo: Política e Mística*, 169.

Manuel Vieira Pinto deu base à história da Igreja em Moçambique, com seus feitos e intervenções.

O espírito missionário de Manuel Vieira Pinto emerge em todos os seus escritos, pois com estes procura mostrar o seu desejo no seio da Igreja moçambicana, principalmente da Diocese de Nampula onde trabalhou pela primeira vez como Bispo. Para ele, a atividade missionária é a base da evangelização. A Igreja local deve empenhar-se na promoção e reconstrução do reino de Deus, sem discriminação, mesmo sendo os seus membros diferentes, dependendo das suas circunstâncias. Assim diz:

A atividade missionária, assim definida, é uma e a mesma em toda a parte, sejam quais forem os condicionalismos, embora quanto ao exercício possa ser diferente, conforme as circunstâncias. Mas estas diferenças de exercício não podem nascer da íntima natureza da missão, mas dos condicionalismos em que essa “missão” se deve realizar. É evidente que os condicionalismos tanto podem depender da própria Igreja em crescimento como dos povos, dos agrupamentos, dos indivíduos a quem a missão se dirige, e das instituições sócio-políticas dos territórios onde os missionários trabalham.<sup>196</sup>

O seu zelo na luta de libertação de uma Igreja clericalizada, para uma Igreja livre dos anseios políticos e com figura africana, onde todos os membros pudessem ter voz e liberdade de se manifestar sobre qualquer assunto, o levou a enfrentar um desafio com o Estado moçambicano. A Igreja de Nampula deve sentir-se livre e ser capaz de assumir a sua responsabilidade no meio das atrocidades, pois somente assim será a verdadeira imagem de Cristo. Havia a necessidade de libertar a Igreja das amarras do Estado político. Nessa linha, Manuel Vieira Pinto diz que era preciso sair de uma Igreja clerical para uma Igreja povo do Senhor, que assuma os seus compromissos, que seja adulta nos gestos e na voz; que tome consciência da sua dignidade, da sua vocação e muito mais da sua missão. Uma Igreja onde os seus membros têm voz; uma Igreja mais anunciadora.<sup>197</sup> Esse anseio torna-se um imperativo de consciência, na medida em que se sente responsável dessa mudança. A Província de Nampula, assim como o resto do País, sofre com a guerra civil de 1977. Esse flagelo vitimou muita gente inocente. Por outro lado, a guerra civil foi um despertar do espírito evangelizador do Bispo, obrigando-o a repensar a guerra com uma nova forma e nova mentalidade e convidando à coragem de promover a Paz. Assim, a cada instante, continuava na expectativa da Assinatura do

---

<sup>196</sup> Manuel Vieira Pinto, «A Caminho de Novas Estrutura Missio-pastorais», 1969, acedido a 1 de agosto de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>197</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «Estamos numa hora de Viragem», 1971, acedido a 1 de agosto de 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

«Acordo Geral de Paz». A respeito deste Acordo Geral de Paz, testemunha o Irmão Edgar Marques:

Numa das suas conversas, com o Sr. Presidente Samora, insistiu com ele para que se reunissem com a RENAMO, a fim de acabarem com a guerra fratricida. A reação do Sr. Presidente foi:

- Eu, falar com esses bandidos, esses ...?! [...]
- O Presidente é Presidente de quê e de quem?
- De Moçambique e do povo Moçambicano.

D. Manuel insistiu:

- Mas, por este andar, o Presidente não vai ter a quem governar; os moçambicanos continuam a morrer como formigas.

O Sr. Presidente, ao ouvir esta verdade de D. Manuel, começou a refletir e, mais calmo, disse:

- Sabe em que me vou meter? Poderei ser morto!
- O Presidente é capaz de pronunciar o Juramento que fez, na Tomada de Posse da Presidência de Moçambique Independente? [...] O Presidente não diz, no seu Juramento, que está disposto a dar a sua vida para defender o seu povo? Eu também estou disposto a dar a minha vida pela porção do povo que Deus me confiou – disse D. Manuel. [...]
- O que devo fazer? O que me aconselha?

Manuel Vieira Pinto disse-lhe o que devia fazer.<sup>198</sup>

Com essa intervenção do D. Manuel, iniciam-se as conversações para o Acordo de Paz, porém, com a morte do Presidente Samora, tudo parou. Com Joaquim Alberto Chissano no poder, Manuel Vieira Pinto retomou o seu ideário de querer libertar o povo do massacre da guerra. Com a sua insistência, vêem-se frutos benéficos, e assim, deu-se o Acordo Geral de Paz, entre o Governo Moçambicano e o Partido RENAMO, ajudado pela Igreja, na pessoa de D. Manuel que, naquela altura, foi a «*Alma Mater*» deste acontecimento. Manuel Vieira Pinto não virou as costas ao povo, mas lutou por um diálogo libertador. Na realidade foi um profeta verdadeiro e sério, não querendo destruir a revolução. Era uma época em que o povo necessitava de uma palavra de alento e de conforto.

Com isso, podemos afirmar que Vieira Pinto é um homem apaixonado pelo povo e para o povo, leal com os seus princípios e objetivos. Com a sua chegada à Diocese de Nampula, não deixa de incomodar as autoridades políticas. A sua luta pela conversão do povo tinha um ideal, uma formação de uma Igreja local capaz de assumir a sua responsabilidade.<sup>199</sup> Essa atitude, por vezes, incomodava até mesmo os membros da Igreja local, além das autoridades políticas. Ele tinha uma preocupação na promoção da autonomia e na tomada de consciência da realidade local como Igreja; uma Igreja com características do povo sofredor e sem consideração; uma Igreja defensora e não corrompida por alguns, como se vê até nos dias de hoje,

---

<sup>198</sup> Edgar Costa Marques, entrevista realizada no dia 16 de junho de 2022, 10:35m.

<sup>199</sup> Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 56.

Haveria que provocar o aparecimento duma Igreja que fosse mais sinal do amor de Deus por todo o homem, e mais concretamente por aqueles homens e por aquele povo oprimido pela administração colonial. Que fosse mais sinal de defesa e promoção da dignidade da pessoa humana, instrumento de unidade e fraternidade entre aqueles homens e aqueles grupos tão divididos pela cor, pela cultura, pela guerra e pela discriminação colonial.<sup>200</sup>

Foi com esse espírito de desprezo de si, que Manuel Vieira Pinto procurou responder às necessidades da Igreja de Nampula (necessidades do povo), mergulhada na política. Tantas e outras situações foram motivo de desafio no meio de uma Igreja em formação. Assim sendo, a Igreja de Nampula foi se libertando aos poucos das heranças políticas para dar lugar ao verdadeiro rosto da Igreja de Cristo.

Mesmo com o seu espírito missionário e paternal, divisões no seio da Igreja de Nampula (no grupo de missionários) não faltaram, pois nem todos estavam de acordo com a política de Manuel Vieira Pinto, com a sua forma de transformar a Igreja local.<sup>201</sup> Porém, alguns dos missionários da Diocese estavam em comunhão com o seu pastor, na tristeza e na alegria. Com a sua intervenção pacífica, Manuel Vieira Pinto contribuiu para a instauração da democracia em Moçambique. Com a sua capacidade especulativa e inteligência, se deu conta de que a Igreja de Nampula - Moçambique - somente contribuirá para o alcance da paz, tendo uma intervenção amiga. Por isso, Manuel Vieira Pinto prega uma paz com conteúdos positivos, ou seja, com uma visão positiva. Com isso, surge a necessidade de uma verdadeira configuração a Jesus Cristo, aquele que se apresenta como a «Verdade» (cf. Jo 17,17). Para uma verdadeira democracia, é preciso que haja justiça. Porém, a justiça aqui referida é indissociável do amor, que não é o exterior da pessoa, mas o coração, a essência da pessoa, aquilo que caracteriza o ser humano. Assim sendo, afirma D. Manuel Linda: «é que não pode depender simplesmente do exterior aquilo que pertence ao âmago da própria essência humana. E o amor é estado de virtude»,<sup>202</sup> um esforço pessoal do dia a dia; o amor é abertura e liberdade interior.

Nessa linha, o homem moçambicano deve encontrar-se, valorizar-se a si mesmo e aos outros, como imagem e semelhança de Deus. Continua ainda D. Manuel Linda: «o amor é algo de tão elevado, realidade tão nova e socialmente tão indispensável, que supõe forçosamente

---

<sup>200</sup> Pinto, «Usaremos e Igreja local», 1975, acedido a 26 de agosto de 2022, <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>201</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 58

<sup>202</sup> Manuel Linda, «D. António Ferreira Gomes: profeta da paz e da reconciliação», *Reconciliação caminho para a Paz*, n.º 4 (2000): 64.

aquela elevação do homem por Deus, a ponto de Deus o fazer participar da Sua própria vida e essência trinitária, pois “Deus é amor” (1Jo 4,8)». <sup>203</sup> Outrossim, Manuel Vieira Pinto diz:

A paz depende também de ti. Depende da maneira como cada um pensa e quer a guerra, pensa e quer a paz. É que a paz dos povos passa pelo coração de cada homem. Por isso, cada um, no lugar que lhe compete, é responsável pela paz. E, se não quer efetivamente a guerra, deverá comprometer-se ativamente com as exigências da paz. [...] A paz depende de todos, de uns e de outros. <sup>204</sup>

Aqui se mostra o desejo de Manuel Vieira Pinto, o da reconciliação. Durante os anos que esteve ao serviço da Igreja de Nampula, sempre foi um homem que pregou a paz e a reconciliação. Isso constitui o núcleo fundamental do pensamento de Manuel Vieira Pinto. Por isso, parafraseando Manuel Vieira Pinto, a única forma válida para alcançar a liberdade é a democracia que se exerce na liberdade (exercício no voto). Outrossim, a democracia concretiza-se na participação da sociedade: a defesa da vida humana, liberdade religiosa e de pensamento, o direito à alimentação – o que é mais complicado nesses últimos anos em Moçambique – saúde, educação e igualdade perante a lei. A defesa dessas dimensões, constituía a razão da sua vida e ainda o seu sofrimento como pastor e profeta da Igreja de Nampula em formação. <sup>205</sup>

### **3.5. D. Manuel Vieira Pinto e a missão da Igreja de Nampula no futuro**

Importa saber que Moçambique é um País em vias de desenvolvimento, em todos os sentidos, porém com uma política de distribuição desfavorável para os que não têm voz; até mesmo para os jovens que vêm o seu futuro em risco. Assim sendo, nesse ponto queremos fazer uma reflexão em torno do futuro da Igreja de Nampula – Moçambique, tendo em conta todas as intervenções que Ela fez nos grandes momentos decisivos da sua história.

Como será o futuro da Igreja no próximo milénio? Com nova dinâmica capaz de fascinar vários homens como nos tempos passados? Haverá pessoas capazes de se darem na totalidade pelo serviço do reino de Deus? Ou a Igreja está destinada a morrer aos poucos?

---

<sup>203</sup> Linda, «D. António Ferreira Gomes: profeta da paz e da reconciliação», 65.

<sup>204</sup> Manuel Vieira Pinto, «Repensar a Guerra», 1978, acedido a 5 de agosto de 2022, <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>205</sup> Cf. Pinto, «Repensar a Guerra», 1978, acedido a 5 de agosto de 2022, <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

No meio dessas questões, ninguém sabe como será o futuro da Igreja nos próximos anos, e isso também diz respeito ao futuro da Igreja de Nampula, Moçambique. O que se faz aqui é uma especulação olhando para as exigências atuais. Porém, mesmo com todas as vicissitudes que a Igreja ultrapassa, ela sairá sã, livre e restaurada, isso porque a fé do homem em Cristo é absoluta e incondicionada. Para todo o cristão, Cristo vive por todos os séculos e essa certeza se torna viva para sempre no coração do homem; uma esperança viva, porque «Deus está em nós e connosco, habitando no Corpo Místico de Cristo, com a plenitude da Sua divindade, para renovar tudo com o Seu Espírito Criador: a teologia, as estruturas eclesiais e, sobretudo, o coração dos homens».<sup>206</sup>

Diante dos desafios de cada dia, o mundo percebe que realmente não pode caminhar sem Cristo, pois com Ele pode dar resposta aos problemas atuais, sejam eles sociais ou políticos. Cristo é a encarnação de Deus na terra, e que recapitula em Si todas as coisas.<sup>207</sup> A Igreja de Cristo (“sinal e instrumento de Salvação”) (Cf. LG 1; CIC 780), é chamada a estar com e para o povo, em todos os tempos. Essa presença é indispensável, pois se concretiza a relação do Criador com o ser criado (o ser humano).

Perante os problemas sociais que assolam a Igreja moçambicana, principalmente a Igreja de Nampula, não se pode calar. Por isso, Manuel Vieira Pinto diz: «a Igreja do Evangelho não tem interesses. O seu interesse é a salvação integral do povo. É a consolidação da justiça, da liberdade, de fraternidade, da paz e da abundância. É o crescimento do povo na fé, na esperança, na alegria de Jesus Ressuscitado».<sup>208</sup> Com isso, a busca de soluções ou caminhos para tais problemas demonstra o tipo de Igreja que queremos ser e ter no futuro próximo. Esses desafios também podem ser enfrentados a nível particular, enquanto membros da sociedade onde vivemos. Isso porque a verdadeira mudança começa consigo mesmo e depois com os outros (a individual e a comunitária). Cada um deve ser o responsável de uma verdadeira mudança em todos os âmbitos.

A Igreja é pacifista porque acredita e luta pela paz. Por isso, a Igreja não pode ser uma autorreferência, mas uma «Igreja aberta ao mundo, uma Igreja em saída» (EG 20-23).

---

<sup>206</sup> António Hortelano, *A Igreja do futuro* (Porto: Editorial Perpétuo Socorro, «s. a»), 9.

<sup>207</sup> Cf. João Paulo II, «A "recapitulação" de todas as coisas em Cristo», 2001, acedido a 8 de agosto 2022, <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2001/docu>

<sup>208</sup> Manuel Vieira Pinto, «Passado – Igreja – Futuro, 1975», acedido a 8 de agosto 2022, <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>

Naturalmente, a Igreja terá que respeitar a tradição, mas uma tradição viva, contra o imobilismo. Walter Kasper afirma, que a Igreja deve ser solidária «para com os mortos, os assassinados, os esquecidos, para com todos aqueles que não têm futuro e que vivem nas sombras da morte, na medida em que são considerados pouco úteis e, portanto, descartados».<sup>209</sup>

Nessa linha, o papel da Igreja de Nampula não acabou com o alcance da paz e com o fim da guerra civil, porém, tem uma missão que nunca acabará, a da formação dos fiéis leigos, porque estes necessitam de formação (nessa sociedade de dores e desafios, alegrias e tristezas), para além de serem mentores da evangelização. Neste sentido António Hortelano afirma: «os leigos vão tomando consciência da necessidade que têm de uma verdadeira formação teológica».<sup>210</sup> Podemos afirmar que os leigos têm a urgente necessidade de uma iniciação à teologia.

Olhando para o contexto social do povo moçambicano, os seus desafios, podemos afirmar que os cristãos de amanhã exigirão da Igreja uma visão positiva e sintética do mundo e da história da Igreja. Uma presença ativa da Igreja na sociedade. Por isso, afirma a CEM «não basta libertar o homem da opressão, da exploração, da violência, do ódio. É necessário destruir as raízes, eliminar as causas que alimentam tensões e provocam desordens sociais».<sup>211</sup> A Igreja deve caminhar com e para a humanidade, iluminando as suas esperanças, condenando assim aquelas leis que violam os direitos do homem.

O povo de Nampula vive uma nova época da sua história, que se caracteriza por mudanças radicais, culturalmente, politicamente, socialmente e religiosamente. Com isso, a Igreja deve estar à altura da sua missão: aberta e acolhedora, atenta às necessidades dessa época. A Igreja será chamada principalmente a «lutar contra todas as formas de exclusão social, direta ou indiretamente»,<sup>212</sup> de modo a manter viva a chama dos direitos humanos, cada um com a sua identidade. Procurará do mesmo modo colocar em evidência a dimensão fraterna, onde todos serão irmãos, sem diferença de raça, cultura, etc (cf. Gal 3,28; Col 3,11). No fundo darão mais importância ao ser do que ao fazer. Isso obrigará a ter uma relação sábia com a política, mas manifestando o seu descontentamento, a sua posição em torno da opressão social, consciencializando o quão importante é a vida do ser humano.

---

<sup>209</sup> Walter Kasper e George Augustin (Org.), *Demolição e Reconstrução* (Águida: Paulinas, 2020), 24.

<sup>210</sup> Hortelano, *A Igreja do futuro*, 194.

<sup>211</sup> Documentos Promoção, *Justiça e Paz* (Porto: Editorial Promoção, 1975), 479.

<sup>212</sup> Cf. Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 79.

Cada um deve sentir-se responsável por tudo o que se passa no meio social. A Igreja tem um papel preponderante na educação para o cuidado da res-pública. Estará em diálogo e colaboração com o Estado na tentativa de edificar uma sociedade mais humana e fraterna, pondo de lado o «ódio, injustiça, opressão, guerra e todas as restantes formas de violência que são uma manifestação do mal».<sup>213</sup> A Igreja procura não só anunciar o Evangelho, mas também denunciar toda a forma de opressão de acordo com o Evangelho. Ela defende também a liberdade e a iniciativa do homem (na dimensão individual e coletiva), em vista ao bem comum da sociedade. Falando desse bem de todos e para todos, Manuel Vieira Pinto afirma:

O bem comum é diferente e superior à soma dos bens individuais. É a vida humana em coletividade a qual pressupõe que todas as atividades económicas, sociais e culturais sejam orientadas e ordenadas em função da realização de cada pessoa e da sociedade, enquanto sociedade de homens dignos, livres, responsáveis e solidários. Assim, o bem comum é a base e o princípio de uma moral social e política, o ponto de referência que permite avaliar da justiça e da injustiça, duma ordem política e duma ordem social, a razão de ser de todo o Poder legalmente constituído. Hoje crê-se que o bem comum consiste sobretudo no respeito, na defesa e na promoção dos direitos e deveres das pessoas e do povo.<sup>214</sup>

Olhando para a realidade atual da Igreja no geral, é fácil perceber que nos próximos séculos os desafios serão maiores, e com isso, a Igreja de Nampula também terá que enfrentar outros desafios, tais como «proximidade e consideração para com os mais débeis, consideração da cultura do povo macua, luta contra a pobreza material, diálogo com outras religiões, liberdade social, desenvolvimento integral, integração na cultura do povo, pastoral da família, espírito de sacrifício»,<sup>215</sup> entre outros desafios que irão surgindo, de acordo com as necessidades do povo. Sem deixar o que ela é, será chamada a ser testemunho de vários acontecimentos do povo, dos quais a tornarão mais participantes no sofrimento do povo ou ainda mais desafiada pelas autoridades civis. A atitude da Igreja por vezes terá de ser discreta e de muita prudência no seu envolvimento nos problemas sociais; terá que defender os direitos fundamentais do povo, sem hesitar, pois, a religião será procurada como nunca. Assim, a mensagem da Igreja não deve ser aquela que satisfaz as necessidades materiais, mas uma mensagem de conversão e de apelo à prática da caridade mútua.

---

<sup>213</sup> Matumona Muanamosi, *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico* (Roma: Roma editora, 2008), 224.

<sup>214</sup> Cf. Manuel Vieira Pinto, «A Coragem da Paz», 1984, acedido a 13 de agosto de 2022, <http://arquidiocesedenampula.blogspot.com>.

<sup>215</sup> Cf. Júnior, *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*, 81-85.

Pensar sobre o tipo de Igreja de Nampula no futuro é também uma forma de pensar, refletir e escolher de modo adequado qual será a nossa postura. Sabe-se que em todo tempo e lugar o nosso modelo é Cristo, o Senhor de toda a história da salvação. Também a «Pandemia do Coronavírus» colocou um desafio, de como será o futuro da Igreja, obrigando-nos a pensar como será a pastoral da família, a sua qualidade e ainda mais como serão transmitidos os fundamentos da fé católica. Nesse caso, a missão da Igreja não se resumirá somente na ação social, mas também estará ligada ao desenvolvimento do homem, à promoção e na defesa dos direitos humanos, onde os pobres, os oprimidos, os excluídos encontraram espaço para se manifestar. Para Paulo Sartre, o homem é chamado homem pela sua condição de liberdade: «com efeito, sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade [...]».<sup>216</sup> Com estes valores, só poderemos falar de uma sociedade distribuída equitativamente e onde há justiça e respeito mútuo. Esta é uma das condições para uma sociedade justa e livre.

---

<sup>216</sup> Jean-Paul Sartre, *O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica*, trad. Paulo Perdigão (Rio de Janeiro: Vozes, 1998), 542-543.

## Conclusão

Ao concluir este trabalho, sou tomado por um duplo sentimento: de gratidão pelo caminho percorrido e de grande responsabilidade em sintetizar o essencial em torno do trabalho. Foi uma valia e uma grande oportunidade ter feito um trabalho sobre essa figura tão nobre e com um espírito verdadeiramente humano. O tema do trabalho atravessou a literatura de D. Manuel Vieira Pinto em torno do seu contributo na Igreja de Nampula, se não, na Igreja de Moçambique.

No final desta pesquisa, constatamos que Manuel Viera Pinto foi grande Bispo missionário que vivia à luz do Concílio Vaticano II. Ele, assim como outros, foi o artífice da renovação de uma Igreja colonial para uma Igreja local, ou seja, para uma Igreja com um rosto local; uma Igreja que procurava o seu espaço.<sup>217</sup> Foi também um mediador de paz no meio de conflitos. Os seus ensinamentos no campo do diálogo vão na linha dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, que promove o diálogo, o respeito e a colaboração com todas as tradições religiosas e culturas para o bem do homem. O diálogo faz parte da natureza Divina (cf. ES 72) e o papel da Igreja é prolongar este diálogo com o mundo e com todos os homens (cf. ES 53). O diálogo, a paz social, a justiça, entre outros temas exigem grande respeito e consideração para uma boa convivência. Manuel Vieira Pinto preocupou-se com a cooperação sem deixar de lado o contexto de cada realidade, no domínio da defesa da liberdade religiosa e da dignidade humana; na defesa da criação, na saúde, na educação, etc.

No meio de tudo isso, surgem algumas questões pertinentes que necessitam da nossa resposta. Manuel Vieira Pinto foi pastor cristão ou titular da administração colonial? Sendo europeu-português, fez-se africano no meio do africano? Ou europeu no meio do africano? Um pastor preocupado com o sistema político ou com as almas que o Senhor lhe confiara?

Manuel Vieira Pinto identifica-se como um africano no meio de um povo que sofre, que chora a morte dos seus filhos e entes queridos por causa da guerra e outros flagelos. Foi um grande missionário e pastor, e não um titular de uma administração colonial, até porque nunca esteve de acordo com a política colonial até mesmo depois da Independência de 1975. O partido no poder há 47 anos sempre quis impor as suas ideologias marxistas, e isso não foi bem

---

<sup>217</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 5.

acolhido por Manuel Vieira Pinto, porque para ele, a dignidade humana deve ser respeitada e não usada como objeto. Do mesmo modo, foi homem do povo, veio do povo, viveu para o povo macua.

Concluimos também que o objetivo de Manuel Vieira Pinto era o de implantar uma Igreja local, porque na «Igreja local está toda a Igreja».<sup>218</sup> Assim sendo, podemos afirmar que esta forma de pensar ajudou sem dúvidas D. Manuel Vieira Pinto, assim como outros prelados, a formar cristãos idóneos e comunidades adultas e responsáveis na sua própria caminhada.<sup>219</sup> Por isso, nos seus escritos procurava falar de assuntos muito concretos, de modo que tivessem um impacto no povo, nos missionários/as e também nas autoridades políticas daquela época. Ao lermos agora as suas homilias temos o mesmo impacto de antes. A sua postura foi importante para o surgimento de uma Igreja com um rosto mais moçambicano. Nessa ordem de ideias, é importante que o mundo académico de Moçambique (seminários e as instituições universitárias), procurem produzir trabalhos que rentabilizem a herança deixada por ele. Manuel Vieira Pinto é um marco indiscutível da história da Igreja e cívica de Moçambique.

O documento «Fraternidade Humana» nos apela para uma maior proximidade, diálogo, abertura e cooperação.<sup>220</sup> Notamos que isso foi sempre o desejo de Manuel Vieira Pinto em promover o diálogo, a paz duradoura e pacífica entre todos os moçambicanos.

No primeiro capítulo, antes de mais podemos dizer que a evangelização em Moçambique antes e depois da Independência trouxe mais desafios aos missionários católicos que lá chegavam. Mas estes tiveram grande contributo na evangelização. Foi nesse contexto de guerra, que os missionários procuraram difundir a mensagem de Cristo, mesmo correndo risco de serem mortos ou mesmo deportados para o seu País, porque quase todos eram missionários estrangeiros. Outrossim, foi nesse contexto que o povo se deu conta do real sofrimento que passava, e que precisava de paz para exercer os seus direitos. O povo precisava de aprender a resolver os seus problemas de uma forma pacífica e não com violência. Por isso, a Igreja sentiu a urgência de mediar para a edificação da paz, desejo que persiste até agora.

A Igreja de Nampula sempre teve homens de ação e abertos ao futuro. Homens capazes de conduzirem os destinos da Diocese, do povo, de culturas: D. Teófilo Pereira de Andrade, D.

---

<sup>218</sup> Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 6

<sup>219</sup> Cf. Luzia, *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*, 6.

<sup>220</sup> Cf. Martins, *Fraternidade Humana: Caminhos para o diálogo inter-religioso entre Católicos e Muçulmanos*, 96.

Manuel de Medeiros e D. Manuel Vieira Pinto, entre outros bispos que por lá passaram, foram homens a quem Nampula muito deve. Eles projetaram, edificaram e despertaram a mente do povo cada um com o seu método.

Quanto ao segundo capítulo, podemos concluir que o Concílio Vaticano II foi preponderante para a implantação de uma Igreja com rosto local. Este Concílio revolucionou a Igreja e foi um passo da relação da Igreja com o mundo. Os documentos *Lumen Gentium* 8, 13, 31-37 - «Igreja pobre e para os pobres, mistério da comunhão, ministérialidade»; *Nostra Aetate* 2 - «diálogo inter-religioso»; *Ad Gentes* 2 - «missionação», entre outros documentos, nos apresentam elementos de uma Igreja com um rosto de Cristo, uma Igreja missionária e uma Igreja em saída que vai ao encontro de todos os povos e culturas. Somos impelidos por esses documentos para o diálogo e cooperação em prol da paz e do bem de todos e para todos.

Concluimos ainda que o desconhecimento e o desprezo da dignidade humana conduzem a atos de crueldade; e a esses ninguém se acostuma, pois não é possível conformar-se com o sofrimento. Impedem que este seja livre da miséria e de outras crueldades. Constatamos também que existia um forte sentido de hospitalidade, de amor pelo outro no coração de Manuel Vieira Pinto.

No último capítulo, refletimos em torno das possíveis linhas de ação pastoral numa sociedade plurirreligiosa. Constatamos que, mesmo com a intimidação de alguns responsáveis da Igreja na sua ação pastoral, a Igreja não perdeu a sua missão. Ela é chamada a pensar sobre os assuntos que apoquentam a sociedade (políticos, sociais, e culturais e até mesmo familiares). Outrossim, a Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* apresenta orientações para a renovação pastoral da Igreja. Esta Exortação, baseia-se numa Igreja em saída, que vai ao encontro dos necessitados, dos pobres (cf. EG 19-23). O Santo Padre exorta-nos a uma conversão pastoral que consiste na mudança de atitudes e na responsabilidade social. Isso também nos leva a ter uma atenção para com o outro.

Quanto ao futuro, constatamos que a Igreja terá mais desafios no que se refere ao sistema digital e as redes sociais. Na pastoral teremos que adaptar a esses instrumentos, principalmente na pastoral juvenil. Desafio também de inculturação e transmissão do Evangelho, nos nossos dias.

Também a Igreja como família, no futuro será determinante para a ação pastoral conjunta. Mais que diálogo, da Igreja serão exigidas ações concretas, o pôr em prática. É importante

também que seja consciente desses desafios, aceitando assim ser uma Igreja «ad intra e ad extra».

Por fim, é de referir que o trabalho deixa em aberto algumas questões que podem ser aprofundadas, entre os quais a questão da liberdade religiosa, do pluralismo religioso, da emancipação da mulher em contexto macua. E deixa em aberto a possibilidade de outras opções pastorais que possam ser tomadas de acordo com o contexto eclesial e as relações existentes entre a Igreja e o Estado moçambicano.

## Bibliografia

### Documentos do Magistério

BENEDICTI PP. XVI. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Ecclesia in Medio Oriente». *AAS* 104, n. 10 (2012): 751–796.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis, Africae Munus». *AAS* 104, n. 4 (2012): 241–314.

———. «Litterae Encyclicae Caritas in Veritate». *AAS* 101, n. 8 (2009): 641–710.

Congregatio Pro Doctrina Fidei. «Declaratio de Iesu Christi atque Ecclesiae Unicitate et Universalitate Salvifica». *AAS* 92, n. 1 (2000): 742–765.

FRANCISCI PP. «Litterae Encyclicae Laudato Si’, de Communi Domo Colenda». *AAS* 107, n. 9 (2015): 847–945.

———. «Adhortatio Apostolica Post-Synodalis “Amoris Laetitia”». *AAS* 108, n. 4 (2016): 311–446.

———. «Adhortatio Apostolica, “Evangelii Gaudium”». *AAS* 105, n. 12 (2013): 1019–1137.

IOANNES PP. XXIII. «Letterae Enciclicae Pacem in Terris». *AAS* 5, n. 5 (1963): 257–340.

IOANNES PAULUS PP. II. «Epistula Apostolica de Celeri Progressione Mediorum Communicationis Socialis». *AAS* 97, n. 3 (2005): 265–274.

———. «Letterae Enciclicae “Centesimus annus”». *AAS*, n. 10 (1991): 792–867.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Vita Consecrata». *AAS* 88, n. 5 (1996): 377–486.

———. «Letterae Enciclicae Redemptor Hominis». *AAS* 71, n. 4 (1979): 257–324.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Pastores Gregis». *AAS* 96, n. 12 (2004): 825–924.

———. «Epistula Apostolica Novo Millennio Ineunte». *AAS* 93, n. 5 (2001): 226–309.

———. «Adhortatio Apostolica Ecclesia in Africa». *AAS* 85, n. 1 (1996): 5–82.

———. «Adhortatio Apostolica Postsynodalis Christi Fideles Laici». *AAS* 81, n. 4 (1989): 393–521.

———. «Litterae Encyclicae De Perenni Vi Mandati Missionalis, Redemptoris Missio». *AAS* 83, n. 1 (1991): 249–364.

PAULI PP. VI. «Letterae Encyclicae Ecclesiam Suam». *AAS* 56, n. 10 (1964): 609–659.

———. «Litterae Apostolicae Pastorale Munus». *AAS* 56, n. 1 (1964): 5–12.

———. «Adhortatio Apostolica Evangelii Nuntiandi». *AAS* 68, n. 1 (1976): 5–76.

———. «Litterae Encyclicae Populorum Progressio». *AAS*, n. 4 (1967): 256–299.

PIUS PP XI. «Litterae Encyclicae Quadragesimo anno». *AAS* 23, n. 6 (1931): 177–228.

SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II. «Constitutio Pastoralis de Ecclesia in Mundo Huius Temporis, “Gaudium et Spes”». *AAS* 58, n. 15 (1966): 1025–1115.

———. «Declaratio de Ecclesiae Habitudine ad Religiones Non-Christianas, Nostra Aetate». *AAS* 58, n. 1 (1966): 740–744.

———. «Decretum De Activitate Missionali Ecclesiae». *AAS* 58, n. 14 (1966): 947–990.

———. «Constitutio Dogmatica De Ecclesia, “Lumen gentium”». *AAS* 57, n. 1 (1965): 5–67.

———. «Declaratio de Libertate Religiosa, Dignitatis Humanae». *AAS* 58, n. 14 (1966): 929–1024.

———. «Decretum de instrumentis communicationis socialis». *AAS* 56, n. 3 (1964): 145–163.

### **Instrumento de trabalho**

Bíblia Sagrada. Lisboa: Missionários Capuchinhos, 1986.

Catecismo da Igreja Católica. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 1999.

Araújo, António de Sousa. «Teófilo de Andrade». Em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Ed. António Alberto Banha de Andrade, 1ª ed., vol. 1: 239–240. Lisboa: Ed., Resistência, 1980.

Correia, Francisco Augusto da Cruz. «Moçambique (1498-1975)». Em *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, Ed. Carlos Moreira Azevedo, 1ª ed., J-P: 237-246. Rio de Mouro: Círculos de Leitores S. A, 2001.

Floristán, Cassiano. «Evangelificação». Em *Dicionário de pastoral*. Traduzido por M. Ribeiro da Rocha, J. Sameiro, A. Maia da Rocha e Dr. A. Vieira, Ed. Santuário 1ª ed., 216. Porto: Perpétuo Socorro, 1990.

## **Estudos**

Agostinho, *A Cidade de Deus*. Traduzido por J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Andrade, Teófilo de. *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.

Antoncich, Ricardo e José Miguel Munárriz. *La doctrina social de la Iglesia*. Madrid: Paulinas, 1987.

Brandão, Pedro Ramos. *A Igreja Católica e o Estado Novo de Moçambique, 1960-1974*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

Assembleia Nacional da Pastoral I. Beira: CEM, 1977.

Balandier, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

Belchior, Manuel Dias. *Compreendamos os Negros*. Lisboa: Agência Geral das Colonias, 1951.

Buber, Martin. *Eu e Tu*. Traduzido por N. A. Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2003.

Borradori, G. *Filosofia em tempos de terror: um discurso com Jürgen Habermas e Jacques Derrida*. Traduzido por J. Pinho. Porto: Campo das Letras, 2004.

Baritussio, Adriano. *Moçambique, 50 anos de Presença dos Missionários Combonianos*. Roma: Editora MCR, 2015.

Boléo, Oliveira. *Moçambique*. Lisboa: Agência geral do ultramar, 1951.

Bujo, Bénézet (Coord.). *Teologia Africana no Século XXI*. Prior Velho: Paulinas, 2012.

- Cabaço, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e liberdade*. São Paulo: UNEP, 2009.
- Cadavez, António. *O povo de Moçambique é amante da Paz: entrevista com D. Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula*. Porto: Figueirinhas, 1985.
- Castiano, José Paulino. *Filosofia africana: da sagacidade à intersubjetivação com Viegas*. Maputo: Educar UP, 2015.
- Capela, José. *O Sopro do Vento Sul no Silvo das Locomotivas da Linha do Norte*. Porto: Afrontamento, 2017.
- Coelho, Juan Souto (Coord.). *Doctrina social de la Iglesia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002.
- Constituição da República de Moçambique. *Princípios Fundamentais*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.
- Conferência Episcopal de Moçambique. *Viver a fé no Moçambique hoje*. Maputo: Paulinas, 1976.
- . *Homilia de João Paulo II em Nampula*. Maputo: Paulinas, 1998.
- Conferência Episcopal Portuguesa. *A formação cristã de base dos adultos*. Braga: Tadinense, 1994.
- Conselho Pontifício Justiça e Paz. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Lisboa: Principia, 2005.
- Costa, Ernesto Gonçalves. *A obra missionária em Moçambique e o poder político*. Montariol-Braga: Franciscana, 1996.
- Couto, António. *Fundamentação bíblica da missão*. Lisboa: Paulus, 2004.
- Couto, Fernando Amado. *Moçambique 1974: o fim do império e o nascimento da nação*. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.
- Da Silva, Constantino Ferreira. *Diocese de Nampula e seu primeiro bispo*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.
- De Andrade, Teófilo. *Apontamentos autobiográficos e outros intercorrentes*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.

- De Faria, Paulo Jorge Rodrigues. *D. Teófilo de Andrade: um bispo da Concordata e do Acordo Missionário*. Braga: Universidade Católica, 2019. (Dissertação de Mestrado em Teologia).
- De Sousa, José Augusto Alves e Francisco Augusto da Cruz Correia. *500 anos de evangelização em Moçambique*. Braga: Paulinas, 1998.
- Debray, Régis. *L'Enseignement du fait religieux dans l'École laïque. Rapport à Monsieur le Ministre de l'Éducation nationale*. Paris: Éditions Odile Jacob, 2002a.
- Dos Santos, Manoel Augusto (org.). *O Concílio Vaticano II: quarenta anos da Lumen gentium*. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
- Follo, Francesco. «Éduquer ao dialogue intercultural: vivre ensemble pour une civilisation de l'amour». Em *Le dialogue interculturel et interreligieux à l'heure de la mondialisation*, Ed. Christophe Grannec, Olivier Landron, e Sophie-Hélène Trigeaud, 131–143. Paris: Parole et Silence, 2014.
- Ferreira, Luciano da Costa. *Igreja Católica em Moçambique: Que caminhos?*. Maputo: Paulinas, 1993.
- . *Igreja Ministerial em Moçambique: caminhos de hoje e de amanhã*. Maputo: Imprimi Potest, 1987.
- Gerecht, Elise Antunes, *As múltiplas faces da colonialidade: um estudo sobre a participação das instituições católicas no processo de paz de Moçambique*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. (Monografia de Graduação em Relações Internacionais).
- Gómez, Miguel Buendia. *Educação moçambicana – História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria universitária, 1999.
- . *Moçambique 50 anos de presença dos missionários combonianos*. Traduzido por Luís de Albuquerque. Missionari Comboniani. Maputo: Paulinas, 2015.
- Gonçalves, Jaime Pedro. *A Paz dos Moçambicanos*. Maputo: Paulinas, 2014.
- González-Carvajal, Luís. *Entre la Utopia y Realidad: Curso de Moral Social*. Salamanca: Sal Terrae, 1988.

- Green, Michael. *La evagelización en la iglesia primitiva*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1997.
- Guia da Assembleia. *Liturgia da sagração Episcopal: movimento por um mundo melhor*. Cascais: Cardim-Lda, 1967.
- Guillet, Charles-Marie. *A Igreja, comunidade de testemunhas mergulhadas na história*. Lisboa: Edições Paulistas, 1988.
- Guimarães, Francisco António Almeida. *Direitos do homem: evolução histórica e fundamento teológico*. Porto: Universidade Católica, 1999. (Tese de Doutoramento em Ciências de Educação).
- Habermas, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade*. Córdova: Texto Editores, 2010.
- Hobbes, Thomas. *O Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Traduzido por J. P. Monteiro e M<sup>a</sup>. B. N. da Silva. São Paulo: Cultural 1979.
- Hortelano, António. *A Igreja do futuro*. Porto: Perpétuo Socorro, «s. a».
- Hume, Cameron. *Ending the Mozambique's War: the role of mediation and good offices*. Washington: United States Institute Of Peace, 1994.
- Jardim, Jorge. *Moçambique, terra queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- Jean-Paul Sartre. *O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica*. Traduzido por Paulo Perdigão. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Júnior, Alfredo Tumbo. *A família - Uma maneira de ser Igreja em Moçambique: o papel da Igreja moçambicana na promoção da Paz e da Justiça*. Porto: Universidade Católica, 2018. (Dissertação de Mestrado em Teologia).
- Langa, Adriano. *Questões cristãs à religião tradicional africana (Moçambique)*. Braga: Franciscana, 1984.
- Las Casas, Bartolomé F.. *Brevíssima Relación de la Destrucción de África*. Salamanca-Lima: San Esteban, 1989.
- Lima, A. Carlos. *Caso do Bispo da Beira: Documentos*. Porto: Civilização, 1990.

- Lombardi, Riccardo: *Movimento por um mundo melhor: sonhador ou profeta?*. Montaral-Braga: Franciscana, 1951.
- Lopes, Duarte. *Relação do Reino do Congo e das Terras Circunvizinhas*. Lisboa: Publicações Alfa, 1951.
- Lopes, Elson Paulo Correia. *Missão Ad Gentes e Nova Evangelização: a pertinência do testemunho de vida*. Porto: Universidade Católica, 2015. (Dissertação de Mestrado em Teologia).
- Luzia, José. *Uma Igreja de todos e de alguém*. Lisboa: Paulinas, 2012.
- . *Manuel Vieira Pinto: o visionário de Nampula*. Lisboa: Paulinas, 2016.
- . *A Igreja das palhotas: o renascer da Igreja Católica em Moçambique. Os ministérios dos animadores leigos sementes de futuro*. São Paulo: Paulinas, 2017.
- Martins, Luís Sanches. *Fraternidade humana: Caminhos para o diálogo inter-religioso entre Católicos e Muçulmanos*. Lisboa: LIAM, 2021.
- Martins, J. S. *Ide e anunciai. Fundamentos e desafios da missão hoje*. Lisboa: Paulus, 2008.
- Martinez, Francisco Lerma. *O povo macua e a sua cultura*. Maputo: Paulinas, 2008.
- Matumona, Muanamosi. *Teologia Africana: Da Reconstrução como novo paradigma epistemológico*. Roma: Roma Editora, 2008.
- Mazula, Brazão (Coord.), *Moçambique 10 anos de paz*. Maputo: CEDE, 2002.
- Mendy, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- Ministério das Colónias. *Diocese de Nampula: Niassa-Moçambique*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.
- Moltmann, Jurgen. *La dignidad humana*. Salamanca: Sígueme, 1983.
- Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1976.
- Ncomo, Bernabé Lucas. *Uria Simango: um homem, uma causa*. Maputo: Novafrica, 2003.
- Nogueira, Eurico Dias. *Missão em Moçambique*. Vila Cabral: Gráfica de Coimbra, 1970.

- Ngoenha, Severino Elias. *Terceira questão: que leitura se pode fazer das recentes eleições presidenciais e legislativas?*. Maputo: Publifix, 2015.
- . *Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana*. Maputo: Imprensa Universitária-UEM, 2004.
- Nicuia, Eurico Jorge. *Igreja como família de Deus: aproximação para uma Eclesiologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica Pós-sinodal Ecclesia in Africa*. Porto Alegre: Universidade Católica, 2007. (Dissertação de Mestrado em Teologia).
- Nunes, José. *Teologia da Missão. Notas e perspectivas*. Lisboa: Obras Missionárias Pontifícias, 2008.
- Pereira, Helena Quoniam Vicente. *O papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento em Moçambique*. Lisboa: Universidade Técnica, 2006. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional).
- Pikaza, Xabier e José Antunes da Silva. *O Pacto das catacumbas*. Prior Velho: Paulinas, 2015.
- Pinheiro, Francisco Maria. *Anuário católico de Moçambique*. Lourenço Marques: Oficinas do Diário, 1961.
- Pinto, Manuel Vieira. *Diocese de Nampula – Ano Jubilar I*. Nampula: Diocese de Nampula, 1989.
- . *Aspetos da evangelização em Moçambique*. Porto: Humbertipo, 1989.
- . *A Igreja e a hora nova de Moçambique*. Lisboa: Edições Guião-Lisboa, 1974.
- . *A Igreja em Moçambique*. Porto: Coleção Igreja de Moçambique, 1982.
- . *A Igreja e o tempo*. Lisboa: Edições Guião, 1976.
- . *Apontamento para a História da Diocese de Nampula*, 1998. (Documento dactilografado, Arquivo da Arquidiocese de Nampula).
- . *Carta dirigida ao senhor D. Serafim, Venerado Bispo de Leiria e Fátima*. Leiria: Paulinas, 1999.
- . *Crítica da Conferência Episcopal ao Bispo de Nampula*, 1978. (Documento dactilografado, Arquivo da Arquidiocese de Nampula).

———. *Manuel Vieira Pinto, Arcebispo de Nampula, Cristianismo: Política e Mística* (Antologia, introdução e notas de Anselmo Borges). Lisboa e Porto: Edições ASA, 1992.

———. *Na hora da entrega*. Pemba: Diocese de Pemba, 1988.

Ramonet, Ignacio. *Guerras do século XXI: novos medos, novas ameaças*. Traduzido por José Martins. Porto: Campos das Letras, 2002.

Rocca, Roberto Morozzo della. *A Paz: como Moçambique saiu da guerra*. Maputo: Central Impressora-SARL, 2012.

Saute, Alda Romão. *O intercâmbio entre os moçambicanos e as missões cristãs e a educação em Moçambique*. Maputo: Promedia, 2005.

Santos, Angel. *Historia de la Iglesia: las Misiones Católicas*. Espanha: Edicep, 1978.

Silva, Constantino Ferreira. *Diocese de Nampula e seu primeiro bispo*. Braga: Pró-manuscrito, 1953.

Teixeira, Francisco Nunes. *A Igreja na Hora da Independência (1955-1975)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.

Neto, Vitor. «O Estado e a Igreja». Em *História de Portugal*, Ed. José Mattoso, 1ª ed., vol. 5: 227-243. Lisboa: Estampa, 1998.

Paiva, José Pedro. «Pastoral e evangelização: as missões internas». Em *História Religiosa de Portugal, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Ed. Carlos Moreira de Azevedo, 1ª ed., vol. 2: 239-313. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000.

## **Artigos**

Abreu, Paulo. «A doutrina social da Igreja em D. Augusto Eduardo Nunes.» *Lusitania Sacra* 2.ª Serie, Tomo III (1991): 265-290.

Barbosa, David Sampaio. «A missão nos séculos XV e XVI: contextualização histórica duma evangelização.» *Igreja e Missão* 239 (setembro - dezembro 2018): 221-254.

Cerejeira, Manuel Gonçalves. «Concordata e acordo missionário.» *Lumen: revista de Cultura para o Clero* FAS I ano IV vol. 4 (janeiro 1940), 5-748.

- De Matos, Luis Salgado. «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril». *Análise Social* XXIX, n.º 1 e 2 (abril 1994): 319-183.
- De Witte, Ch. M.. «Les bulles pontificales et l' Expansion portugaise au XVe siècle». *Revue d'Histoire Ecclesiastique*. XLVIII, n.º 48 (maio 1953): 683-718.
- Ferreira, Luciano da Costa. «Igreja ministerial em Moçambique: caminhos de hoje e de amanhã». *Comunicado do Conselho Presbiteral de Maputo* 12, n.º 5 (julho 1974): 77-78.
- Kasper, Walter. «Autonomía y Teonomía. Ubicación del Cristianismo en el Mundo actual». *Teología y Iglesia* vol. 187, Barcelona, Herder (1989): 204-240.
- . «Teología y Derechos Humanos en la Moderna Conciencia de la Libertad y de la Historia». *Teología y Iglesia* vol. 187, Barcelona, Herder (1989): 241-265.
- Lopes, Raul. «D. Manuel Vieira Pinto: Obreiro da Paz». *Jornal da Terra* n.º 10 (outubro 1995): 19-22.
- Magesa, Laurent. «Los próximos 50 años». *Mundo Negro* n.º 506 (maio 2006): 136-139.
- Martins, Guilherme d'Oliveira. «D. Manuel Vieira Pinto (1923-2020)». *As artes entre as letras* n.º 266 (maio 2020): 3.
- . «Missão e fraternidade humana». *Igreja e Missão* 240 (janeiro - abril 2019): 39-47.
- Manzanares, Júlio. «Os ministérios na vida da Igreja do pós-Concílio». *Communio* IV, n.º 1 (janeiro - fevereiro 1987): 5-96.
- Miranda, Mario de França. «Diálogo Inter-religioso e Fé Cristã». *Perspetiva Teológica* 125, n.º 29 (1997): 37.
- Montes, Adolfo González. «La nueva evangelización: reto de la Iglesia en la sociedad actual». *Humanística e teología* 33, n.º 1 (junho 2012): 79-98.
- Muanga, Lucas. «Há um Negócio de Guerra». *Savana* XXVII n.º 1372 (maio 2020): 10.
- Ulloa, Boris Agustin Nef e Adriana Barbosa Guimarães. «A Cultura do Encontro: Palavras e Gestos em Francisco». *Franciscanum* 61, n.º 172 (2019): 1-19.
- Nhantumbo, Armando. «Tiros à espera dos mediadores». *Savana* 111, n.º 1178 (agosto 2016): 21-45.

- Nunes, Rogério. «Figuras Missionárias – Uma voz incómoda». *Além-Mar* 101, n.º 15 (setembro 1992).
- Oliver, Eduardo A. Roca. «A religião no fortalecimento da cidadania em Moçambique: os crentes na vida publica uma cidadania activa». *Igreja e Missão* 241 (maio - agosto 2019): 137-153.
- Passos, João Décio. «O Diálogo no Concílio Vaticano II». *Caminhos de Diálogo* 4, n.º 6 (2016): 56-69.
- Pavia, José Francisco Lynce Zagallo. «A Multi-Track Diplomacy na prevenção e resolução dos conflitos em África: o caso de Moçambique». *Lusíada* 25, n.º 6 (abril 2012): 11 - 50.
- Pinto, Manuel Vieira. «Rumo Novo». *Revista católica de inculturação e reflexão pastoral* VII, n.º 20 (dezembro, 1997): 69-70.
- Riccardi, Andrea. «Du Monde aux Religions». *Nouvelle Revue Théologique* 113, n.º 3 (agosto 1991): 327.
- Tajú, Gulamo. «D. Sebastião soares de Resende, primeiro bispo da Beira: notas para uma cronologia». *Arquivo de Maputo* 113, n.º 6 (outubro 1989): 149-176.
- Teixeira, Faustino. «O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milénio». *Horizonte* 2, n.º 3 (março 2003): 26.

### **Fontes da Internet**

- Bento XVI. «Viagem apostólica ao Reino Unido: Encontro com os líderes de outras religiões», 2010. Acedido a 15 de outubro de 2021. [http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf\\_ben-xvi\\_spe\\_20100917\\_altre-religioni.html](http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20100917_altre-religioni.html).
- Borges, Anselmo. «D. Manuel Vieira Pinto: ética e mística», 2020. Acedido a 1 de setembro de 2022. <https://e-cultura.blogs.sapo.pt/d-manuel-vieira-pinto-etica-e-mistica-880651>.
- Cahen, Michel. «L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974. *Cahiers d'études africaines* 49, n.º 159 (maio Lisbonne 1998): 551-592. Acedido a 4 de setembro de 2022. <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp49.PDF>
- Caritas Moçambicanas. «Como nasceu a Caritas Moçambicana», 2012. Acedido 28 de janeiro de 2022, <http://www.caritasmoz.co.mz/comonasceu.htm>.

- Canivete, Belchior Faustino. «Os esforços da Igreja Católica de Moçambique na busca da paz para Moçambique, 1982-1992: o caso específico do arcebispo da Beira, D. Jaime Pedro Gonçalves». Universidade Eduardo Mondlane de Maputo, 2005. Acedido a 16 de março de 2022. <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1558/1/Ht-173.pdf>
- Cheney, David M. «Dom Manuel de Medeiros Guerreiro». Acedido a 1 de setembro de 2022. <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bmedg.html>
- Correia, J. Alves. «As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa», 1926. Acedido a 1 de setembro de 2022. <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=AU%20correia,%20j>.
- Couto, Mia. «Moçambique - 30 anos de Independência: no passado, o futuro era melhor?». *Revista Via Atlântica*, n.º 8 (junho 2005): 191-204. Acedido a 16 de abril de 2022. <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50020/54152>
- Francisco, Wagner de Cerqueira e. «Moçambique», 2017. Acedido a 4 de setembro de 22. <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mocambique.htm>
- Guimarães, Francisco e Maria do Céu Roldão. «Programa de Educação Moral e Religiosa Católica». *Humanística e teologia* 39, n.º 1 (junho 2020): 209-227. Acedido a 19 de março 2022. <https://revistas.ucp.pt/index.php/article/view>
- Instituto Nacional de Estatística. «Divulgação dos Resultados preliminares IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017», 2017. Acedido a 27 de março de 2022. [file:///C:/Users/utilizador/Desktop/Pe.%20Anselmo/Doc\\_FINALApuramento\\_Preliminar.pdf](file:///C:/Users/utilizador/Desktop/Pe.%20Anselmo/Doc_FINALApuramento_Preliminar.pdf)
- . «Indicadores Sócio Demográficos Província de Nampula 2007», 2012. Acedido a 27 de março de 2022. <file:///C:/Users/utilizador/Desktop/Pe.%20Anselmo/Indicadores%20Socio%20Demograficos%20Provincia%20de%20Nampula%202007.pdf>
- João Paulo II. «Discurso do Santo Padre durante o encontro com os Bispos da Conferência Episcopal de Moçambique», 1988. Acedido a 13 de setembro de 2021. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1988/september/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19880918\\_vescovi\\_mozambico.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1988/september/documents/hf_jp-ii_spe_19880918_vescovi_mozambico.html).
- . «A "recapitulação" de todas as coisas em Cristo», 2001. Acedido a 8 de agosto 2022. <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/2001/docu>

- . «Discurso ao presidente da República de Moçambique, Senhor Joaquim Alberto Chissano: durante a visita ao palácio da Ponta Vermelha», 1998. Acedido a 29 de abril de 2022. <http://www.clerus.org/bibliaclerusonline/pt/ido.htm#z>.
- . «Mensagem aos responsáveis do Movimento por um Mundo Melhor», 2002. Acedido a 12 de junho de 2022. [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_20020209\\_mondo-migliore.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/february/documents/hf_jp-ii_spe_20020209_mondo-migliore.html).
- . «Mensagem para a celebração do XXV dia mundial da paz», 1992. Acedido a 14 de abril de 2022. [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_08121991\\_xxv-world-day-for-peace.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_08121991_xxv-world-day-for-peace.html).
- . «Mensagem para a celebração do XXXV dia Mundial da Paz (2002)», 2001. Acedido a 15 de abril de 2022. [http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf\\_jp-ii\\_mes\\_20011211\\_xxxv-world-day-for-peace.html](http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_20011211_xxxv-world-day-for-peace.html).
- José, Hermínio. «*Moçambique: Bispo: Pôr fim à escalada de violência e construir juntos o caminho da paz*». Acedido a 4 de outubro de 2022. <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-10/mocambique-bispo-por-fim-a-escalada-de-violencia-e-construir-j.html>.
- Leão XIII. «Fundamentos da doutrina social da Igreja: a doutrina social da Igreja em cinco encíclicas de Leão XIII», 1891, p. 4. Acedido a 4 de setembro de 2022. <http://www.vatican.va>.
- Marime, Benedito. «Lembrando Dom Manuel Vieira Pinto». *Savana* XXVII, n.º 1374 (maio 2020): 12-17. Acedido a 21 de dezembro de 2021. [https://macua.blogs.com/files/savana\\_1374-08.05.2020.pdf](https://macua.blogs.com/files/savana_1374-08.05.2020.pdf)
- Martins, Mário. «História das negociações secretas para a paz em Moçambique: Não somos a diplomacia paralela da Santa Sé», 2002. Acedido a 05 de fevereiro de 2022, [http://www.mensagemantonio.com/mensaggero/pagina\\_articulo.asp?IIDX=4IDRX=1](http://www.mensagemantonio.com/mensaggero/pagina_articulo.asp?IIDX=4IDRX=1).
- Morier-Genoud, Eiric. «Y-a-t-il une spécificité protestante au Mozambique? Discours du pouvoir postcolonial et histoire des Églises chrétiennes». *Lusotopie*, n.º 5 (março 1998): 407-420. Acedido a 17 de maio 2022. [https://www.persee.fr/docAsPDF/luso\\_1257-0273\\_1998\\_num\\_5\\_1\\_1171.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/luso_1257-0273_1998_num_5_1_1171.pdf)
- Nações Unidas. «Agência da ONU já levou ajuda a 1 milhão de pessoas em Moçambique». *ONU NEWS*, 2019. Acedido a 27 de março de 2022. <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668501>.

- Nogueira, Eurico Dias. «O Estado e as missões católicas no Ultramar Português», 1958. Acedido a 5 de setembro de 2022. <http://memoria-africa.ua.pt/Catalog.aspx?q=AU%20correia,%20j>.
- Nunes, José. «Teologias em contexto africano». *Ephata* 2, n.º 2 (2020): 247-254. Acedido a 15 de janeiro de 2022. <https://doi.org/10.34632/ephata.2020.9541>.
- . «Cristianismo e cultura». *Didaskalia* 2, n.º XXXVIII (2008): 519-526. Acedido a 16 de outubro de 2022. <http://hdl.handle.net/10400.14/8753>.
- Papa Francisco. «Viagem apostólica ao Emirados Árabes Unidos: Discurso no encontro inter-religioso», 2019. Acedido a 18 junho de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco\\_20190204\\_emiratiarabi-incontrointerreligioso.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco_20190204_emiratiarabi-incontrointerreligioso.html).
- . «Carta Apostólica *Antiquum Ministerium*», 2021. Acedido a 17 de setembro de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu\\_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210510\\_antiquum-ministerium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210510_antiquum-ministerium.html).
- Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. «O Testemunho Cristão em um Mundo Multi-Religioso: Recomendações e Conduta», 2011. Acedido a 29 de junho de 2022. [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/interelg/documents/rc\\_pc\\_interelg\\_doc\\_20111110\\_testimonianza-cristiana\\_po.html#top](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonianza-cristiana_po.html#top).
- . «Diálogo e Missão», ed. Francis Arinze, 1984. Acedido a 11 de outubro de 2022. [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/interelg/documents/rc\\_pc\\_interelg\\_doc\\_19840610\\_dialogo-missione\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19840610_dialogo-missione_po.html).
- Portal do Governo, «*Informação geral*», 2015. Acedido a 14 de setembro de 2022. <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>.
- Pinto, Manuel Vieira. «A Caminho de Novas Estrutura Missio-pastorais», 1969. Acedido a 1 de agosto de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «A Coragem da Paz», 1984. Acedido a 13 de agosto de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «A paz, pelo respeito dos direitos fundamentais», 1985. Acedido a 23 de julho de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «A Igreja em Moçambique», 1982. Acedido a 17 de novembro de 2021. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

- . «Ateísmo e Religião, Fé e Revolução», 1978. Acedido a 7 de fevereiro de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>
- . «Carta ao presidente Samora Machel», 1976. Acedido a 29 de agosto de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Cartas às Comunidades», 1975. Acedido a 13 de janeiro de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Desafios do Tempo Novo», 1976. Acedido a 22 de junho de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Deus existe?», 1979. Acedido a 17 de junho de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Das Missões à Igreja local», 1972. Acedido a 22 de agosto de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Encontro com o presidente Samora Machel», 1984. Acedido a 9 de março de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Estamos numa hora de viragem», 1971. Acedido a 25 de junho de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Interpelações da Revolução», 1977. Acedido a 13 de dezembro de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Mensagem dos Presbíteros da Beira», 1971. Acedido a 15 de outubro de 2021.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . *Na hora da viragem: comunicações pastorais do P. Manuel Vieira Bispo de Nampula*. Nampula: Edição do Secretariado Diocesano de Informação Nampula, 1973.
- . «Na linha da renovação missionária», 1973. Acedido a 19 de agosto de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Passado – Igreja – Futuro», 1975. Acedido a 28 de junho de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Repensar a Guerra», 1974. Acedido a 18 de fevereiro de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.
- . «Ser cristão na revolução socialista», 1976. Acedida a 11 de novembro de 2022.  
<http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

———. «Tentações da hora presente», 1975. Acedido a 29 de junho de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

———. «Um Imperativo de Consciência», 1974. Acedido a 20 de dezembro de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

———. «Usaremos e Igreja local: a responsabilidade pastoral e a Igreja local», 1975. Acedido a 26 de agosto de 2022. <http://arquiocesedenampula.blogspot.com>.

Rádio Vaticano. «Documento sobre a Fraternidade: sinal poderoso para o futuro da humanidade», 2019. Acedido a 20 de agosto de 2021. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-documento.html>.

———. «D. Manuel Vieira Pinto, em nome da liberdade e dos direitos humanos», 2020. Acedido a 5 de setembro de 2022. <https://www.vaticannews.va/pt/africa/news/2020-05/d-manuel-vieira-pinto-em-nome-da-liberdade-e-dos-direitos-huma.html>

———. «Oitocentos anos depois, um novo abraço e um compromisso com a paz», 2019. Acedido a 20 de outubro de 2021. <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-tornielli-declaracao-comum.html>.

Timóteo, Adelino, «Alerta Dom Jaime: FRELIMO e RENAMO devem dialogar sobre o dossier segurança armada», *Canal de Moçambique* 1643, n 16 (2011). Acedido a 27 de junho de 2022. [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2011/09/dom-jaime-gon%C3%A7alves-alerta-frelimo-e-renamo-devem-dialogar-sobre-o-dossier-seguran%C3%A7a-armada.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/09/dom-jaime-gon%C3%A7alves-alerta-frelimo-e-renamo-devem-dialogar-sobre-o-dossier-seguran%C3%A7a-armada.html).

Vatican News. «A Igreja Católica em Moçambique», 2019. Acedido a 3 de setembro de 2021. <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-09/papa-francisco-viagem-mocambique-igreja-dados-estatisticos.html> 03/09/2021.

———. «Santa Missa Crismal: homilia do Papa Francisco», 2015. Acedido a 10 março de 2022. [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco\\_20150402\\_omelia-crisma.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150402_omelia-crisma.html).